

## Capítulo 4

### **O golpe de 11 de setembro de 1973: das disputas pela lei e pela democracia à afirmação da “nova institucionalidade”**

A chegada de Salvador Allende à presidência do Chile, assim como se procurou analisar no capítulo anterior, inaugurou uma experiência política inédita em todo o mundo. Pela primeira vez se propunha o estabelecimento de uma “revolução” rumo ao socialismo, a ser encaminhada inteiramente dentro dos pressupostos legais estabelecidos nos limites da democracia chilena de então. Além de inédita, a vontade de fazer a revolução combinada ao respeito à institucionalidade político-jurídica trouxe consigo, além da permanente tensão entre uma imaginação revolucionária e as possíveis práticas reformistas a serem adotadas, o permanente paradoxo entre revolução e legalidade<sup>505</sup>. Neste cenário, em que um setor de oposição virulento, não só procurou se articular para derrubada do presidente desde o dia em que sua posse foi ratificada pelo Congresso Pleno, como insistentemente procurou colocar o governo e o presidente Allende à margem da lei e da democracia, encaminhar seu projeto de reformas estruturais rumo ao socialismo estritamente dentro dos marcos democráticos e legais se constituiu no principal desafio do governo. Estar ao lado da democracia e da legalidade também se manteve como foco principal do discurso oposicionista. Mesmo quando passou a apelar para o tema da “desobediência civil”, a partir de 1972, esta se daria em função da ilegalidade dos atos do governo. Neste sentido, a “conquista” destes conceitos se constituiu em um relevante elemento para cooptar apoio de grupos que não simpatizavam com os rumos do governo, mas que valorizavam o regime democrático e a ordem legal.

Concentrando-se basicamente no mês de agosto e nos dias que antecedem o golpe em setembro, este capítulo, que se encontra dividido em quatro seções,

---

<sup>505</sup> Para o desenvolvimento mais detalhado deste importante aspecto da via chilena ao socialismo, ver Alfredo Riquelme Segovia. "Política de reformas e imaginación revolucionaria en el Chile constitucional (1933-1973)". In: Marianne González Alemán y Eugenia Palieraki (comps.), *Revoluciones imaginadas. Itinerarios de la idea revolucionaria en América Latina contemporánea*. Santiago do Chile: Universidad Nacional de Tres de Febrero/Université de Cergy-Pontoise/RIL Editores, 2013, pp. 153-184.

procura dar conta das disputas em torno da democracia e da legalidade e sua associação com os desejos e vontades do povo chileno. A primeira seção, com o objetivo de encadear os acontecimentos, faz uma breve análise do contexto dos últimos meses do governo de Salvador Allende, apresentando as dificuldades de implementação de seus projetos e os embates políticos enfrentados. A segunda seção concentra-se na repercussão dos debates no Congresso e as tentativas de imputar ao governo da Unidade Popular uma postura antidemocrática, anticonstitucional e ilegal. Na terceira seção, ainda que as questões ligadas à democracia e à legalidade permaneçam no centro da discussão, procura-se dar conta da relação destes conceitos com posições mais extremadas e com a polêmica em torno da participação popular no debate. A divisão em duas seções não significa que estes debates são estanques, ou que as influências políticas e sociais corram em paralelo. Os discursos e temáticas certamente estão imbricados influenciando-se mutuamente. Neste sentido a divisão cumpre um objetivo meramente formal e metodológico, visando organizar o texto para evidenciar determinados aspectos ressaltados em uma e outra situação. A última seção, além de apontar para a posição de determinados setores da sociedade como os militares, visa dar conta dos dias que antecedem ao golpe que, em 11 de setembro, derrubou o governo da Unidade Popular culminando com a morte do presidente Salvador Allende e o fim do regime democrático que por várias décadas foi vivido no Chile. Neste cenário ressalta-se o paradoxal processo pelo qual um discurso, pautado na defesa de princípios constitucionais e valores democráticos, converte-se na tábua de sustentação de uma ação anticonstitucional, de cunho autoritário apoiada em um discurso corporativista e antidemocrático que culmina no estabelecimento de uma ditadura que duraria mais de 16 anos.

#### **4.1 – O governo da Unidade Popular e o tortuoso percurso da legalidade**

Após a vitória nas urnas, a ratificação da eleição do candidato da Unidade Popular (UP), Salvador Allende, no Congresso Pleno só foi possível a partir de uma delicada costura política com o Partido Democrata Cristão (PDC), fiel da

balança em um parlamento bastante dividido<sup>506</sup>. Como vimos, o partido condicionara o apoio à Allende ao estabelecimento de um “pacto de garantias constitucionais”, no qual o novo governo se comprometia com a manutenção do sistema político “democrático” e a orientar suas políticas estritamente dentro dos marcos legais, evitando excessos<sup>507</sup>. O acordo aparentemente não contrariava o programa de governo da Unidade Popular. Este, em última instância, além de alçar ao poder a “oligarquia do povo”, visava estabelecer uma economia socializada e planejada de forma pacífica, dentro das bases do estado de direito, respeitando as práticas democráticas, o pluralismo e as liberdades cidadãs<sup>508</sup>. Contudo, reforçou o paradoxo entre revolução e legalidade inerente à “via chilena ao socialismo”<sup>509</sup>.

Tal como propusera o programa, ao longo do governo de Allende colocou-se em prática um conjunto de transformações estruturais destinadas a conduzir o país a um modelo econômico socialista. O Executivo nacionalizou a grande mineração, estendeu a reforma agrária, estatizou o sistema financeiro e a maioria da grande indústria, reforçando o papel do Estado e subordinando o capital privado. Entretanto, se para a primeira tarefa obteve o respaldo até mesmo da oposição de “direita”<sup>510</sup>, e, para a segunda, se apoiou nas normas legais estabelecidas durante o governo democrata cristão de Eduardo Frei; a aprovação, pela via legislativa, de projetos e reformas legais que garantissem a socialização dos principais setores da economia foi uma dura missão. A contumaz oposição do Partido Nacional (PN) e a resistência dos setores mais conservadores e anticomunistas do PDC, em especial a chamada ala freísta, associaram-se à intransigência ao diálogo de grupos da coalizão governista, dificultando o entendimento entre o Executivo e o Legislativo<sup>511</sup>. Como estava em minoria no Congresso, em alguns momentos o governo optou pela chamada “via

<sup>506</sup> O partido detinha 57 das 150 cadeiras da Câmara dos Deputados, constituindo-se na maior bancada individual. Além de ter em seus quadros 22 dos 50 senadores.

<sup>507</sup> Ver, Armando de Ramon, *Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000)*. Santiago: Catalonia, 2003, p. 187.

<sup>508</sup> Alfredo Riquelme. "Una república entre dos centenarios". In: Ricardo Lagos Escobar. *Cien años de luces y sombras*. Santiago: Fundación Democracia y Desarrollo/Aguilar Chilena, 2010, p. 126.

<sup>509</sup> Alfredo Riquelme. *Rojo Atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago del Chile: centro de investigaciones Diego Barros Arana; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p. 82.

<sup>510</sup> Ver, Jorge Arrate. *Salvador Allende: ¿sueño o proyecto?* Santiago: LOM ediciones, Colección de Bolsillo, 2008, p. 67-77.

<sup>511</sup> Alfredo Riquelme, 2009, op. cit., p. 98-99.

extraparlamentar” para dar continuidade a seus projetos. A partir deste caminho, a compra preferencial de pacotes de ações para a nacionalização dos bancos e o controle e expropriação de determinadas indústrias não se desviou dos calces constitucionais, mas se viu amparada em dispositivos legais que a muito não eram aplicados. A oposição contestou as ações do governo alegando que sua estratégia fundamentava-se em uma legalidade “ultrapassada”<sup>512</sup>. Para os congressistas do Partido Nacional e muitos democratas cristãos, o governo se fundamentava em “resquílios legais” para impor a revolução socialista sem a aprovação da maioria do país<sup>513</sup>. Neste cenário, as conversações com o PDC, fundamentais para obtenção de respaldo no Congresso às ações do governo, tornaram-se mais complexas, culminando com o fracasso das negociações em torno da Área de Propriedade Social, em junho de 1972. Este ambiente contribuiu para uma polarização política que permeou todo o tecido social chegando a níveis críticos no segundo semestre deste ano. Entre a oposição parlamentar, a suposta falta de comprometimento do governo com o sistema democrático e a defesa da “legalidade constitucional” se transformaram em pilares de seu discurso. Sob estes temas, as diferenças entre democratas cristãos e “nacionais”, insistentemente evidenciadas ao longo da campanha eleitoral de 1970, pareciam se minimizar. Aos poucos o eixo dos debates se deslocava de um embate entre resistência e apoio às mudanças estruturais, que aproximava a UP e a DC contra a “direita”, para a tentativa da construção de um confronto entre legalidade democrática e desobediência constitucional que isolava o governo da Unidade Popular e desautorizava o modelo da “via chilena” aproximando-a de outras experiências “marxistas” e “totalitárias”.

A partir deste argumento a oposição transformou o parlamento em um espaço de deslegitimação das ações do governo. Ao longo de todo o ano de 1972, os deputados do Partido Nacional insistiram que era uma obrigação constitucional do Legislativo condenar os “atropelos à legalidade” cometidos pelo governo. Se

<sup>512</sup> O processo de implantação da chamada Área de Propriedade Social, que incluía a expropriação de algumas empresas particulares e a incorporação de outras, apoiava-se em um Decreto-Lei de n. 520 promulgado em 1932 cuja aplicabilidade legal foi contestada. Ver, Alberto Aggio. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 115.

<sup>513</sup> Na opinião de Tomás Moulian, embora a adoção da estratégia “extraparlamentar” fosse tecnicamente legal, este método alterava substancialmente o modelo de funcionamento do Estado, sustentado pela negociação parlamentar entre governo, partidos e instâncias corporativas, e estruturado para garantir compromissos com diversos setores da elite. Tomás Moulian, *La forja de las ilusiones: El sistema de partidos, 1932-1973*. Santiago: Ediciones Akhileus, 2009, p. 276.

assim não o fizesse, o Congresso “pierde su condición de tal. ¿Por qué el Congreso ha tolerado incontables transgresiones legales sin castigar los culpables?”<sup>514</sup>. Quando em outubro daquele ano o desgaste entre o governo, setores empresariais e algumas organizações gremiais de “classe média” explodiu em uma greve de grandes proporções, a democracia cristã assumiu o discurso contra as “ilegalidades” cometidas pelo governo e seu “desprezo” ao sistema democrático. Embora o movimento grevista revelasse um evidente viés pró-autoritário e crítico ao modelo democrático liberal, o PDC apoiou a greve sob o argumento de que a ação apenas visava obrigar o governo a retificar seus projetos e negociar acordos futuros. Segundo amplos setores do partido, ao se organizar para pressionar a conduta dos detentores do poder e fazer valer a força de seus anseios, estes grupos não faziam mais do que se inspirar nos princípios “clássicos” do jogo político democrático liberal<sup>515</sup>.

Durante os momentos mais críticos da crise, reforçou-se o discurso de que os constantes atos ilegais do governo e seu “pisoteo” permanente à Constituição, além de sua ineficiência e permissividade à violência, eram os fatores que indignavam os grêmios e levavam a população às ruas<sup>516</sup>. No interior da DC, as vozes que ainda destacavam as proximidades doutrinárias e programáticas com a Unidade Popular cediam espaço a um argumento que conduzia a agremiação a laços mais estreitos com as forças mais à direita do espectro político<sup>517</sup>. A

<sup>514</sup> Apud. Verónica Valdívía, “Crónica de una muerte anunciada”: La disolución del Partido Nacional, 1973-1980. In: Verónica Valdívía; Rolando Álvares e Julio Pinto. *Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas e Derecha en el Chile de Pinochet*. Santiago: LOM ediciones, 2006, p.27.

<sup>515</sup> Tomás Moulian. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 254.

<sup>516</sup> A despeito deste discurso, é importante destacar que a ação grevista e a onda de protestos contra o governo foi motivada por distintos fatores de fundo não só político-ideológico como também econômico. Ao enumerar aqueles que seriam os elementos desencadeadores da greve de outubro, Tomás Moulian destaca a desarticulação da economia, em virtude de uma crise de abastecimento e de um vertiginoso aumento da inflação que teve um forte impacto junto aos pequenos empresários e ao setor assalariado. Além disto, também pesou a crescente sensação de que o governo dava uma direção dual, ou errática, à economia gerando inúmeras incertezas quanto ao futuro. *Idem*, p. 255.

<sup>517</sup> Vale lembrar que o seio da Democracia Cristã se constituiu em um complexo campo de disputas ideológicas e doutrinárias. De seu interior surgiram grupos independentes como o MAPU em 1969 e a Izquierda Cristiana em 1971. Ainda assim, estas divisões não impediram a manutenção de uma vertente de “esquerda” na DC representada por Radomiro Tomić e Bernardo Leighton, entre outros. Por este motivo, ainda que as forças de direita investissem alto na tentativa de cooptar o apoio da DC, em especial de sua ala mais conservadora, o processo de inviabilização de qualquer tentativa de diálogo com o governo de Allende não foi uma tarefa simples. Ver, Jorge Arrate. *Op. cit.*, p. 56-59. Ainda assim, a tarefa era facilitada pela intransigência do partido socialista e de outros setores de esquerda que insistiam no lema “avanzar sin transar”.

proeminência dos grêmios, em detrimento dos partidos políticos em um movimento de cunho massivo, também fez com que o PDC temesse pela perda de representatividade e isolamento. Desta forma, para não se esvaziar em um ambiente altamente polarizado, era importante tentar assumir a liderança da oposição<sup>518</sup>.

O governo conseguiu contornar temporariamente a situação. Contando com o apoio de trabalhadores e de suas organizações sindicais, estudantes e empregados públicos e privados que se mobilizaram em um trabalho voluntário, e em horas extras para atender aos serviços públicos, transportar mercadorias e manter as indústrias funcionando, o governo conseguiu impedir a paralisação da economia. Além disso, controlou as ações insurgentes nas Forças Armadas incorporando os comandantes militares ao gabinete de governo. Contudo, o modelo de transformações institucionais rumo ao socialismo proposto pelo governo dava sinais de maior desgaste. Impedir o crescimento de um movimento que, em última instância, visava a sua derrubada, não garantia o sucesso da “via chilena”. Para isto, também era fundamental a manutenção de um diálogo mínimo com a chamada oposição “progressista” e “democrática”, representada no parlamento pela Democracia Cristã e outras forças de menor expressão. Neste sentido, os efeitos do “paro de outubro” contribuíram para um afastamento entre Unidade Popular e Democracia Cristã, que parecia insuperável.

Nas eleições parlamentares de 4 de março de 1973 a Democracia Cristã se apresentou ao lado do Partido Nacional em uma coalizão denominada *Confederación Democrática* (CODE), com o objetivo impor uma expressiva derrota à Unidade Popular. Embora tenha obtido 54,7% dos votos, o percentual de 43,4% alcançado pela UP impediu que a oposição conquistasse os dois terços do Congresso, que possibilitariam a derrubada do presidente Allende sob o amparo constitucional. Além de barrar qualquer intento legalmente efetivo contra o mandato do presidente, os números da UP demonstraram que as crises enfrentadas não haviam sido capazes de desmobilizar seu apoio popular. Pela primeira vez na história política do país, a coalizão de governo não sofrera o desgaste eleitoral

---

<sup>518</sup> Conforme ressalta Jorge Arrate, a despeito do apoio e financiamento de grandes grupos econômicos, do Partido Nacional e dos Estados Unidos, acrescento eu, o protagonismo na greve patronal de outubro de 1972 sempre esteve com os grêmios. Atores sociais como a associação de caminhoneiros, os empresários do transporte e outros setores profissionais e estudantis foram os reais executores do “paro”, sendo responsáveis inclusive por ações violentas e de sabotagem. Idem, p. 57.

proveniente do exercício de suas funções. Em verdade, sua votação aumentou em números absolutos e em porcentagem com relação às eleições presidenciais de 1970, em que Salvador Allende foi eleito com 36% dos votos. A Unidade Popular também ampliou seu número de cadeiras no parlamento, reduzindo aquelas ocupadas em conjunto por PDC e PN então agrupados sob o CODE. A isto se pode acrescentar ainda a expressiva maioria alcançada pela UP nas mesas eleitorais daqueles que haviam adquirido o direito de votar pela primeira vez: jovens entre 18 e 21 anos e analfabetos. Fato que mantinha as esperanças eleitorais de vitórias futuras<sup>519</sup>.

Mesmo diante da manutenção dos problemas econômicos inerentes a um modelo de transição, motivados pela resistência de agentes internos e pelas pressões de grupos econômicos externos que respaldavam financeiramente partidos, meios de comunicação e mobilização social opositora para tornar o Chile ingovernável, os resultados eleitorais estimularam o governo a manter o ritmo de seu projeto de mudanças. No mês de junho, novas expropriações impulsionaram o processo de socialização dos meios de produção, mas também ampliaram a polarização política e a insatisfação nas forças armadas. Em agosto, o governo mais uma vez viu sua gestão econômica ameaçada por um vertiginoso aumento da inflação e uma séria crise de abastecimento, catapultada por uma nova greve no setor dos transportes. No campo político as tensões se agravavam com os consecutivos atentados “terroristas” e com as dificuldades de relacionamento entre os Poderes da República, permeadas por crescentes acusações de interferência política, gestão parcial das instituições públicas e permanente atropelo da legalidade constitucional pelo governo de Salvador Allende.

#### **4.2 - O Congresso e a polêmica em torno da legalidade e da autonomia democrática**

No final de julho, em um cenário em que a governabilidade se tornava cada vez mais complicada, o presidente Allende tentou reabrir conversações com

---

<sup>519</sup> Óscar Soto. *El último día de Salvador Allende*. Barcelona: RBA Libros, 2008, p. 32-33. O autor considera que após este pleito a oposição definitivamente se uniu em torno do encaminhamento de procedimentos de “força”, “ilegais” e “antidemocráticos” visando à derrubada de Salvador Allende. Jorge Arrate compartilha desta opinião ao afirmar que a “direita” concluiu que era impossível derrubar constitucionalmente o presidente, definindo o golpe como única opção possível. Op. Cit., p. 61-62.

o PDC. Em editorial, *El Siglo* ressaltou que o diálogo era exigido pela maioria cidadã, pois contribuiria para o “proceso cambios, garantiza la convivencia pacífica entre los chilenos y, por ende, derrota los esfuerzos del fascismo para provocar en Chile una Guerra Civil” (ES, 01/08/1973, p. 4). Em atendimento à consciência esclarecida do povo, era fundamental que a “oposición democrática” se prontificasse a debater. Aos esforços do governo, somavam-se os apelos do Cardeal Silva Henríquez, Arcebispo de Santiago e autoridade máxima da Igreja Católica chilena, para que se buscasse a pacificação dos ânimos<sup>520</sup>.

A despeito de acusações em contrário, a democracia cristã ainda mantinha um discurso reformista e ressaltava seus “valores democráticos”. Da mesma forma, em determinados setores de suas bases partidárias e eleitorais, permanecia o entendimento de que o país necessitava de mudanças estruturais mais efetivas para melhoria das condições de vida dos chilenos. Assim, simplesmente ignorar uma tentativa de diálogo não somente feria os princípios doutrinários e ideológicos da democracia cristã, como contribuiria para a construção de uma imagem de intransigência, que o partido se esforçava em atribuir ao governo<sup>521</sup>.

O atendimento ao convite do Presidente da República se justificou na “vocación democrática del partido majoritario y de su presidente, senador Aylwin”. Contudo, esta ação era um “último esfuerzo” para se atingir o “‘consenso mínimo’ tendiente a asegurar la permanencia de la institucionalidad y

---

<sup>520</sup> No dia 16 de julho de 1973 o Comitê Permanente do Episcopado do Chile emitiu uma nota exortando a pacificação dos ânimos, pedindo uma mudança de postura dos atores políticos envolvidos no ambiente de tensão em prol do diálogo. “La gran mayoría de los chilenos tenemos hambre y sed de justicia: la voluntad de realizar urgentes y profundos cambios sociales, con diversas concepciones ideológicas, la encontramos en millares de hermanos nuestros, que intuitivamente, u organizados en frnetes sociales o políticos, de Gobierno o de Oposición, anhelan un Chile nuevo, construido en el respeto a cada ser humano. A estos grupos políticos o sociales, les imploramos que den los pasos necesarios para crear las condiciones de un diálogo que haga posible un entendimiento.” Cardeal Raul Silva Henriquez; Bispo Carlos Oviedo Cavada. La paz de Chile tiene un precio”. Apud. Sofia Correa et alli. *Documentos del Siglo XX Chileno*. Santiago: editorial sudamericano, 2001, p. 357-358.

<sup>521</sup> Para Tomás Moulian, o fracasso das negociações entre a UP e a DC em julho de 1972 significou o último intento real de acordo político. Dalí para frente, especialmente após a crise de outubro, as tentativas de acordo teriam um caráter apenas “ritual”. Op. cit., 2006, p. 259-260. Entretanto, creio que o PDC, ao menos em discurso, não poderia agir de encontro a sua doutrina e ainda devia satisfações a determinados setores do partido que apostavam no diálogo. Da mesma forma, o atendimento ao pedido de diálogo parece atender a uma demanda popular pela manutenção das práticas democráticas do agir político. Neste sentido, ainda que por questões de estratégia política, ou seja, tentar cooptar o maior apoio popular possível, o PDC não poderia se furtar ao diálogo. Não custa lembrar que seu argumento contra o governo se fundamentava no rompimento da legalidade e dos princípios democráticos oriundo das ações do próprio governo. Neste sentido, por oposição evidente, o partido deveria se colocar ao lado destes mesmos princípios.

el restablecimiento de la tranquilidad pública, a la vez que a señalar un camino que garantizara a la ciudadanía que en adelante **se pondría término a todo tipo de atropellos a la ley y a las personas**” (LP, 01/08/1973, p. 3, grifo meu). O grave momento vivido exigia medidas rápidas. O consenso só poderia ser atingido se o governo se pronunciasse imediatamente acerca das seguintes exigências do partido: promulgação da reforma constitucional que regulamentava a definição das três áreas da economia<sup>522</sup>; imediata solução da greve dos transportadores; devolução das indústrias expropriadas “ilegalmente”; formação de um novo gabinete ministerial com a presença de militares, destinado a restabelecer a tranquilidade institucional do país e o estabelecimento de garantias para o funcionamento independente das instituições democráticas. De acordo com *La Prensa*, órgão que se constituiu em porta-voz das ideias democratas cristãs, estas proposições de “pacificação nacional” correspondiam “a un enfoque global de la situación política y de la búsqueda sincera de una salida democrática para nuestro país” (LP, 03/08/1973, p. 3).

É interessante notar que, ao menos no tocante ao debate interpartidário entre DC e governo, a questão das três áreas da economia e, por conseguinte, da definição de quais empresas seriam estatizadas ou expropriadas, não foi apresentada apenas a partir de uma perspectiva econômica ou administrativa, mas sim sob o argumento legal. O governo não só deveria promulgar as reformas constitucionais como também, simultaneamente, “establecer las enmiendas o aclaraciones que impidiesen abusar de dicha reforma con vistas a objetivos extraños al espíritu de la Constitución” (LP, 04/08/1973, p. 3). O argumento legal também estava na base das análises de *El Mercurio*, que sustentava que qualquer debate sobre a regulamentação das três áreas não fazia mais sentido, pois era uma obrigação constitucional do Poder Executivo a promulgação imediata de uma reforma despachada pelo Poder Legislativo<sup>523</sup>. Evitá-la, sob qualquer pretexto,

<sup>522</sup> A reforma se apoiava no projeto de lei “Hamilton-Fuentealba”, proposto pelos senadores homônimos, ambos filiados ao Partido Demócrata Cristão. Oscar Soto, op. cit., p. 41-42. Em tese, a regulamentação estabeleceria os critérios na definição dos setores efetivamente fundamentais à economia, cujas empresas passariam para o controle “social”, ou seja, do Estado; quais teriam uma administração mista, na qual o Estado se constituiria no principal acionista e quais se manteriam sob o controle privado. Estas, na perspectiva do governo, ao contrário do que propunha o projeto de reforma, deveriam ser apenas empresas menores, sem grande aporte de capital, que deveria ser em sua maior parte nacional.

<sup>523</sup> Sobre *El Mercurio*, vale destacar que durante o ano 1973, o jornal não manteve o mesmo esforço em afirmar sua imparcialidade, tão intentada após as eleições de 1970. A coluna “Tribuna”

seria optar pelo caminho de desrespeito à Constituição e ao Estatuto de Garantias que a complementou. Assim, a promulgação da reforma deveria anteceder qualquer tentativa de diálogo<sup>524</sup>.

A insistência na participação de militares no governo, outro ponto chave para os democratas cristãos, também foi encarada sob o ponto de vista de respeito à legalidade e à democracia. O partido insistia que a presença das Forças Armadas não significava um rompimento com sua tradição profissional e não deliberante, mas sim uma presença institucional. “Una garantía de legalidad, imparcialidad y pacificación” (LP, 04/08/1973, p. 3) destinada a assegurar o funcionamento independente das instituições democráticas e o cumprimento dos acordos estabelecidos.

La experiencia vivida por la Democracia Cristiana en el uso del Estatuto de Garantías Constitucionales, destaca la importancia no solo del texto formal de los acuerdos fundamentales, sino que de la garantía de quiénes serán los ejecutores y avales de estos acuerdos... son las instituciones armadas de la Republica el sector del país en quienes recae la plena confianza, tanto de la oposición como del presidente de la República (LP, 03/08/1973, p. 3)<sup>525</sup>.

A troca de documentos e cartas formais entre o presidente Allende e o senador Patricio Aylwin, presidente do PDC, ocupou as primeiras páginas dos jornais durante as duas primeiras semanas de agosto<sup>526</sup>. Enquanto o governo

---

então lançada para, em edições diárias, expor distintas opiniões sobre o mesmo tema, já não era publicada com a mesma periodicidade, e continha raras posições favoráveis ao governo.

<sup>524</sup> “El Partido Demócrata Cristiano, aún siendo el mayoritario del país, comprende que el cumplimiento de lo que la Constitución establece está más allá de lo que la Democracia Cristiana pueda aceptar, ya que la existencia misma de esta última como partido político y de todo el régimen democrático chileno arranca de la vigencia de la Constitución” (EM, 03/08/1973, p.2). Para o jornal as condições impostas pela DC ao diálogo não eram mais do que o retrato do desejo da maioria do país que exigia o restabelecimento da confiança pública em meio a uma crise insuperável (EM, 02/08/1973, p. 3).

<sup>525</sup> Esta posição era corroborada por *El Mercurio*, que via a reorganização ministerial com a presença militar como a única saída para o restabelecimento da confiança pública, em vista da anárquica administração da UP (EM, 02/08/1973, p. 3). A falta de credibilidade do governo também se evidenciava na lentidão para a devolução das “industrias usurpadas por simple orden de la CUT, sin fundamento legal o económico” (EM, 03/08/1972, p. 3). O desencontro das informações prestadas pelo Executivo, pela imprensa e outros organismos oficiais “han llevado a nivel cero la credibilidad del Gobierno, lesionando con ello, incluso la propia investidura presidencial” (EM, 04/08/1972, p. 2).

<sup>526</sup> “Dialogo en punto muerto. Gobierno no acepta planteamientos DC” (LP, 01/08/73, p.1); “Básico: Gabinete con FF. AA. Dijo el presidente del PDC. Única garantía real para todos los sectores: carta de Allende fue estimada “insatisfactoria” (LP, 03/08/73, p.1); “Allende debe decidir. Declara el PDC: Solución de la crisis en sus manos (LP, 04/08/73, p.1); “El presidente debe restablecer normalidad constitucional. Señalo el jefe de la Democracia Cristiana: Hay que devolverle confianza al país (LP, 05/08/73, p.1); “En dificultades diálogo político. Aylwin recibió amplio Respaldo en su posición” (EM, 01/08/73, p.1); “Allende responde hoy a la carta de Aylwin” (EM, 02/08/73, p.1); “Presidente Allende rechazó reorganizar Gabinete con participación

procurava “ganhar tempo” ressaltando a necessidade da formação de comissões interpartidárias para debater as demandas do partido majoritário na Câmara, a imprensa opositora e o PDC exigiam atitudes imediatas<sup>527</sup>. Embora *El Siglo* ressaltasse que as conversas entre o “gobierno legítimo del país y los representantes de la oposición democrática” se efetuava em um clima de franqueza e cordialidade, a tensão era evidente. Tanto *La Prensa* quanto *El Mercurio* afirmaram que os socialistas faziam violenta campanha contra o diálogo. A despeito de sua aprovação pela maioria da UP, este se realizava em “franca discrepância” com o Partido Socialista, que impugnaria qualquer acordo entre Allende e a direção do PDC. Os ataques dirigidos pela direção do Partido Socialista à DC não tinham “precedentes en una democracia, aunque no es ajeno a las actitudes traicioneras de la mentalidad totalitaria... He ahí un juego impropio del trato democrático y del respeto mínimo que se debe a un adversario” (EM, 01/08/1973, p. 3)<sup>528</sup>.

---

de FF.AA. PDC acordó anoche mantener exigencia sobre ministerio (EM, 03/08/73, p.1); “Cortado dialogo Allende y PDC” (EM, 04/08/73, p.1); “Se reanuda el dialogo. PDC va a la Moneda en curso del día” (ES, 01/08/73, p.1); “Allende responde hoy a Aylwin. Reafirmará la disposición del gobierno de agotar todos los caminos para que el diálogo fructifique” (ES, 02/08/73, p.1); “Cartas reanudan el dialogo. Allende: “Por el interés superior de Chile debemos continuar el diálogo”. Aylwin: “Hay consenso en lo fundamental” (ES, 03/08/73, p.1).

<sup>527</sup> Para *El Mercurio*, a criação de comissões faria com que todo o processo “deslizara por los rieles de la tramitación y la morosidad”, algo inapropriado frente ao tão propalado perigo de confrontação e guerra civil, utilizado pelo governo como principal motivador do debate (EM, 03/08/1973, p.3). Ao tentar contrapor este argumento, *El Siglo* destacou que o estudo de temas tão relevantes ao processo de transformações fundamentais para o país não poderia ser submetido “a la presión del tiempo... es necesario que haya cierta flexibilidad... el destino de Chile no puede estar sujeto a la dictadura del reloj... debe ser defendido con serenidad y ánimo patriótico, mediante el “consenso mínimo” que se ha venido exigiendo con patriótica reiteración. Y no es aconsejable, ni sano, ni democrático, ni patriótico levantar barreras temporales entre los que dialogan” (ES, 01/08/1973, p. 4).

<sup>528</sup> De fato, através de chamadas no jornal *Últimas Noticias*, o Partido Socialista, além de minimizar os problemas sociais e econômicos tão propagandeados pela imprensa de oposição ao governo, fez duras críticas ao PDC, afirmando que a agremiação tentava retornar ao poder através do diálogo, ignorando o resultado das urnas. Em resposta, *La Prensa* publicou ampla reportagem de capa. “El diario stalinista – mirista “Ultimo Hora”, dice en su edición de ayer, afirma con ruda comicidad que el “PDC quiere volver al Poder mediante el diálogo” y pregunta textualmente: ¿Para quién es tan grave la situación?... No para la Unidad Popular, indudablemente. Sus paniaguados desmantelan, atesoran, acaparan, venden en el mercado negro, repletan sus despensas y viven en el mejor de los mundos... Pero, para Chile, como país y como pueblo, la situación es la siguiente: COMBUSTIBLES. No hay parafina para cocinar ni combatir el frío. No hay bencina para el transporte. Escasea el petróleo para las industrias. No hay carbón de piedra. COMIDA. No hay carne... No hay azúcar. No hay café... No hay alimentos para niños. El pan esta racionado... Las papas están racionadas. MEDICAMENTOS. Las boticas ya están vendiendo sólo medicinas para dolores de cabeza, resfriados e enfermedades ligeras... HOSPITALES. Faltan desde alcohol corriente hasta la gasa...MATERIAS PRIMAS. La CORFO y el Banco Central pueden informar con más precisión como están trabajando las industrias, cuando... trabajan. CONCLUSION: exceptuando a algunas tribus del Africa, del Amazonas y de Oceanía, todos los pueblos constituidos en Estados sean indigentes, en vías de desarrollo o desarrollados, necesitan para

Segundo o Partido Socialista, o “único lugar en que corresponde revolucionariamente hacerlo, a nivel de la masa, con los trabajadores, sean o no militantes, en las entrañas mismo del pueblo. Pero rechazamos categóricamente todo diálogo con partidos y directivas que abierta o subrepticamente sirven o participan en la contrarrevolución”. A intenção de separar o povo e a massa de seus inimigos, ou seja, das oligarquias políticas e dos agentes do imperialismo se coaduna com o discurso proposto pelo governo e pela Unidade Popular como um todo. Ciente desta tentativa, em um editorial intitulado “Planteamientos para el pueblo” *La Prensa* destacou que os pedidos da DC tinham a finalidade de criar condições para que o processo de transformações estruturais exigido pelo país fosse conduzido livre e soberanamente pelas grandes maiorias chilenas. A agremiação, que antes lutara contra o poder oligárquico, voltava à mesma arena de luta, rechaçando então o poder advindo de uma nova classe dominante “que aplasta la expresión auténtica del pueblo”.

La Democracia Cristiana, al oponerse a los afanes totalitarios y desquiciadores del Gobierno, no ha hecho otra cosa que **reafirmar su vocación revolucionaria y popular**. Al pronunciarse contra las estatizaciones, está defendiendo el derecho de los trabajadores a participar en la gestión de la empresa. Al oponerse a los Centros de Reforma Agraria, está defendiendo la más clara aspiración de los campesinos, cual es tener acceso a la propiedad de la tierra... Jamás se podrá aceptar una nueva forma de explotación... solo porque lleva una **etiqueta populista** que esconde la cobardía del nuevo explotador... La DC cumple de esta manera sus compromisos populares (LP, 08 /08/197, p. 3, grifo meu).

Tal como propunham os articuladores da UP, os socialistas valorizavam a participação popular. Contudo, ao rechaçar a possibilidade de construção de uma maioria legislativa através do diálogo com forças tidas como “não revolucionárias”, o partido se contrapunha aos argumentos defendidos pelo Executivo e ainda sustentados por outros grupos integrantes da coalizão governista. Expressa nas páginas de *El Siglo*, a opinião do Partido Comunista, ao menos naquele momento, realçava a importância do entendimento<sup>529</sup>. Ainda que *El Siglo*, evitasse as críticas aos socialistas destacando apenas a necessidade de união das forças populares, esta divergência parecia revelar que as divisões no

---

llamarse tales, los productos, artículos, recursos y elementos de subsistencia mínima, mencionados, anteriormente, juzgue el lector, cuál es, por lo tanto, la realidad chilena... ¿Para quién es tan grave la situación? La respuesta es una sola: PARA CHILE” (LP, 02/08/1973, p.1).

<sup>529</sup> Vale lembrar que embora se intitulasse o “primer activista de la revolución chilena”, o jornal era dirigido pelo Partido Comunista e, em última instância, se coadunava com suas opiniões.

interior da Unidade Popular, minimizadas por ocasião da eleição de Allende novamente se evidenciavam.

Em virtude de seu alinhamento aos debates doutrinários realizados no seio do movimento comunista internacional, o Partido Comunista se mostrara reticente à tese Allendista de que o socialismo poderia ser construído sem a implantação da “ditadura do proletariado”. Contudo, ao contrário do que ocorrera com o próprio partido do presidente, os comunistas até então haviam se mantido como uma força compacta e alinhada ao governo da UP e ao projeto da “via chilena”, que insistia na necessidade de manutenção da livre expressão partidária, além da garantia de todos os direitos civis e políticos a agremiações, partidos e cidadãos<sup>530</sup>. O Partido Socialista, por sua vez, a despeito de sua direção não ter vetado qualquer ação do presidente, por diversas vezes discrepou da gestão política de Allende. Ao longo do governo da UP, a corrente majoritária, que alçara o senador Carlos Altamirano à condição de secretário-geral durante o XXIII Congresso Geral do Partido Socialista, realizado em 1971 em *La Serena*, insistiu que o governo deveria imprimir um ritmo mais acelerado ao processo de transformações sociais rumo ao socialismo apoiando-se nas forças populares e revolucionárias<sup>531</sup>. O excessivo cuidado nas relações com a alta cúpula das Forças Armadas e a recorrente abertura de canais de negociação com o PDC eram vistos como barreiras a este processo, daí a resistência do partido a esta nova tentativa de aproximação com a Democracia Cristã.

O presidente Salvador Allende em nenhum momento negou os princípios doutrinários e revolucionários do partido e nem do programa de governo da UP<sup>532</sup>.

---

<sup>530</sup> Ver Jorge Arrate op. cit., p. 52-53. Segundo o partido comunista o conceito de ditadura do proletariado referia-se ao caráter de classe do Estado, seu conteúdo social, e não necessariamente vinculado a formas de governo, argumento de difícil convencimento na oposição de direita, de centro e mesmo no seio da própria esquerda. Ainda assim, fazia parte de um esforço conceitual para fazer compatível a adesão de um marxismo soviético com o compromisso com a democracia pluralista.

<sup>531</sup> Como veremos mais adiante, esta corrente tinha muitas desconfianças que este processo se efetivaria sem uma ação violenta. Por outro lado, vale ressaltar que a postura não significava um afastamento completo entre o partido e o presidente, que também chegou a admitir a possibilidade de um desfecho violento para o processo revolucionário chileno. Contudo, em seu entendimento esta violência deveria ser sempre defensiva.

<sup>532</sup> Como bem aponta Jorge Arrate vale salientar que Salvador Allende por si só se constituía em outro grande ator no campo da esquerda. Em sua longa experiência na prática política fundamentara sua liderança em raízes populares permanentemente pregando a unidade entre os trabalhadores. Esta mesma experiência o transformara em um hábil negociador que valorizava a importância do debate. Para o autor Allende poderia ser interpretado com uma espécie de síntese entre o PC e o PS, censurando certas tendências escolásticas no interior dos partidos, de onde surgiam interpretações mais rígidas dos textos marxistas. Jorge Arrate op. cit., p. 55.

Contudo, a experiência política o levava a encarar com realismo e pragmatismo a situação política. Em sua resposta oficial às proposições da democracia cristã, reafirmou suas intenções de respeitar a legalidade democrática e suas instituições. Entretanto, propôs um novo acordo sobre a reforma constitucional relativo à questão das áreas de propriedade social e se negou a alterar o gabinete<sup>533</sup>. A mudança radical na estrutura de mando do governo e dos órgãos de controle poderia comprometer a aplicação do programa da UP. A DC considerou a resposta “insatisfactoria”, criando um impasse. Embora o presidente afirmasse que manteria a legalidade institucional, sua simples promessa não era suficiente para se restabelecer a tranquilidade nacional.

Para eso, el Presidente de la República, y no otro, debe adoptar medidas prácticas, fruto de la situación, que indiquen la posibilidad de aplicar las ideas antes referidas. Es tonto decir que el diálogo está cortado. **Democráticamente hablando**, jamás se podrá evitarlo. Más, en este momento... tiene que apoyarse en la voluntad presidencial de tomar medidas prácticas y convincentes (LP, 04/08/1973, p.3, grifo meu).

Para o PDC, as pressões de seu próprio partido obrigavam Allende a manter uma atitude “dilatoria”, o que ampliava às dúvidas sobre o futuro. Caso concordasse com as bases propostas pelo Executivo, a oposição gradativamente perderia seu crédito junto à opinião pública à espera por soluções, enquanto “los grupos de poder de gobierno seguirían trabajando subterránea o públicamente en sus objetivos antidemocráticos”. Neste ponto, os editoriais de *El Mercurio* foram ainda mais incisivos. O PDC aceitara o diálogo em virtude de seu apoio irrestrito às liberdades democráticas e ao esforço patriótico de encontrar uma solução para a “catástrofe más grande de nuestra historia”. Contudo, estes objetivos não eram compartilhados pela UP e pelo próprio presidente Allende.

Em meio à tensão política e ao aumento da agitação nas ruas, provocada pela greve dos transportadores e os inúmeros atentados contra bens públicos, o governo recuou e anunciou um novo gabinete ministerial<sup>534</sup>. A decisão de incorporar os mais altos comandantes das três forças militares e o diretor geral do *Cuerpo de Carabineros*, em um corpo de ministros denominado pelo presidente

<sup>533</sup> “En lo que se refiere a la promulgación de las reformas constitucionales, el Señor Allende la aceptaba bajo condición de aprobar una nueva enmienda en que se restableciera el quórum de dos tercios a fin de hacer prevalecer el criterio del Ejecutivo, hasta ahora sin apoyo en la mayoría del Congreso ni en el Tribunal Constitucional ni en la Contraloría” (EM, 03/08/1973, p.3).

<sup>534</sup> “Gabinete con jefes de FF. AA. Juró ayer” (EM, 10/08/1973, p.1); “Jefes de FF. AA. a Ministerios: 7 marxistas, 2 PR, 1 IC, 1 independiente y 4 uniformados” (LP, 10/08/1973, p.1).

de *Gabinete de la Seguridad Nacional*, visava serenar os ânimos. Em seu discurso de nomeação, Allende afirmou que a nova equipe de governo, sabendo que contava com a solidariedade da “inmensa mayoría de los chilenos”, defenderia o processo de mudanças revolucionárias com o manejo implacável da Lei. O pronunciamento, se por um lado garantia o alinhamento do governo com os princípios constitucionais, por outro reforçava sua intenção de manter a direção rumo ao socialismo. Esta atitude, segundo *El Siglo*, apenas refletia a firme decisão do “gobierno constitucional en defensa de sus legítimas atribuciones y de los intereses generales de nuestro país” (ES, 10/08/1973, p. 3). Para demonstrar que as eventuais divergências teóricas não afetavam a unidade em torno do governo da UP, tal como propalavam seus opositores, comunistas e socialistas emitiram uma declaração conjunta de apoio ao novo Ministério<sup>535</sup>. Reproduzida com destaque por *El Siglo*, a nota atentou que o gabinete tinha o dever supremo de defender a continuidade do processo revolucionário<sup>536</sup>.

Expresamos nuestra confianza en que la conjunción de la fuerza irresistible del pueblo, de su unidad de objetivos y el cumplimiento de sus deberes constitucionales por las Fuerza Armadas y Carabineros, desalentarán al golpismo derechista e impondrán un clima de autoridad y respeto que permita el desarrollo de la fuerza creadora y productiva de los trabajadores... Se hace indispensable obtener la modificación de la ley de control de armas, para evitar la repetición de los trágicos errores cometidos y permitir sancionar en cambio la gigantesca conspiración que el imperialismo y la derecha han montado contra Chile. Debe emplazarse al Congreso a entregar las herramientas que permitan castigar ejemplarmente el delito económico.... Porque cumpliendo esos objetivos se salvaguarda la seguridad de Chile, se resguardan los intereses económicos y sociales de la Patria y se cautela nuestra vida democrática, a través de la cual el pueblo avanza hacia el socialismo (Apud. ES, 13/08/1973, p. 3).

Na declaração, nota-se que a ideia de legalidade se apoiava na lei escrita, mas fundamentalmente na vontade popular. Esta impunha ao Congresso a realização das transformações necessárias para aceleração do processo revolucionário e ao novo gabinete, o sufocamento da greve “criminososa” que paralisava a economia. Esta pressão “popular”, que para os partidários da UP era entendida como justa e democrática, foi interpretada pelos opositores do governo como um atentado às liberdades individuais e à soberania do Congresso. Em

<sup>535</sup> Para tentar expor um suposto ambiente de desunião, logo após o anúncio do ministério, *La Prensa* já havia publicado em primeira página: “Headlines en la “Unidad Popular”: Divididas las opiniones sobre nuevo gabinete” (LP, 10/08/1973, p.1).

<sup>536</sup>“PS-PC: “El deber supremo es defender continuidad del proceso revolucionario”. Declaración conjunta de apoyo al nuevo Gabinete” (ES, 12/08/1973, chamada de primeira página).

primeiro lugar, não era o povo que pressionava, mas sim uma pequena minoria. Ainda que não o fosse, deveria-se destacar que os “grêmios” e os opositores ao “marxismo” estavam sendo tratados “con sectarismo que hizo tabla raza de la Constitución y la ley... esos gremios son segregados de la igualdad ante la ley y de los derechos de petición y huelga” (EM, 10/08/1973, p. 3). Embora reiterasse que sustentaria a legalidade constitucional e garantiria a segurança nacional, o governo não tomara medidas eficazes neste sentido, pois desrespeitava a liberdade individual.

Em verdade, para oposição, o governo se mostrava titubeante. Em um primeiro momento negara qualquer possibilidade de mudança de gabinete, para fazê-la apenas uma semana depois. Em seguida, apelava para a segurança nacional, mas permitia declarações como as dos oradores da CUT e mesmo de figuras nomeadas para postos no governo que “desvirtuan terminantemente esa definición” (EM, 10/08/1973, p. 3). A presença dos militares não era suficiente para o restabelecimento da ordem institucional, pois não incluía sua participação nos chamados “mandos médios” da administração pública, ainda sob o controle de funcionários subalternos que desobedeciam as ordens superiores e davam orientação sectária e política às suas ações<sup>537</sup>. Nomeados a partir de uma divisão partidária de cargos, estes funcionários não respondiam e nem respeitavam a hierarquia, mas apenas o seu partido. Tendo o presidente pouca autoridade sobre eles, pareciam ter “autonomia de vuelo” para tomar posições extremistas (EM, 15/08/1973, p.3). Contando com uma “equipe” que promovia inúmeras manobras pelas costas, o prestígio dos chefes militares junto ao país poderia ser comprometido. Além disto, a participação militar em um Ministério que anunciava suas medidas de forma conjunta também poderia ser confundida com a ideia de suporte político à UP, o que sacrificaria sua independência política aumentando o mal-estar interno na corporação<sup>538</sup>.

<sup>537</sup> “El señor Allende declaró en su discurso que esta era la última oportunidad para evitar el enfrentamiento y la guerra civil, pero ni las medidas anunciadas ni el equipo ministerial permiten deducir ánimo alguno de pacificación... la actuación individual de los uniformados no basta para llegar a la convicción de que el nuevo gabinete sea la última oportunidad de salvar la paz y la seguridad nacionales... si el gobierno, en su conjunto, no sujeta su conducta a la estricta observancia de la constitución y de la ley” (EM, La semana política, 12/08/1973, p. 4).

<sup>538</sup> “Aparte del mejoramiento moral que otorga al conjunto del Gabinete el ingreso de hombres personalmente prestigiosos, no parece que el país pueda abrigar esperanzas sobre días mejores. **En cambio, coloca a las FFAA en una difícil posición de eventuales avales de nuevos intentos de quebrantamiento constitucional**” (LP, 11/08/1973, p. 3, grifo meu). “Los efectivos secretarios de Estado cargan con todo el peso de las consecuencias... **los ministros que hayan adoptado algún**

O mesmo argumento motivou a Democracia Cristã a levantar dúvidas sobre as possibilidades de êxito do gabinete de “seguridad nacional”. O respaldo do partido à nova conformação dependeria de uma imediata retificação de rumos, não anunciada pelo governo e seus partidários.

Dependerá de la política que realice y del efectivo respaldo y participación de que los institutos armados dispongan en los diversos niveles administrativos, para hacer prevalecer y cumplir sus normas y principios de corrección y patriotismo por encima de los intereses partidistas de los sectores políticos que predominan en el ministerio... [si] asume claramente su responsabilidad para hacer posible el logro de estos objetivos que entrañan la necesidad de rectificación inmediatas y concretas que la Democracia Cristiana ha venido señalando reiteradamente, nuestro Partido, desde el sitio de oposición en que se encuentra por voluntad del pueblo, no rehuirá su patriótica cooperación para facilitar el consenso democrático indispensable a fin de restablecer la normalidad del país (Declaración Oficial del PDC. In: LP, 11/08/1973, p.1)<sup>539</sup>.

Para justificar a reticência em colaborar frente ao atendimento de uma demanda do partido pelo governo, a Democracia Cristã insistiu que a mesma dependeria de outros requisitos. A presença dos militares sem capacidade de mando não era suficiente para restauração do estado de direito e a eliminação de grupos armados ilegais (LP, 12/08/1973, p.3). Argumento este, adotado por diversos setores opositores do governo. Contudo, nota-se que a DC vinculou seu ponto de vista a uma “vocação democrática” inerente ao partido e à vontade do povo que o havia colocado naquela posição. Como “democratas” seus membros não se furtavam a colaborar para o restabelecimento da normalidade, mas o governo, ao contrário, não parecia estar disposto a atender demandas que se impunham pelos desejos da nação. Como já vinha fazendo ao longo de todo o processo de tentativa de construção de diálogo, o discurso do PDC o colocava ao lado dos “desejos do povo”. Assim, mais uma vez tentava impedir o reforço da ideia de que o confronto entre governo e oposição tratava-se, em última instância,

---

**acuerdo que atropelle la Constitución o la ley o las deje sin ejecución responderán personal y solidariamente de la irregularidad cometida...** sería aconsejable pues que el Gobierno abandone la forma anónima de referirse al Consejo de Gabinete y anunciar nominativamente a los secretarios de Estado que responderán ante la Cámara y ante el país por las resoluciones adoptadas, dejando además constancia de los que se opongan a determinada decisión” (EM,14/08/1973, p. 3, grifo meu).

<sup>539</sup> Antes mesmo do anúncio do novo gabinete o senador Patricio Aylwin, presidente do PDC já havia declarado: “La fórmula que se rumorea de posible integración del Ministerio, si bien aparentemente constituiría un factor de rectificación del Gobierno, no satisface, a mi juicio, los requerimientos de real participación de la Fuerzas Armadas en todos los niveles y con el poder suficiente para garantizar al país el pleno restablecimiento del orden, la seguridad y la normalidad institucional” (LP, 09/08/1973, p.1).

de um embate entre povo e privilegiados, tal como difundiam amplamente a Unidade Popular e seus partidários. Em virtude de seu espírito democrático, o povo e, por conseguinte, o PDC estava ao lado da lei. Já o governo, ao não dar sinais de que impediria o atropelo dos princípios constitucionais, se afastava do povo e de seus interesses. Conforme apontou *El Mercurio*,

el Congreso Pleno ha entregado el poder supremo de la República a un Mandatario que juró observar la Constitución. Hasta no hace mucho, los partidos políticos democráticos entendieron que la vía de las transformaciones podía compatibilizarse con los cánones de la legalidad. Después surgió y se afianzó el Poder Popular, mediante usurpaciones de fábricas y otras arbitrariedades, luego de un largo periodo de resquicios legales o sutilezas para torcer el sentido genuino de las leyes (EM, 17/08/1973, p.3).

Esta postura aumentara ainda mais a distância entre o governo e o povo, pois se constituiu em fator gerador de uma violenta crise econômica que trouxe consigo a “inflación más alta del mundo; la mayor devaluación monetaria; la escasez; el mercado negro y la caída y destrucción de nuestro aparato productivo” (EM, 16/08/1973, p.3). Ao atingir 323,3% em apenas 12 meses, a inflação batia todo o “recorde mundial” da história, colocando o país à beira da bancarrota total e os assalariados “en el umbral de la desesperación y el hambre” (LP, 20/08/1973, p. 3)<sup>540</sup>.

De fato, o gabinete com os militares não conseguiu contornar a crise. Enquanto a greve dos transportadores se alastrava com a adesão de outros setores, *El Siglo* insistia em grandes titulares que apontavam seus autores como instrumento do golpismo e como principais responsáveis pela crise de abastecimento na economia. Juntamente com os terroristas de extrema direita e mesmo de esquerda, os grevistas “criminais” atentavam contra a legalidade constituída. A presença dos comandantes das Forças Armadas também não

<sup>540</sup> Para *El Mercurio* esta marca impressionante devia-se à excessiva emissão monetária (EM, 22/08/1973, pp). Entretanto, toda esta situação econômica se originava, em última instância, no fato de que “la estatización total de la agricultura y en gran medida de la industria, lejos de aumentar el rendimiento nacional, ha significado estagnación y finalmente retroceso” (EM, 06/08/1973, p. 3). O governo criara uma área social maior do que podia administrar, preocupando-se mais em expropriar do que em produzir (EM, 12/08/1973, p. 3). Corroborando esta posição, *La Prensa* entendia que os números da crise eram resultado da má gestão do governo e das perdas nas empresas da área social. Ao mesmo tempo em que sangrou os cofres públicos com financiamentos fiscais a estatização se mostrou nociva à produção e à produtividade. Impulsionado em 1972 o deterioramento geral da economia chilena continuaria avançando cada vez mais rapidamente. (LP, 09/08/1973, p.3). A partir destas notas, percebe-se que o argumento da incapacidade administrativa do governo já estava presente na oposição. Contudo, o mais grave era que diante dos atropelos a lei, cometidos pelo Executivo, os outros poderes da república se viam impossibilitados de impor travas a estes erros.

arrefeceu a polémica no parlamento. Poucos dias após o estabelecimento da nova estrutura ministerial, o ex-presidente da República e então presidente do Senado Eduardo Frei, afirmou em entrevista a *El Mercurio* que os ministros militares se encontravam em precárias condições no governo, já que todos os postos chave haviam sido preenchidos por indicações arbitrárias do presidente. O senador afirmou ainda que toda a responsabilidade sobre a crise decaía sobre o governo, não podendo imputá-la, nem mesmo aos grupos de extrema direita. “Se habla mucho de golpismo y de fascismo. Los que están amenazando la ley no son los grupos extremistas que, en definitiva, cometen locuras o torpezas en su insensatez, sino los que han conducido al país a esta encrucijada” (Apud. ES, 16/08/1973, p.1). A reação da Unidade Popular foi imediata. De acordo com *El Siglo*, o ex-presidente desafortunadamente se mostrara um “politiquero”. A triste entrevista o colocava definitivamente em uma posição antidemocrática. Além de destilar veneno contra a capacidade dos chefes militares<sup>541</sup>, demonstrava certo cinismo em sua defesa

del sabotaje económico, del terrorismo antipatriótico y de la sedición fascista... con indulgencia paternal, absuelve de toda culpa a los autores de estos crímenes, limitándose a reconocer en ellos un poco de locura o cierta torpeza... formula la tesis abismante de que no serían amenaza a la ley los golpistas y fascistas cuya obra demoleadora esta sufriendo Chile entero (ES, 16/08/1973, p.1).

Para *El Siglo*, era o próprio Frei que se opunha à legalidade ao questionar as faculdades constitucionais do presidente de nomear seus assessores, chegando ao cúmulo de mencionar a possibilidade de uma mudança de governo<sup>542</sup>. O episódio parece marcar o término definitivo de qualquer possibilidade de diálogo

<sup>541</sup> “Le niega al Comandante en Jefe de la Armada condiciones para ejercer el Ministerio de Hacienda, destilando en su contra veneno y desconsideración en la frase con que intenta calificarlo negativamente: “**No conozco ninguna nación importante en que el Ministro de Hacienda no sea un experto en materias económicas. Hasta en Brasil, donde gobiernan las Fuerzas Armadas, han colocado en la directiva económica a un economista que no es miembro de ellas**”. ¡Ah, el Brasil actual y sus sueños antichilenos!” (ES, 16/08/1973, p.1, grifo do jornal).

<sup>542</sup> *La Prensa*, por outro lado, fez uma veemente defesa de Frei afirmando que os editoriais de *El Siglo* desvirtuaram o real sentido de suas palavras. Com relação aos atos terroristas era óbvio que o senador se referia ao fundo da questão. “Ella no es el producto de los extremistas de Derecha, los cuales causan, sin duda, daño al país”. Os editoriais também falseavam a verdade que opunham Frei às Forças Armadas, sua entrevista em nenhum momento insultou os chefes militares, pelo contrário. Visava apenas impedir “que el Presidente de la República falte a la consideración que se le debe”. Já a acusação de desrespeito às faculdades constitucionais do presidente para nomear seus colaboradores, se constituía em um ato grotesco. “No se vulnera facultad alguna del Jefe de Estado cuando se le dice que no forma sus gabinetes de manera adecuada... Aquel tiene sus facultades, pero el pueblo, tienen también las suyas; en este caso, el inalienable derecho a opinar” (LP, 19/08/1973, p. 3).

entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã, não mais apresentada como uma “oposição democrática”. Para a direção da UP, as últimas declarações aproximavam o PDC e o Partido Nacional em um desafio aberto ao governo constitucional e à luta do povo contra o fascismo. “En ambos casos se trata de desconocer la legitimidad del Presidente de la república, la patriótica participación de las Fuerzas Armadas en un Gabinete de seguridad nacional para restablecer la normalidad, el respeto a la ley y defender a la Patria amenazada” (ES, 19/08/1973, p. 3). Conforme expôs *El Siglo*, para a direção da UP, não era estranho que o Partido Nacional formulasse declarações que representavam uma traição ao país. O jornal há muito apresentava os líderes do partido como falsos democratas que financiavam e encobriam a ação de extremistas e terroristas, executores ilegais de sua política golpista<sup>543</sup>. Entretanto, era muito grave que a direção do PDC virasse as costas à suas “bases obreras y campesinas y se pliegue sin disimulo a las posiciones de las sectores conspiradores”. A Democracia Cristã,

en vez de defender la convivencia democrática, **haya asumido una actitud de franca resistencia a la legalidad vigente**. Se opone a la aplicación de normas legales indiscutibles contempladas para restablecer la actividad económica y amparar los intereses del pueblo y del país. Más aún: se rebele contra estas disposiciones y amenaza a los que las ejerzan, llegando a la incitación de un “enfrentamiento entre soldados y transportistas” que, por supuesto, sólo puede provenir de la resistencia armada contra quienes tienen la obligación de velar por la seguridad nacional y el orden público (Declaración oficial de la UP. In: ES, 19/08/1973, p. 3, grifo meu).

Antes moderado com relação ao PDC, *El Siglo* iniciou então uma dura campanha contra o partido. Em diversas edições sucessivas publicou grandes chamadas de página inteira questionando as atitudes e declarações de Eduardo Frei e da cúpula da DC. Conforme se pode notar no texto das matérias, sua intenção era demonstrar que a Democracia Cristã se afastava da legalidade colocando-se em franca oposição aos princípios constitucionais<sup>544</sup>.

<sup>543</sup> “Todos los antecedentes de los criminales y de sus móviles comprometen hasta los tuétanos al llamado Partido Nacional, a sus brigadas de choque, a sus líderes fascistas. La banda de “Patria y Libertad” es solo un apéndice del partido de los cavernarios, su mano armada, los ejecutores “ilegales” de su política... El pueblo debe conocer la verdadera catadura de los que rasgan vestiduras por la democracia y la libertad y que en los hechos son una amenaza pública” (ES, 06/08/1973, p. 3).

<sup>544</sup> Os anúncios, cujo texto incluía uma sequência de perguntas e respostas que variavam de uma edição para outra começavam sempre com a mesma frase: “El pueblo chileno exige una definición”. Para concluir, o texto trazia em caixa alta: “LA DIRECTIVA DEL PDC ESTA CON

De fato, em um ambiente polarizado, ambos os lados buscavam a se colocar sob a “proteção” da legalidade e do apoio popular. O argumento da Democracia Cristã criticando a falta de suporte à ação dos militares e às reiteradas ações ilegais de funcionários subalternos de governo ganhou ainda mais repercussão quando o general César Ruiz Danyau, ministro de Obras Públicas e Transportes e responsável pela negociação com os grevistas apresentou sua renúncia. Em sua edição de domingo, dia 19 de agosto, *La Prensa* publicou em primeira página. “Me voy porque no me dieron facultades’: General Cesar Ruiz Danyau” (LP, 19/08/1973, p.1)<sup>545</sup>. No dia seguinte, Eduardo Frei, em novo pronunciamento, acusou o governo de tentar utilizar as Forças Armadas com fins político-partidários, arrastando estas instituições a uma grave crise interna. A atitude de Allende, que por sua vez exigiu a saída do general do comando da Aeronáutica, foi entendida pelo senador como uma tentativa de vinculação política das Forças Armadas e uma violação do Estatuto de Garantia Constitucional que determinava a manutenção do profissionalismo dos institutos militares<sup>546</sup>.

Nos argumentos dos opositores de Allende, esta atitude frente aos militares foi mais um dos inúmeros ataques cometidos pelo governo contra a independência dos poderes do Estado, um dos pilares fundamentais do regime democrático. Além de não respeitar as decisões do Legislativo, como no caso das reformas constitucionais, o governo interferia politicamente na atuação de instituições do Estado como as Forças Armadas, a polícia e os órgãos fiscais e semifiscais, cometendo até mesmo o “descalabro” do não cumprimento de decisões judiciais, em especial no tocante à reintegração de empresas “ilegalmente” nacionalizadas. Naquele momento, diversas reportagens dando conta do não acatamento de ordens

---

LA SEDICION Y EL TERRORISMO O CON LA CONSTITUCION Y LA LEY” (ES, 20/08/1973, p. 8).

<sup>545</sup> Em seu editorial o jornal respaldou a atitude do general. “Sin duda, el distinguido militar ha preferido el retiro a la falsedad de un mando ministerial que no se le entregó realmente” (LP, 19/08/1973, p. 3).

<sup>546</sup> Em seus comentários sobre a renúncia do ministro dos Transportes, *El Mercurio* expôs uma posição similar à posteriormente defendida pelo presidente do Senado. “La actitud de jefe de Estado... trasluce con la mayor nitidez que el señor Allende confunde la obediencia militar con la obediencia política, confusión que tiene lugar en todos los regímenes marxistas... los uniformados van siendo sometidos a ejecutar una política partidista y no a apoyar un gobierno del Estado” (La Semana Política, EM, 19/08/1973, p. 3). Seguindo o mesmo caminho *La Prensa* afirmou que a atitude do presidente contrariava os desejos da nação. O manejo político das Forças Armadas provocava “inquietud en la ciudadanía”, pois percebia-se “una peligrosa connotación de subordinación política de las instituciones armadas en su participación y actuación en el Gobierno... la mayoría del país rechaza toda forma de acción que tienda a debilitar, socavar o dividir las instituciones armadas” (LP, 20/08/1973, p.3).

judiciais pelo governo permeavam inúmeras páginas de *El Mercurio* e *La Prensa*. No dia 20, em sua coluna *Tribuna*, não por acaso *El Mercurio*, publicou um artigo intitulado “¿Es Chile un país de derecho?”. Assinado pelo jurista e professor de direito da Universidade Católica do Chile, Jaime Navarrete Barraeto, o texto afirmava que as decisões dos tribunais em nenhuma hipótese poderiam ser descumpridas.

Ni la constitucion ni las leyes pueden reemplazar la función de los tribunales de hacer justicia en los casos concretos, pues ellas establecen reglas generales; Y el Poder Judicial existe en Chile y el cumplimiento de sus fallos está garantizado por la fuerza pública. Queda a los ciudadanos, entonces, obtener remedio a sus males donde corresponde en nuestro sistema jurídico, o continuar publicitando sus problemas y la carencia de soluciones para ellos (EM, 20/08/1973, p. 16)<sup>547</sup>.

Em meio à polêmica, a Corte Suprema do Chile emitiu alguns comunicados exigindo que o governo colocasse ponto final à “série de descumprimentos” de ordens judiciais, pois isto significava uma conduta delituosa contrária ao estado de direito. Sob o argumento de que sua missão era velar pela manutenção da legalidade, a Controladoria Geral da República também condenou as “infrações” cometidas pelo Executivo e alertou sobre a “inconveniencia de continuar con el sistema de los llamados resquicios legales, que no son otra cosa que la puerta falsa por donde el Gobierno ha burlado su obligación de respetar nuestra institucionalidad” (LP, 24/08/1973, p.3). Para aumentar ainda mais a crise enfrentada pelo governo de Allende, então envolvido em um novo anúncio de racionamento na distribuição de produtos de primeira necessidade<sup>548</sup>, a Câmara

<sup>547</sup> Nas páginas de *La Prensa* muitos foram os temas relacionados ao não acatamento da justiça como no caso da reintegração de mineiros em greve nas regiões de El Teniente e Chuquicamata (LP, 03/08/1973, p.3). Contudo, foi particularmente emblemático o caso da decisão da Corte de Apelações suspendendo as transmissões do Canal 9 de televisão. Pertencente à Universidade de Chile, mas administrado por estudantes ligados ao MIR e à Unidade Popular o canal foi acusado de realizar propaganda marxista e adotar o uso sistemático da injúria e da calúnia “en abierta violación de las normas constitucionales vigentes”. Quando a direção da Universidade negou sua paternidade o funcionamento do Canal foi tido como ilegal e clandestino. Diante da negativa dos estudantes em abandonar o Canal após a decisão da Corte, *La Prensa* insistiu que o ministério do Interior deveria dar “cumplimiento al fallo suspendiendo las transmisiones del Canal 9 por vía coercitiva. No podrá eludir más su responsabilidad bajo ningún pretexto si no quiere colocarse en abierta ilegalidad” (LP, 07/08/1973, p. 3). A posterior postergação do despejo do Canal resultou em diversos editoriais de protesto tanto em *La Prensa* quanto em *El Mercurio*. No dia 21, 15 dias após a decisão da justiça este jornal publicou que “Son ya demasiados los casos en que el Ejecutivo, con razones especiosas, atropella las decisiones soberanas del Poder Judicial, lo cual ha llevado a la Corte Suprema a afirmar que la juridicidad está quebrada entre nosotros...reconoce precedentes de la más abierta ilegalidad en la actuación de entidades del Estado” (EM, 21/08/1973, p. 3).

<sup>548</sup> Segundo *La Prensa*, a nova distribuição, descrita pelo governo como “racional e democrática”, além de demonstrar em definitivo a incapacidade administrativa do governo, seguiria princípios políticos sectários para isolar os descontentes, obrigando-os a “inclinarse la cabeza y las convicciones políticas. Es el método totalitário” (LP, 22/08/1973, p.3).

dos Deputados, em maioria relativa, emitiu uma declaração de inconstitucionalidade da presidência de Allende. Esta declaração se constituiu em um dos elementos fundamentais para a sustentação da derrubada de Salvador Allende, sendo em efeito uma “carta branca” ao golpe<sup>549</sup>.

Endereçada ao presidente e aos ministros militares, a declaração tinha como fundamento principal o rompimento da ordem legal e constitucional<sup>550</sup>. Em seus “considerandos” enumerou uma série de ações em que o governo desconsiderava as atribuições do Congresso Nacional, a autoridade do Poder Judicial, a autonomia da Controladoria Geral da República e os direitos e liberdades individuais fundamentais garantidas pela Constituição. De acordo com o texto, estes ataques à legalidade não foram ações isoladas, mas uma conduta permanente de um governo que estava empenhado em conquistar o poder total e subverter toda possibilidade de vida democrática<sup>551</sup>.

Para os editoriais de *La Prensa* e de *El Mercurio*, o “documento histórico”, elaborado em um ambiente de repúdio “quase unánime” às ilegalidades cometidas pelo governo, se constituiu em “una típica y solemne advertencia de la democracia chilena, ante una experiencia política, que está poniendo en duro trance la subsistencia de los derechos ciudadanos en nuestro país” (LP, 26/08/1973, p.3)<sup>552</sup>.

<sup>549</sup> De acordo com Armando de Ramon, ela significava a coroação de todos os esforços da direita para deslegitimar o governo da Unidade Popular, tendo em vista que o acusava de atropelar sistematicamente as atribuições dos demais poderes do Estado, de violar habitualmente as garantias que a Constituição assegurava a todos os habitantes da República e de permitir e amparar a criação de poderes paralelos ilegítimos Op. cit., p. 205.

<sup>550</sup> Este ponto também foi o que recebeu maior destaque na imprensa opositora à Allende. “Quebrantado orden legal y constitucional: Un solemne llamado al gobierno”; “Cámara se dirige a S. E. y a los Ministros uniformados” (LP, 23/08/1973, p.1). “El Gobierno ha quebrantado gravemente la Constitución: declara acuerdo de la Cámara de Diputados” (EM, 23/08/1973, p. 1).

<sup>551</sup> “5. Que es un hecho que el actual gobierno de la República, desde sus inicios, se ha ido empeñando en conquistar el poder total, con el evidente propósito de someter a todas las personas al más estricto control económico y político por parte del Estado y lograr de ese modo la instauración de un sistema totalitario, absolutamente opuesto al sistema democrático representativo, que la constitución establece; 6. Que, para lograr ese fin, el gobierno no ha incurrido en violaciones aisladas de la Constitución y de la ley, sino que ha hecho de ellas un sistema permanente de conducta, llegando a los extremos de desconocer y atropellar sistemáticamente las atribuciones de los demás Poderes del Estado, violando habitualmente las garantías que la constitución asegura a todos los habitantes de la República...”. *Acuerdo de la Cámara de Diputados sobre el grave quebrantamiento del orden constitucional y legal de la República*, 23 de agosto de 1973. In: Oscar Soto, op. cit., Documento 4, p. 205-206.

<sup>552</sup> De acordo com *El Mercurio*, a Câmara dos Deputados havia cumprido seu dever de fiscalizar o governo. A declaração se tratava de “una enumeración cuidadosa e indesmentible de las diversas infracciones a los atributos de los Poderes Públicos, a las garantías constitucionales y al conjunto del ordenamiento jurídico... Corresponderá sin Duda al presidente de la República dar una explicación fundada que intente siquiera atenuar la seriedad de los cargos que el acuerdo contiene” (EM, 24/08/1973, p.3). O documento, que contou com os votos de todos os partidos “democráticos” era a prova mais contundente que “la democracia chilena no acepta ni aceptará el

Já os partidários da Unidade Popular compreenderam a declaração como um chamado à sedição, uma incitação ao golpe de estado e à guerra civil<sup>553</sup>. Segundo os editoriais de *El Siglo* a oposição pretendia dar patente de legalidade ao golpismo. Ao apontar “una serie casi interminable de supuestas ilegalidades del Gobierno”, o posicionamento da Câmara era estímulo e pretexto para o golpe, porque “si el Congreso levanta una sombra de ilegitimidad sobre el Gobierno, los facciosos ya no se sentirán eso, sino constitucionalistas” (ES, 24/08/1973, p.3). Além disto, o documento comprometia “íntimamente” os setores democráticos da oposição com as manobras golpistas da reação e do imperialismo. A Democracia Cristã fora enveredada pela conspiração e o Parlamento usado para fins “antidemocráticos e antipatrióticos”. Ao perceber o perigo que corria a institucionalidade chilena, o PDC ainda tentou justificar sua posição alegando que o apoio à declaração não significava deslegitimar o governo. Contudo, especialmente seus setores freístas estavam sendo impulsionados pela reação a “embarcarse en una aventura sin más destino que la destrucción del país” (ES, 25/08/1973, p.3)<sup>554</sup>.

Para *El Siglo*, o documento da Câmara não se apoiava na legalidade. Em efeito, feria a ordem constitucional ao tentar extrapolar as funções do Congresso, interferir em outro poder do Estado e propor o desrespeito dos institutos armados a um presidente constitucional, eleito democraticamente pelo povo chileno. “Ese acuerdo político no tiene ningún asidero legal, viola descaradamente no menos de 12 artículos de la Constitución Política, llama a la desobediencia a las FFAA e al Cuerpo de Carabineros y allana el camino para los que buscan la guerra civil” (ES, 26/08/1973, p. 3). Em sua resposta oficial, o presidente Allende sustentou que o Chile nunca tivera um governo tão democrático quanto o da Unidade

---

marxismo-leninismo” (EM, 26/08/1973, p. 3). Os editoriais de *La Prensa*, por sua vez, destacaram que os alertas da Corte Suprema e da Controladoria da República não estavam sendo ouvidos. Assim, o sentido da declaração da Câmara, “un documento de análisis absolutamente objetivo respecto a las situaciones que señala... innumerables atropellos a la ley y a la Constitución que ha cometido el Gobierno”, era de um chamado para “estremecer la conciencia democrática de la ciudadanía” (LP, 25/08/1973, p. 3).

<sup>553</sup> “La Cámara se embarca en sedición contra la Patria: su proyecto contra el Gobierno es una violación grave a la Constitución y un llamado al fascismo” (ES, 23/08/1973, primeira página).

<sup>554</sup> Em uma análise posterior do documento, *La Prensa* expôs o entendimento presente em setores da Democracia Cristã, procurando se afastar de qualquer intuito inconstitucional. “Estimamos que no se trata de un documento para una utilización tendenciosa. No declara la ilegitimidad del Gobierno, cosa para la cual el Congreso no tiene atribuciones, pero si señala la forma como ha sido violada la legalidad institucional del país. No encubre una tentativa para despojar al presidente de su mandato; pero sí constituye una advertencia muy seria cerca de lo que puede pasar si se insiste en avanzar hacia una dictadura” (LP, 27/08/1973, p. 3).

Popular, reiterando “solememente” sua decisão de desenvolver a democracia e o estado de direito até as últimas consequências. “El gobierno ha respetado las leyes en todo momento y se ha comprometido en la tarea de llevar a efecto una serie de transformaciones revolucionarias en nuestras estructuras económicas y sociales”<sup>555</sup>. A questão legal foi elemento chave em sua resposta, sendo novamente realçada quando o presidente acusou os parlamentares de oposição de facilitar a ação sediciosa.

Me permito acusar la oposición de tratar de impedir el desarrollo histórico de nuestra legalidad democrática, que la elevaría a un nivel más auténtico y más alto. Tras la expresión Estado de Derecho, a la que la oposición hace referencia, se oculta en realidad una situación que supone, entre los chilenos, una injusticia económica y social que nuestro pueblo ha rechazado. Los parlamentarios de la oposición pretenden ignorar que el estado de derecho se realiza plenamente sólo en la medida que se superan las desigualdades propias de una sociedad capitalista<sup>556</sup>.

Neste ponto, nota-se que o argumento de Allende não apenas se fixava na manutenção da legalidade constitucional, formal e positiva, mas indicava que sua expressão mais autêntica ainda dependia da superação das desigualdades. Ao associar a ideia aos desejos e à vontade do povo o presidente remeteu a uma concepção “revolucionária” da noção de legalidade, na qual a mesma poderia ser aperfeiçoada a partir dos reais anseios do povo. Especificamente com relação ao caso chileno, esta concepção não se apoiava apenas em fatores subjetivos, mas nos direitos democraticamente exercidos pelo povo ao sufragar pela eleição de Allende. Esta proximidade da legalidade com a realidade vivenciada e desejada também se pode notar nos editoriais de *El Siglo*. Para o jornal, o proclamado legalismo dos opositores de Allende era, na verdade, um instrumento desconectado do mundo experimentado pelos chilenos de então. Sua função era apenas impedir as mudanças necessárias ao país e garantir os históricos privilégios de elementos da reação. Neste sentido, os “fascistas” utilizavam

<sup>555</sup> *Respuesta histórica de Allende al Congreso*. Documento 5. In: Oscar Soto, op. cit., p. 212.

<sup>556</sup> Idem, p. 213. A imprensa reagiu de forma distinta à resposta de Allende. Enquanto *El Siglo* afirmou que Allende desmascara de vez os golpistas, *La Prensa* comentou que o presidente respondera com “una polemica tendencia de pura autodefesa”. Suas afirmações e acusações se revestiam de uma “falsedad tan obvia que no merece sino tajante descalificación” (LP 27/08/1973, p. 3). Já para *El Mercurio*, o presidente apenas reforçou a opinião do “bando gobernante” que desconfiava de instituições da República e começava a ver “‘golpes’ y ‘sediciones’ donde no hay más que los legítimos frenos que el ordenamiento jurídico debe poner a las demasías del despotismo”. (EM, 23/08/1973, p. 3).

un cuerpo de leyes anticuado para frenar el paso del progreso y de la revolución. Porque es bueno recordar que el “legalismo” de algunos “revolucionarios” de hoy, que hasta hace poco fueron gobierno, es decimonónico y retardatario. Y ese legalismo no tiene nada que ver ni con nuestro tiempo, ni con las necesidades actuales de nuestro pueblo ni con el futuro que este desea forjar. Ese legalismo burgués no es otra cosa que la máscara que hoy se usa para tratar de ocultar la sucia cara del fascismo en su arremetida contra Chile y los chilenos (ES, 24/08/1973, p. 3).

A articulação entre estas concepções também pode ser notada nos comentários realizados pela imprensa opositora. Tentando associar seus argumentos a pressupostos ideológicos e doutrinários da democracia cristã, *La Prensa* não desqualificou a necessidade de mudanças e a possibilidade de adaptação. Segundo seus editoriais o posicionamento da Câmara apenas visava conter exageros e atropelos. Para o jornal, em vez de obstruir o desenvolvimento da legalidade democrática, tal como afirmara o presidente da República, o documento zelava para que “que el proceso de cambios que chile aprueba y desea se lleve a efecto dentro de una legalidad auténtica y un verdadero sentido democrático” (LP 27/08/1973, p. 3). Este se alinhava aos reais desejos da nação e não aos da “minoría” marxista. Contudo, esta preocupação não foi a tônica nos comentários de *El Mercurio*. Desconsiderando por completo a possibilidade de adequação da legalidade ao momento vivido, seus editoriais insistiram que na resposta presidencial não havia uma só palavra “que permita suponer el propósito de volver a la Constitución a ley” (EM, 26/08/1973).

Embora a polêmica fosse enorme, é importante frisar que, a despeito das acusações e das reais pressões exercidas mesmo por setores ligados a base de apoio do presidente, o governo em nenhum momento abandonou o desejo de vincular-se à legalidade constitucional. O Executivo não se negou a cumprir as decisões judiciais, apenas tentava protelá-las buscando soluções políticas. Diante das pressões do parlamento, usava as faculdades que lhe garantiam a Constituição para tentar impor seus desejos, algo que de certa forma é inerente ao jogo político. Da mesma forma, ainda que passível de questionamento, o recurso à “via extraparlamentar” ou aos chamados “resquícios legales”, também se pautava por um argumento constitucional. Quanto à Declaração da Câmara dos Deputados, deve-se ressaltar que do ponto de legal o documento não tinha efeito prático. Como vimos, para que uma acusação de inabilidade constitucional tivesse força legal, era necessário que a oposição detivesse ao menos dois terços do Congresso,

feito não alcançado no pleito eleitoral de março. Este fato, que segundo *El Mercurio*, balizava a “desrespeitosa” resposta de Allende<sup>557</sup>, por si só garantia a continuidade legal e constitucional do governo. Contudo sob o ponto de vista político, inegavelmente, a declaração contribuiu para que o argumento que colocava o presidente Allende em oposição à legalidade conquistasse mais adeptos no seio da sociedade chilena, atribuindo um caráter de defesa “constitucional” a um possível golpe anticonstitucional<sup>558</sup>. Esta ideia se constituiria em um elemento fundamental na ampla campanha a favor da derrubada do governo da Unidade Popular. Por outro lado, também se deve destacar que a Declaração da Câmara pregou a insubordinação das Forças Armadas ao Poder Executivo civil, contrariando o que determinava o texto constitucional, ainda que para isto apelasse para a mesma Constituição. Seu texto informava o presidente da República e os ministros militares, que

en razón de sus funciones, del juramento de fidelidad a la Constitución y a las leyes que han prestado y, en el caso de dichos señores ministros, de la naturaleza de las instituciones de las cuales son altos miembros y cuyo nombre se ha invocado para incorporarlos al ministerio, les corresponde poner inmediato término a todas las situaciones de hecho referidas, que infringen la Constitución y las leyes, con el fin de encauzar la acción gubernativa por las vías del derecho y asegurar el orden constitucional de nuestra patria y las bases esenciales de convivencia democrática entre los chilenos<sup>559</sup>.

O apelo se justificava no fato de que as Forças Armadas deveriam garantir a paz para todos os chilenos e não apenas para “un sector de la Nación o combinación política”. Neste sentido, sua presença no governo não poderia ser aval para

<sup>557</sup> “La respuesta del señor Allende se parapeta detrás del quórum de dos tercios del senado que se requeriría para su destitución, y que las fuerzas democráticas no lograron en marzo último” (EM, 26/08/1973, p. 3).

<sup>558</sup> Ainda que de forma bastante exagerada, *El Mercurio* já atentava para este ponto ao afirmar que “la ciudadanía en cada provincia, en cada ciudad, en cada comuna, en cada gremio y en cada barrio está observando las ilegalidades y arbitrariedades de Gobierno de la UP” (EM, 23/08/1973, p. 3).

<sup>559</sup> *Acuerdo de la Cámara de Diputados sobre el grave quebrantamiento del orden constitucional y legal de la República*, 23 de agosto de 1973. In: Oscar Soto, op. cit., Documento 4, p. 211. Este ponto de vista também foi reverberado na imprensa. Ao retrucar as acusações de que a Câmara pretendia fomentar o desrespeito dos militares à Constituição *La Prensa* afirmou que: “Lo que la Cámara de Diputados reclama es precisamente que el Gobierno abandone su estilo sedicioso... se llega a calificar la presencia de personeros uniformados como “un valioso servicio a la república” si estos participan en el Gobierno para orientar el retorno a la Constitucionalidad. Nada más arbitrario, más insensato y más injusto que calificar en otro sentido la iniciativa parlamentaria... Finalmente, los representantes de las FFAA y de carabineros tendrán que adoptar una decisión clarificado y definitiva frente al democrático emplazamiento que en el fondo les ha planteado la Cámara Baja” (LP, 25/08/1973, p. 3).

determinada política “partidista y minoritaria”<sup>560</sup>. Esta política, ao permitir e amparar a criação de “poderes paralelos ilegítimos” que aos poucos destruíam os elementos essenciais da institucionalidade se constituía em um “gravísimo peligro para la nación”<sup>561</sup>.

De acordo com o jornal, tal como também expressava a declaração da Câmara, o estímulo à formação de organismos populares e conselhos comunais se transformara em um instrumento para a quebra do estado de direito e para instalação de uma ditadura marxista totalitária<sup>562</sup>. Ao longo de todo o mês de agosto, *El Mercurio*, insistentemente acusou do governo de não controlar a penetração de extremistas de esquerda nestes órgãos. Sob a coberturas destas organizações, estes grupos, a partir de sua “tática revolucionaria de levantar el llamado Poder Popular, paralelo a los Poderes del Estado y con vistas a reemplazarlos” (EM, 10/08/1973, p. 3), realizavam inúmeras ações violentas e atentados à ordem. Além de “ignorar” este fato, o governo tampouco expressou apoio às Forças Armadas para deter este avanço extremista com ações legais, como a rigorosa aplicação da lei de controle de armas.

Como se pode notar os argumentos levantados por *El Mercurio* procuraram se apoiar na “defesa” da legalidade constitucional. O que “desligava” as instituições armadas “del propio deber de obediencia” era a aberta violação da Constituição por parte do governo. “De esto último surge la imperiosa necesidad en que se encuentra el gobierno de enmendar rumbos y de someterse al cauce constitucional, como lo sugiere el parlamento en el acuerdo comentado” (EM, 26/08/1973, p. 3). Entretanto, sua análise sobre as organizações populares, a mobilização popular em torno dos reflexos da greve dos transportadores e sobre as funções inerentes às Forças Armadas também expõe um debate sobre uma concepção de democracia com distintas nuances, calcada em um difícil conflito

<sup>560</sup> Idem, artigo 14.

<sup>561</sup> *Acuerdo de la Cámara de Diputados sobre el grave quebrantamiento del orden constitucional y legal de la República*, 23 de agosto de 1973. Op. Cit, Artigo 6, p. 205-206.

<sup>562</sup> “Que contribuye poderosamente a la quiebra del Estado de Derecho, la formación y mantenimiento, bajo el estímulo y la protección del gobierno, de una serie de organismos que son sediciosos porque ejercen una autoridad que ni la Constitución ni las ley les otorgan, con manifiesta violación de lo dispuesto en lo artículo 10, n.16 de la Carta Fundamental, como por ejemplo los Comandos Comunales, los Consejos Campesinos, los Comités de Vigilancia, las JAPs, etcétera; destinados todos a crear el mal llamado “Poder Popular”, cuyo fin es sustituir a los poderes legítimamente constituidos y servir de base a la dictadura totalitaria, hechos que han sido públicamente reconocidos por el Presidente de la República en su ultimo Mensaje Presidencial y por todos los teóricos y medios de comunicación oficialistas”. Idem, artigo 11, p. 209.

entre ampliação da participação e valorização da ordem e da liberdade individual. Embora para determinados grupos e partidos que davam sustentação à UP, estes organismos, em última instância, de fato tivessem a função de minar o Estado representativo existente<sup>563</sup>, o governo defendia que os mesmos eram instrumentos para mobilização e ampliação da participação popular, fundamental para o estabelecimento de uma democracia mas avançada. Diante de um momento de crise, estes apenas se organizavam para defender direitos conquistados democraticamente e impulsionar um amplo projeto de reformas revolucionárias, desejado pelo povo. Desvinculando-se por completo das ações extremistas tanto de “direita” quanto de “esquerda”, suas ações eram respostas a atitudes criminosas que se mantinham perfeitamente dentro dos limites da legalidade democrática. Naquele momento era a oposição que pregava abertamente a “sedição militar” sob falso argumento constitucional. Neste sentido, *El Siglo* afirmou que a declaração da Câmara, além de imoral e de atentar contra a convivência cidadã dos chilenos, era sinônimo de golpe de estado e guerra civil, pois os trabalhadores defenderiam a democracia e os seus direitos e conquistas. Ao comentar em primeira página a resposta oficial do presidente Allende ao documento da Câmara o jornal publicou:

El Presidente acusa a la Cámara... – Asumen la responsabilidad histórica de incitar a la destrucción de las instituciones democráticas... La democracia chilena es una conquista de todo el pueblo y será defendida – Convoco a trabajadores, demócratas y patriotas a asegurar la plena realidad de la democracia y las libertades dentro del proceso revolucionario<sup>564</sup>.

Concomitantemente à resposta de Allende convocou-se uma manifestação popular na qual a maioria do povo chileno demonstraria estar ao lado do governo legítimo, constitucional, revolucionário e democrático da UP e em oposição ao terrorismo, à guerra civil e ao golpe<sup>565</sup>. A estratégia do jornal consistia em opor o povo aos fascistas e à extrema esquerda, denunciando a infiltração de “conspiradores” nos órgãos de classe e a ação de grupos “terroristas” que se

<sup>563</sup> Ver, Alberto Aggio, op. cit., p. 159. Para o autor o Partido Socialista, ao rejeitar a ideia de revolução por etapas, entendia a construção do “Estado Paralelo” como estratégia revolucionária.

<sup>564</sup> Naquele momento, órgãos como a CUT também conclamavam a mobilização geral dos trabalhadores para defender a democracia chilena contra um possível golpe de estado. A organização de trabalhadores, assim concluiu seu “instructivo oficial”, publicado em primeira página de *El Siglo*, logo após a divulgação da declaração da Câmara: “¡A PARAR EL GOLPE! ¡A DEFENDER LA DEMOCRACIA, EL GOBIERNO Y LA PATRIA!” (ES, 23/08/1973, pp, caixa alta do jornal).

<sup>565</sup> Em seguidas manchetes de primeira página, *El Siglo* convocou o “povo” para sair às ruas de Santiago em uma manifestação de apoio ao governo, programada para o dia 28 de agosto.

intitulavam nacionalistas<sup>566</sup>. Associados a uma oposição cega e obcecada, estes tinham uma única finalidade: “Provocar un golpe para instalar una tirania sangrenta contra el pueblo”. Entretanto o povo manifestaria sua decisão “unânime” de impedir a guerra civil. “Chile quiere cambios profundos para avanzar. Chile quiere trabajar y producir, estudiar y progresar” (ES, 26/08/1973, p. 8).

A despeito dos esforços do *El Siglo* e do governo em prol da pacificação dos ânimos e da imposição dos “desejos democráticos” da “maioria dos chilenos”, o cenário de instabilidade política, econômica e social apontava para outro caminho. Além de se ver forçado a justificar permanentemente a legalidade de suas ações, o Executivo enfrentava o vertiginoso fortalecimento de posições antidemocráticas no ambiente político chileno. No próprio seio da UP, as dificuldades de implantação do modelo da “via chilena” estimularam posições radicais até o ponto em que, naquele momento, eram muitos os setores que defendiam o enfrentamento revolucionário como único caminho viável ao socialismo. Na oposição, os setores democráticos não somente insistiam nas ilegalidades cometidas pelo governo, mas também cada vez mais incorporavam um discurso que associava a defesa da democracia com a ideia de manutenção da ordem e a imposição da autoridade, já amplamente difundido em outros setores oposicionistas. Como já se apontou<sup>567</sup>, imediatamente após a vitória eleitoral de Salvador Allende e a efetiva possibilidade de aplicação de seu projeto revolucionário em democracia começou a se organizar um grupo heterogêneo que incorporava nacionalistas de direita, empresários e membros do Partido Nacional e até mesmo da Democracia Cristã, com o objetivo de promover uma insurreição social contra o Executivo e convencer as Forças Armadas a abandonar a obediência ao governo civil. A “experiência marxista” foi entendida como uma ameaça totalitária que determinava a perda total das liberdades. Assim, era imprescindível a manutenção de uma oposição dura e agressiva que, ao contrário do que ainda entendia a fração majoritária da Democracia Cristã, rejeitava qualquer possibilidade de diálogo. Desde os primeiros dias de governo, além

<sup>566</sup> “¿NACIONALISTAS?... ATENTAN CONTRA EL RÉGIMEN DEMOCRÁTICO PONEN EN PELIGRO LA SEGURIDAD NACIONAL. No son patriotas. No son nacionalistas. Son antipatriotas. Son nazis que traicionan a Chile. ¡Cometen delito de lesa patria!” (ES, 28/08/1973, p. 8, caixa alta do jornal).

<sup>567</sup> Cf, cap. 3, p. 218-220

trabalhar em prol do afastamento entre UP e DC, este grupo apelou para os tribunais de justiça acusando o não atendimento de princípios constitucionais e denunciando atentados contra a legalidade. Embora o ataque às ilegalidades cometidas pelo governo de Allende se mantivesse como argumento principal, aos poucos foi se solidificando, no interior do Partido Nacional e de outros setores, a hipótese da instalação de um governo capitalista, nacionalista, de ordem autoritária e ditatorial, que, apoiando-se no discurso da luta contra o socialismo, fosse capaz de promover as mudanças desejadas, sem as travas do sistema político vigente<sup>568</sup>. Naquele momento, diante da crise de governabilidade enfrentada pelo governo, do aumento vertiginoso do número de atentados a bens públicos e privados<sup>569</sup>, da alta do custo de vida e das dificuldades de abastecimento catapultadas pela greve dos transportadores, este pensamento encontraria solo fértil para sua difusão e consolidação em diversos setores civis e militares da sociedade chilena.

#### **4.3- Democracia, ordem e legalidade: mobilização do “povo” e pressão dos setores “independentes”**

Desde o final dos anos 60 notava-se na cena política chilena um processo de aproximação entre duas linhas do pensamento da direita conservadora: a corrente nacionalista, defensora de um governo centralizado que concentrasse todo o poder político e uma corrente corporativista que pregava o estabelecimento de uma ordem corporativo-profissional como substituição alternativa da ação do Estado<sup>570</sup>. Ambas as correntes permearam os debates no processo de consolidação de uma “nova direita”<sup>571</sup>, que tinha como traço de unidade o “combate ao

<sup>568</sup> Tal como afirma Verónica Valdivia no interior da “direita” política e de muitos setores do empresariado, já se notava a existência de um projeto autoritário desde o final dos anos 1960. Contudo, a partir de 1972, este modelo foi assumido pelo Partido Nacional. Verónica Valdívía. “Crónica de una muerte anunciada”: La disolución del Partido Nacional, 1973-1980. In: Verónica Valdivia; Rolando Álvarez y Julio Pinto. *Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas e Derecha en el Chile de Pinochet*. Santiago: LOM ediciones, 2006, p. 16-17, 26.

<sup>569</sup> Somente em julho de 1973, haviam se registrado 140 atentados. Alberto Aggio, op. cit., p. 151.

<sup>570</sup> Renato Cristi e Carlos Ruiz. "Pensamiento Conservador en Chile." In: Eduardo Déves et alli. *El pensamiento chileno en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura, 1999, p. 82.

<sup>571</sup> Conforme aponta Verónica Valdivia, esta “nova direita” moderna enfrentava o desafio de buscar seu espaço em uma realidade de “democracia de massas”, que foi acompanhada por uma progressiva queda no apoio eleitoral a este setor. Verónica Valdivia. *Nacionales y gremiales: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM, 2008, p. 26. Neste cenário se mostrava fundamental a construção de um discurso de unidade e de uma reelaboração

comunismo”. A isto, somou-se ainda a assimilação de posições de determinados economistas chilenos que compreendiam que o chamado “liberalismo clássico”, só poderia se estabelecer no Chile sobre as bases de instituições conservadoras<sup>572</sup>.

O corporativismo chileno sustentava uma premissa reacionária de que os valores tradicionais e a “herança histórica” chilena deveriam ser colocados em primeiro lugar, alertando para os perigos da prática democrática, quando esta se transformava na “absurda e brutal” superioridade do número<sup>573</sup>. Esta corrente sempre evitou a aproximação a partidos, pois enfatizava o papel de associações intermediárias e gremiais, entregando ao Estado uma função puramente subsidiária. Isto se evidenciou no distanciamento inicial do Partido Nacional com o corporativismo manifestando-se de forma mais clara na juventude universitária, mas precisamente no Movimento Gremialista, fundado na Universidade Católica do Chile em 1966, sob a liderança de Jaime Guzmán<sup>574</sup>. Após a eleição de Salvador Allende para presidente da República, a atuação política de gremialistas e do Partido Nacional convergiu no processo de franca oposição ao governo. O abandono do princípio econômico corporativo de controle da economia pelas corporações gremiais facilitou a aproximação com os setores liberais. Da mesma

---

discursiva que estiveram na base da formação do Partido Nacional. Sobre este processo, Cf, cap 3, p. 187.

<sup>572</sup> Renato Cristi e Carlos Ruiz, op. cit., p.101. Os autores definem como expressões desta corrente as faculdades de direito e economia da Universidade Católica, revistas como *Qué Pasa e Portada*, o jornal *El Mercurio*, objeto desta pesquisa e o movimento gremialista em seu conjunto. Para eles, a recepção positiva e apoio às ideias em importantes grupos econômicos do país, como os proprietários de *El Mercurio*, se constituíam em um sintoma de mutação no projeto político-econômico das classes dirigentes da sociedade chilena, que começavam a se comprometer “em seu conjunto com um pensamento antidemocrático”, p. 102.

<sup>573</sup> Sobre este ponto, Osvaldo Lira, um dos intelectuais que conseguiu harmonizar os díspares elementos presentes no pensamento nacionalista e corporativista para constituir uma frente única, chegou a afirmar que o povo, como tal, era incapaz de participar de um governo. “La masa no es ni puede ser inteligente porque está compuesta por los individuos de la mayoría y los individuos de la mayoría son ignorantes, incultos e ininteligentes. La masa es inepta en su conjunto para juzgar el conjunto de problemas que plantea el gobierno de una nación”. Apud. Renato Cristi. La síntesis conservadora de los años 70. In: Eduardo Déves, Op. Cit., p. 117.

<sup>574</sup> Ainda que não se limitasse exclusivamente à orientação de Guzman, o proeminente papel que este personagem assumiu posteriormente na elaboração do discurso e das transformações legais incorporadas pelo regime militar acabou por concentrar os debates historiográficos acerca do movimento na análise de seu pensamento e de suas ações. Verónica Valdívía, op. cit., 2008, p. 22. Autor de sua carta de princípios, Guzmán reforçou a influência do pensamento corporativista ao afirmar que o movimento visava fortalecer a autonomia dos corpos intermediários da sociedade, sindicatos, grêmios, organizações civis e etc., como chave para uma sociedade verdadeiramente livre. Herdeiro das proposições de Osvaldo Lira, seu pensamento evidenciava nitidamente seus traços antidemocráticos e reacionários. “Radical la soberanía al pueblo elector, debilita ese vínculo espiritual y facilita la tendencia antihistórica de quienes creen que el sufragio universal de un día, puede ignorar impunemente el legado obligatorio que a una nación le impone lo que un autor español llamara con singular acierto “el sufragio universal de los siglos” Apud. Renato Cristi. Op. Cit., p. 115

forma, a ideia de redução das funções do Estado e de organização da sociedade por associações não politizadas encontrou eco no apolitismo e no antiestatismo destes grupos, já evidenciado durante a campanha de Jorge Alessandri à presidência.

Ainda que tivesse um papel pontual no debate parlamentar o Movimento Gremialista assumiu uma posição relevante no embate ideológico com o governo. A agitação fomentada por gremialistas e por setores do Partido Nacional contribuiu para canalizar a ação de determinados setores “independentes” da sociedade contra o governo, a partir da mobilização no seio das organizações gremiais. Este discurso corporativo, aliado a inúmeras questões de cunho econômico e social, se fez presente em marchas, protestos, greves e movimentos reivindicativos durante todo o governo de Allende. Em meio a estas ações também foi possível notar a presença de um pensamento “nacionalista” extremado, que permeava diversos setores do Partido Nacional, mas que adquirira um signo revolucionário, determinando as ações de grupos como a *Frente Nacionalista Patria y Libertad*<sup>575</sup>. Desde o fracasso de sua tentativa de articular apoios para impedir a ratificação de Salvador Allende pelo Congresso Pleno “por vias legais”, o *Patria y Libertad* não se furtou em operar ações subversivas que incluíam o planejamento e operação de atentados a bens públicos e até mesmo a pessoas<sup>576</sup>.

Em agosto de 1973, em meio aos intensos debates sobre a legalidade das ações do governo da UP, a atuação política de gremialistas e nacionalistas atingiu patamares extremados que sinalizavam, inclusive, para possíveis articulações entre estas duas correntes. Enquanto a greve dos transportadores se arrastava em uma difícil negociação com o governo gerando graves prejuízos econômicos para o país e uma séria crise de abastecimento, os atentados eram cada vez mais recorrentes. Em editorial publicado no dia 2 de agosto, *El Siglo* já destacava que:

<sup>575</sup> Renato Cristi e Carlos Ruiz, op., cit., p. 83.

<sup>576</sup> Seu pensamento admitia a imposição de um governo autoritário capaz de “salvar as tradições chilenas” e restituir o princípio da ordem e da autoridade. Também em nome desta suposta tradição, propunha uma alteração radical na ordem político-institucional e econômica chilena ao defender a instalação de uma “democracia funcional” que substituísse os partidos políticos tradicionais por novas formas de representação popular. Contando com o apoio de estudantes e militares reformados e da ativa, o *Patria y Libertad* atuou incessantemente pela derrubada do governo de Allende. José Diaz Neiva. “Patria y Libertad” y el nacionalismo chileno durante la Unidad Popular, 1970-1973. In: Revista de Historia de Chile y América. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, vol. 2, nº 2, 2003, p. 155-183.

en un lapso que va entre el lunes 23 de julio y el domingo 29 de julio... se efectuaran más de ciento diez atentados terroristas, dos de ellos con consecuencias fatales... Se hacen explotar bombas para destruir tramos de la vía férrea, se atenta con dinamita contra emisoras que defienden al Gobierno, se pretende interrumpir el suministro de energía eléctrica, se dispara contra Embajadas de países amigos, se destruyen puentes y se asaltan locales de los partidos de Gobierno, especialmente del Partido Comunista y de las Juventudes Comunistas (ES, 02/08/1973, p.3)

Para *El Siglo*, as ações dos “terroristas fascistas da direita” aspiravam derrubar o legítimo governo da República. Com ideias autoritárias, estes “traidores da pátria” pretendiam implantar uma ditadura de cunho militar através de um golpe de Estado<sup>577</sup>. Contudo, o mais grave era que a responsabilidade pelo terror não recaía exclusivamente em *Patria y Libertad*. Para *El Siglo*, esta organização acobertava falsos democratas, constituindo-se em um apêndice do Partido Nacional. Era seu “braço armado”, executor “ilegal” de sua política<sup>578</sup>. Esta ligação se tornava cada vez mais evidente com o pronto suporte dado por parlamentares e advogados do PN, quando da prisão de suspeitos de atentados e pelo “impressionante” silêncio da imprensa “reacionária”. De fato, a repercussão dos atentados, tanto por *El Mercurio* como por *La Prensa*, não foi tão impactante como a dada por *El Siglo*. Estes jornais em nenhum momento apoiaram atos terroristas. Entretanto, exigiam, a todo o momento, uma postura “imparcial” da polícia questionando os “julgamentos antecipados e políticos” contra militantes de direita. Neste sentido, assumiam uma postura estritamente constitucionalista, diferente da que adotavam com relação aos chamados grupos de *ultraizquierda*. Se a autoria de inúmeros atentados, supostamente praticados por grupos de extrema direita, era colocada em dúvida por *La Prensa* e *El Mercurio*, a leniência das autoridades de governo para solucionar os atentados atribuídos a grupos terroristas de esquerda sofria duras reprimendas. Em verdade, enquanto os casos não eram solucionados suas autorias eram atribuídas a extremistas de “esquerda” e de “direita” dependendo do órgão de imprensa que divulgasse a notícia. Talvez o exemplo mais evidente desta postura excessivamente política adotada pelos

<sup>577</sup> Para o jornal estas intenções se evidenciavam a cada declaração dada pelo diversos suspeitos capturados pela justiça. “El afiebrado fascista Canales, que busca reagrupar a las dispersas ratas de Patria y Libertad, ha dicho clara y brutalmente: “Consideramos perentoria la instauración de un gobierno militar-nacionalista... capaz de vencer al marxismo”. Así están las cosas” (ES, 04/08/1973, p.1).

<sup>578</sup> A despeito das acusações de *El Siglo* cabe ressaltar que ainda que fosse parte do “bloco golpista”, *Patria y Libertad* era um movimento político-paramilitar independente.

jornais tenha se materializado no episódio do atentado fatal ao assessor naval e chefe do gabinete militar da presidência da República, comandante Arturo Araya Peeters, atingido no tórax por um disparo de longa distância na varanda de sua casa<sup>579</sup>.

Enquanto *El Mercurio* e *La Prensa* reverberavam versões que atribuíam o crime a extremistas de esquerda, *El Siglo* apoiava-se em suspeitas que indicavam para grupos de extrema direita<sup>580</sup>. Quando se anunciou a prisão de Mario Rojas Zegers, integrante do *Patria y Libertad* como réu confesso de coautoria no assassinato, *El Siglo*, apoiado nas próprias declarações do diretor de investigações da polícia civil, anunciou que o caso estava resolvido. Com isso, as tentativas da imprensa “reacionária” de distorcer os fatos para fomentar uma guerra civil e impor uma ditadura fascista perdiam totalmente o respaldo da sociedade (ES, 06/08/1973, p. 3). A despeito da insistência de *El Mercurio* e *La Prensa* em afirmar o contrário<sup>581</sup>, em um breve espaço de tempo outras prisões sucederam a de Mario Rojas, totalizando mais de 30 suspeitos processados pela procuradoria naval, todos eles vinculados a grupos de extrema direita como o *Patria y Libertad* e o *Comando Rolando Matus*<sup>582</sup>.

Mesmo diante destas evidências, os jornais citados ainda exigiam o cumprimento do segredo de justiça e lembravam que os acusados tinham direito a

<sup>579</sup> Para maiores detalhes ver, Oscar Soto, op. cit., p. 35-36.

<sup>580</sup> Em meio às investigações que corriam pela polícia e pelos órgãos de inteligência da Marinha, os jornais deram distintas versões ao crime. Enquanto *El Mercurio* e *La Prensa* deram destaque às ações do fiscal naval e a detenção de José Luis Riquelme Bascunán, supostamente próximo a grupos de ultraesquerda, como principal suspeito do crime, *El Siglo*, deu ênfase às declarações do ministro do Interior, Carlos Briones, que ressaltava insistentemente que se tratava de uma ação de um grupo fascista, cuja intenção era provocar as Forças Armadas e fomentar o caos de uma guerra civil.

<sup>581</sup> “Crimen del Edecán no está resuelto. Jefe de Inteligencia Militar desautorizó a investigaciones” (LP, 06/08/1973, p.1). “la maniobra de Joignant [diretor de investigações] busco trasladar la atención publica desde la ultraizquierda hacia la ultraderecha... El reo Riquelme Bascuñan, principal figura del sumario... pertenece a la ultraizquierda... Su participación en los hechos... fue determinada según propia confesión... Nadie podrá impedir que el Fiscal Naval... esclarecer por completo las circunstancias del siniestro crimen, y nadie podrá encubrir a los culpables... El Gobierno vuelve a compartir procedimientos censurables... Queda en descubierto el grado de audacia que tienen ciertos elementos exaltados para proteger sus desmanes. Son capaces de comprometer... al propio Gobierno” (LP, 08/08/1973, p. 3)

<sup>582</sup> “Policía tiende cerco a los criminales de “Patria y libertad” ¡Se buscan! (ES, 06/08/1973, p.1); “Cayeron otros cuatro fascistas por asesinato del Edecán Araya” (ES, 11/08/1973, p.1); “Fiscal interrogó durante 5 horas a asesinos del Edecán” (ES, 12/08/1973, p.1); “Treinta fascistas formaban comando que asesinó al Edecán. Tres confesos más en Fiscalía Militar”(ES, 14/08/1973, p.1); “Claviere es el fascista que asesino al Edecán”(ES, 15/08/1973, p.1). Após longo processo, todos saíram livres. Apenas Guillermo Claviere, suposto autor dos disparos, foi condenado a três anos de prisão, mas nunca cumpriu. Após permanecer alguns anos como fugitivo, foi indultado pelo General Pinochet em 1981.

ampla defesa e total garantia de seus direitos constitucionais, mais uma vez pautando-se em um argumento legalista apoiado na letra jurídica e constitucional. Além de não admitir a responsabilidade dos grupos de extrema direita na morte do comandante Araya e na maior parte dos atentados a bens públicos, tanto *La Prensa* quanto *El Mercurio* não somente evitavam discutir suas pretensões antidemocráticas e autoritárias, como negavam qualquer envolvimento da “oposição democrática”, aí incluídos partidos, grêmios e setores independentes, com o *Patria y Libertad* ou outro grupo de mesma tendência. Em verdade, ao insistir em relatar os possíveis vínculos entre a UP e a “ultraizquierda” seus argumentos procuraram desconstruir o discurso de defesa da democracia, ordem e legalidade, apresentado pelo governo como mote no combate ao “terrorismo”, imputando a própria Unidade Popular um papel contrário a estes princípios. Ou seja, tentou-se demonstrar a proeminência de um perfil “antidemocrático” e “marxista totalitário” no seio do governo, sua incapacidade para manutenção da ordem e seu afastamento da legalidade constitucional. Invertendo-se assim a lógica do debate.

Enquanto *El Siglo* seguia relatando os diversos atentados “fascistas”, as duras medidas do governo para contê-los<sup>583</sup> e os vínculos entre o *Patria y Libertad*, o Partido Nacional e os grêmios, *El Mercurio* afirmava que o governo da Unidade Popular tentava fugir de suas responsabilidades e esconder suas eventuais ligações com a extrema esquerda criando inimigos “imaginários”, acusando de “fascista” e “sedicioso” todo aquele que se manifestasse contrário à linha oficial. Para isto utilizava de todo seu aparato de propaganda e contava com o auxílio da “presión publicitaria marxista”.

Los medios de información denuncian irregularidades y atropellos a la Constitución y a las leyes, y la propaganda gobiernista los marca como cabecillas de la guerra civil... sobrevienen atentados dinamiteros o se perpetran homicidios, y el aparato publicitario oficial... señala como únicos responsables de esos delitos a elementos extremistas de la extrema derecha o de sectores gremiales (EM, 11/08/1973, p. 3)

Com esta estratégia, o governo tentava “silenciar y anular a los grupos democráticos, inhibirlos e impedir que sea detenido el avance hacia la dictadura totalitaria”. Argumento similar foi utilizado para criticar as gestões do governo

<sup>583</sup> “Medidas totales contra el fascismo criminal: anunció el presidente Allende” (ES, 14/08/73,p.1)

para acabar com a longa greve dos transportadores que, desde o final de julho, causava enormes transtornos de abastecimento e emperrava a economia do país. Enquanto o comando da UP classificava a greve como criminosa e sediciosa, realizando requisições forçadas de caminhões para tentar manter o abastecimento<sup>584</sup>, órgãos de imprensa como *La Prensa* acusavam o governo de uso “ilegal” da violência<sup>585</sup>. Para este jornal, a greve era plenamente justificável e não tinha qualquer ligação com movimentos extralegais, sendo reflexo de acordos não cumpridos na ocasião da paralisação de outubro de 1972 (LP, 02/08/1973, p.3)<sup>586</sup>. Segundo *La Prensa* os transportadores, apenas defendiam seu democrático direito de se manter em atividade, pois o rechaço do governo às suas reivindicações inviabilizava a continuidade dos serviços (LP, 15/08/1973, p. 3). A estratégia de afastar os grevistas de eventuais grupos de tendência autoritária deu o tom da cobertura de *El Mercurio*. Ao longo dos anos dos 20 anos anteriores, o jornal frequentemente adotou uma postura reticente aos movimentos grevistas, realçando os riscos para a ordem e alertando seus promotores sobre os possíveis danos à economia nacional. Contudo, no caso dos transportadores, o jornal se apresentou como defensor do direito de greve enquanto princípio democrático e legal, garantido pela Constituição do Estado. Os donos de caminhões foram apresentados como modestos trabalhadores, expostos a duras condições de trabalho, que sofriam uma inacreditável repressão imposta por um governo que tinha o claro intuito de sufocar as liberdades democráticas no país. A través das

<sup>584</sup> “Gobierno atrinca la mafia: requisados otros 100 camiones. Paro criminal de Vilarín agrava el abastecimiento” (ES, 01/08/1973, p.1); “¡Nos Tienen sin parafina para cocinarle a los niños!” ¡Madres piden cárcel para los miserables como Vilarín!”(ES, 03/08/1973, p.1). León Vilarín líder da *Confederación de Dueños de Camiones de Chile*, foi insistentemente acusado por *El Siglo* de manter estreitas ligações com grupos “terroristas” de extrema direita e de ter suas ações financiadas por grupos ligados a “oligarquia reacionária” chilena e por “agentes do imperialismo estrangeiro”.

<sup>585</sup> As acusações de uso excessivo da violência recaíam especialmente sobre o subsecretário de Transportes, o socialista Jaime Faivovich, Para *La Prensa* o secretário cumpria suas funções tal como qualquer funcionário da UP, “con un pie en la legalidad y outro en la ilegalidad” (LP, 14/08/1973, p. 3). Classificando o subsecretário como um “funcionário mirista”, *El Mercurio* também tecia pesadas críticas às suas “ilegais” ações violentas, entendidas como “presiones brutales que sirven para atemorizar los huelguistas” (EM, 13/08/1973, p. 3).

<sup>586</sup> O governo se recusava a ceder às legítimas pretensões dos donos de caminhões com o premeditado intuito de prolongar o conflito e utilizá-lo não só como pretexto “para disculpar errores y fracasos” como para forçar a paralisação da atividade privada no setor dos transportes, encaminhando assim a estatização total da economia. “Se trata, en realidad de un paso más en el proceso hacia una economía totalitaria en que está empeñado el Gobierno... los males presentes y futuros comienzan a ser atribuidos al paro... Estamos en presencia de una nueva maniobra oficial para ocultar las consecuencias aceleradas de su fracaso. Ha creado el pretexto para hacer frente a la aceleración del deterioro económico que a corto plazo creará una situación insostenible de hiperinflación, desabastecimiento generalizado y mercado negro” (LP, 05/08/1973, p.3).

lentes da propaganda governista, de justas lutas por reivindicações sociais, as greves viraram, num piscar de olhos, subterfúgios fascistas contra o povo. “Todos los huelguistas, sin excepción, son para el gobierno “elementos sediciosos a quienes hay que destruir””. Diante deste cenário, a resistência dos “trabalhadores” se constituía em um “símbolo de la lucha por la libertad que está librando el pueblo chileno” (EM, 05/08/1973, p. 3)<sup>587</sup>.

É interessante notar que, naquele momento, o argumento de *El Mercurio* acerca dos princípios democráticos parece transitar por dois vieses interpretativos distintos. Talvez motivado por sua busca por respaldo social às pressões, ou mesmo ações, contra o governo, o jornal da família Edwards, ainda que não usasse claramente estes conceitos, tentou transformar a greve em uma causa “popular”, que visava maior participação democrática. Quando o governo tentou decretar estado de emergência para “agilizar” o controle de ações grevistas “ilegais” que “colocavam em perigo a segurança nacional”, *El Mercurio* publicou uma coluna assinada por Daniel Schweitzer intitulada, “¿De una Ley Maldita a otra?”. Nela, o autor recuperou as discussões sobre a derrogação da lei que excluiu os comunistas da legalidade político-partidária para alertar sobre a inconstitucionalidade do dispositivo que a substituiu, pois o mesmo atribuía excessivos poderes ao Executivo. Ao criticar a faculdade de determinar o estado de emergência conferida ao presidente, Schweitzer afirmou que “Ninguna lei podrá dictarse para suspender o restringir las libertades o derechos que la constitucion asegura” (EM, 05/08/1973, p. 3). Dentre elas o livre direito de manifestação e de greve. Por outro lado, ao analisar as ações e mobilizações da CUT e de outros sindicatos contra esta mesma greve, como o pejorativamente chamado “paro contra el paro”, *El Mercurio* voltou a realçar os perigos contra a ordem e estabilidade que garantiam as instituições democráticas e contra as liberdades individuais, ameaçadas pelas ações destes setores. As ameaças às liberdades também estavam no centro dos argumentos do governo contra a greve, pois a paralisação dos transportadores não somente impedia a sociedade de produzir como limitava o direito dos chilenos a adquirir os artigos essenciais para

---

<sup>587</sup> Em uma sociedade em que os meios de comunicação de massa atingiam cada vez mais pessoas, as tentativas de apresentar os transportadores como vítimas da brutalidade do governo e heróis da liberdade, por parte da imprensa opositora do governo da UP, ganharam diversos formatos. Neste mesmo editorial, *El Mercurio* comentou um amplo documentário, exibido pela televisão, retratando “brutais” agressões a caminhoneiros.

o sustento de suas famílias<sup>588</sup>. Contudo, tanto *El Mercurio* quanto *La Prensa* optaram por não se imiscuir neste debate, atribuindo as causas do problema de abastecimento e produção ao esgotamento total da economia, oriundo de medidas e programas equivocados adotados pelo governo<sup>589</sup>.

Com o passar dos dias, as negociações para por fim à greve se tornaram cada vez mais complexas. Os transportadores continuaram a ter o respaldo destes jornais do PN e da própria DC. No dia 16 de agosto esta agremiação emitiu uma declaração oficial afirmando que a greve era justa e democrática. Frente a este cenário, *El Siglo* elevou o tom de suas críticas à imprensa defensora dos grevistas. Para o jornal comunista, desde os seus primeiros movimentos, a greve se tratava apenas de uma manobra política com fins golpistas. A imprensa “reacionária” tentou apresentar os transportadores como “inocentes palomas”, no entanto, eram conscientes instrumentos de um “complot anticonstitucional” (ES, 05/08/1973, p.1)<sup>590</sup>.

Desde o anúncio da greve, *El Siglo* afirmava que, diante de uma trama tão extensa que lutava com todas as suas armas e ferocidade contra o povo e contra a lei, a única saída era a mobilização popular. Para derrotar os “traidores da pátria” o povo deveria assumir suas posições de combate e impedir o avanço golpista tal como fizera em outubro de 1972, quando os *Voluntarios da Pátria* assumiram as

---

<sup>588</sup> “Al plantearse la necesidad de emprender el camino hacia el socialismo, el pueblo se ha planteado también, como es natural, la necesidad de trabajar más, de producir más. Y puede decirse que este es un anhelo de Chile... El paro sedicioso y politiquero de los empresarios de camiones se contrapone a ese anhelo, trata desesperadamente de hacerlo fracasar, provocando graves daños a la economía del país, esforzándose por desquiciarla y paralizarla” (ES, 12/08/1973, p. 3)

<sup>589</sup> El país está prácticamente paralizado; no solo sus medios de transporte no funcionan, sino tampoco la industria... No constituye alarmismo afirmar que Chile está al borde del colapso... El gobierno debe entrar de una vez por todas en la ruta de la normalización y pacificación real del país atendiendo a los problemas de los chilenos y dándoles solución al margen de la fuerza injusta y de todo intento totalitario (LP, 17/08/1973, p. 3).

<sup>590</sup> Ao construir uma imagem de caos nacional e de desordem geral, a imprensa “golpista” tentava impor a ideia de que existia um “vazio de poder” no país e que “alguém” deveria preenche-lo. Da mesma forma, os supostos interesses sindicais dos grevistas eram completamente falsos. “La huelga de los camioneros es criminal y sediciosa, no es gremial y es, en cambio, politiquera: su objetivo principal es crear condiciones para derrocar al legítimo Gobierno de la República”. Em primeiro lugar porque o alegado compromisso escrito firmado pelo governo durante da greve de 1972 de fato nunca existiu. “Se habla de ella para crear una cortina que oculte los siniestros propósitos del paro empresarial y el terrorismo fascista desatado coordinadamente con él”. Ainda assim, desde o dia 26 de julho o ministro do Interior já havia oferecido aos transportadores os pedidos que então eram apresentados como causa da greve. “Esto demuestra claramente que si el paro fuera por conseguir objetivos gremiales, pudo ser solucionado perfectamente hace varios días... Están pagados para no trabajar, y no trabajan... Están pagados para ser la careta del crimen contra Chile, y se prestan para tarea tan vil” (ES, 17/08/1973, p. 3).

tarefas de distribuição e dobraram o trabalho nas indústrias<sup>591</sup>. A mobilização deveria ser geral. “Todos. Los hombres y las mujeres... todos, sin excepción” (ES, 03/08/1973, p. 3). Frente ao perigo iminente, as massas deveriam reagir. “Nadie puede quedarse en su casa por estos días. Cada partidario del Gobierno Popular, cada trabajador, tiene una tarea que cumplir. Se trata de una movilización de vital importancia para la vida de nuestro país y para lo que el **pueblo ha conquistado**” (ES, 05/08/1973, p. 3 grifo meu).

No discurso proposto por *El Siglo*, nota-se uma clara oposição entre o povo e seus “inimigos”. Embora seus argumentos muitas vezes estivessem direcionados ao trabalhador organizado e sindicalizado, a ideia de povo, naquele momento, incorporava todo aquele que se colocava a favor da tarefa revolucionária de impedir o avanço anticonstitucional e garantir o sistema democrático, através do qual o povo caminhava rumo ao socialismo.

El pueblo sabe que su unidad y movilización organizadas son la palanca decisiva para disipar el peligro de guerra civil, para afianzar el Gobierno Constitucional, para consolidar y profundizar los cambios en beneficio de todo el pueblo, para preservar y garantizar las libertades democráticas ganadas en heroicas jornadas de las más amplias capas populares... Por eso es una EXIGENCIA DE HOY desarrollar la más amplia movilización de masas para derrotar la sedición y advertir así, en los hechos, a los enemigos de la Patria, que la clase obrera y los trabajadores defenderán la constitucionalidad por todos los medios a su alcance y se cruzarán al paso de los golpistas a costa de cualquier sacrificio (ES, 04/08/1973, p.1).

A unidade das massas, aí incluídas todas as camadas populares, era a principal arma do Chile contra os inimigos do povo<sup>592</sup>. Neste sentido, aqueles que se colocavam ao lado do “fascismo”, da “reação”, da “oligarquia” ou dos “servos do imperialismo”, foram excluídos desta categoria. Os “enimigos del pueblo”, tomados pelo “odio contra el proceso revolucionario que vive y efectúa el pueblo; odio zoológico, irracional y primitivo contra todo lo que pueda significar progreso para Chile” (ES, 08/08/1973, p. 3), não se conformavam apenas em “cercar a los

<sup>591</sup> Para incentivar a mobilização o jornal lançou o lema “respondamos como en octubre”. A adesão às brigadas de Voluntários da Pátria foi amplamente divulgada e apoiada pelo governo. O primeiro encontro, que reuniu um expressivo número de jovens estudantes e trabalhadores se realizou no Teatro Municipal, visava incorporar trabalhadores para colocar em funcionamento cerca de 25 empresas paralisadas pela falta de combustível, além de estabelecer postos de vigilância para proteger bens públicos e impedir ataques terroristas.

<sup>592</sup> “No basta con la movilización de los sindicatos... Es necesario movilizar a los distintos organismos de masas, como los centros de madres, las agrupaciones de pobladores, las juntas de vecinos, los clubes deportivos, etc... Son todos los sectores del pueblo los que deben mantenerse en actitud de vigilancia y de combate” (ES, 07/08/1973, p. 3)

chilenos por el hambre y el frio”, sua intenção era deter a marcha das mudanças e abolir os direitos conquistados pelo povo (ES, 04/08/1973, p.3).

Em meio a esta sequência de argumentos, fica evidente que o conceito de povo foi amplamente utilizado por *El Siglo*. Ao que parece, o uso e a adoção deste conceito se manteve sob o “domínio” da esquerda e dos partidários da Unidade Popular. Isto não quer dizer que, ao proferir seus discursos em favor dos grevistas, tanto *La Prensa* quanto *El Mercurio* tentavam se afastar do povo. A intenção destes órgãos de imprensa era exatamente o contrário, captar a maior quantidade de apoio possível para se retificar, inviabilizar, ou mesmo derrubar o programa da UP e o governo de Salvador Allende. Contudo, nota-se que, até então, na grande maioria das vezes, estes jornais preferiram lançar mão de conceitos como cidadania, opinião pública, ou ainda simplesmente “chilenos”, em vez de insistir que a oposição e os transportadores grevistas eram o povo nas ruas. Para *El Mercurio*, a greve dos caminhoneiros era um exemplo das muitas “tensiones ciudadanas” que ganhavam maior vulto naquele momento (EM, 07/08/1973, p. 3). Já *La Prensa*, ao desqualificar a oposição conceitual, povo *versus* inimigos do povo, apresentada por *El Siglo*, também afirmou que a “voluntad ciudadana” se identificava com os transportadores. Estes também eram parte do Chile, “son ciudadanos de este país, tienen sus derechos plenamente garantizados en la Constitución y la ley y es preciso que se los oiga y con ellos se haga justicia” (LP, 15/08/1973, p. 3).

Com a intenção de demonstrar o apoio da sociedade ao movimento grevista, *La Prensa* deu ampla cobertura à “movilización de la mayoría de los trabajadores que se solidarizan con los transportistas” (LP, 19/08/1973, p. 3) e às adesões de outros sindicatos à greve. O “Chile apoya a los transportistas” (LP, 17/08/1973, p.1)<sup>593</sup>. Além disto, deu destaque ao “rechaço nacional” às ações repressivas do governo, insistindo que a “opinião pública” sabia perfeitamente

---

<sup>593</sup> Outro setor profissional que declarou uma greve de grande repercussão em apoio aos transportadores foi o *Colegio Médico de Chile*. Sob a alegação de que, além de receber remunerações muito baixas, tinham que enfrentar diariamente a falta de material, a convivência com médicos estrangeiros desqualificados para o trabalho e a presença de ativistas políticos nos hospitais, inclusive em postos de comando, a confederação dos médicos declarou uma greve por tempo ilimitado. Quanto a esta ação, desperta particular interesse o fato de que os médicos não apenas pleiteavam melhores condições profissionais, como desde o princípio se propuseram a “defender la legalidad y restituir en parte el deteriorado Estado de Derecho amenazado por el ideologismo sectario de la UP” (LP, 14/08/1973, p. 3) e mesmo a pedir a saída do presidente. Revelando assim, nitidamente, as intenções políticas da greve e a ilegalidade de uma ação que supostamente pretendia defender a legalidade.

que o Executivo era o grande responsável pela greve e que estava cometendo excessos e arbitrariedades. Ao analisar os mesmos episódios, *El Mercurio* entendeu que diante da crise vivida no país “se hace necesario que la ciudadanía examine con ánimo sereno los hechos”. Mais adiante, na mesma coluna, o jornal reconhece que a “esencia de la democracia esta en un poder participado”, neste sentido, era de fundamental importância que o presidente escutasse os “trabajadores independientes más modestos”, que se postavam contra as intenções marxistas de tomar o poder. “El presidente Allende gobierna una democracia que ha tenido siempre orgullo de si misma y seria indispensable que escuchara al **verdadero pueblo**, sin contentarse con atender a cortesanos disfrazados de revolucionarios” (EM, 19/08/1973, p. 3, grifo meu). Após outra paralisação promovida pela “CUT de Santiago”, pela *Confederación del Comercio Detallista y Pequeña Industria* e pela *Confederación de Profesionales de Chile*, no dia 21 de agosto, *La Prensa* afirmou que o descontentamento da “masa ciudadana” com uma gestão de governo que cometia atropelos, arbitrariedades e violações de todo tipo à Constituição e às leis, além de tratar, com prepotência e repressão grêmios que só cobravam aquilo que lhes pertencia, atingia níveis nunca vistos. Contudo, o governo se negava a escutar a voz da “**ciudadanía democrática**”, permanecendo “ciego y sordo en su sectarismo y espíritu totalitário”.

El señor Allende ha contado hasta ahora con la paciencia casi infinita de los chilenos, cuya **tradición democrática** les ha impedido reaccionar frente a los múltiples atropellos, vejaciones y angustias de que han sido victimas. Este paro ha significado un ¡Basta!... El señor Allende y su Gobierno tendrán que convenir en que está llegando la hora de la meditación y del inmediato cambio de rumbo (LP, 22/08/1973, p. 3, grifo meu)<sup>594</sup>.

Em uma tentativa de comparar esta paralisação com as outras manifestações de massa “patrocinadas” pelo governo, o jornal publicou que “la respuesta popular no es comparable, pese a los medios de que se vale el oficialismo para obligar a muchas personas a concurrir o adherir a los actos que él organiza” (LP, 22/08/1973, p. 3).

<sup>594</sup> Estas marchas foram permeadas por embates violentos e confrontos, que culminaram inclusive em morte. Enquanto *El Siglo* insistia em atribuir a responsabilidade pelos atos violentos a grupos fascistas criminais que buscavam o enfrentamento a qualquer preço (ES, 21/08/1973, p.1), *La Prensa* reforçava que o maior culpado pelo ocorrido era o próprio governo, que permitia a livre ação violenta de grupos extremistas “oficialistas”. “Son ya demasiadas las vidas humanas que ha cobrado la violencia, de la cual es responsable el gobierno” (LP, 23/08/1973, p. 3).

Nas últimas citações nota-se que *El Mercurio* e *La Prensa* chegam a mencionar o “povo verdadeiro”, ou mesmo o “povo democrático”. Ainda que expressões como estas aparecessem em número muito mais reduzido do que as menções à cidadania e à opinião pública, percebe-se a tentativa de se desqualificar o discurso de apoio popular proposto pelo governo e reverberado em *El Siglo*. O uso de conceitos associados à ideia de povo, como “verdadeiro” e “democrático” visa definir um certo perfil ao “povo chileno” tal como imaginado por estes jornais. Para *El Mercurio*, embora não afirmasse textualmente, a adoção deste discurso “popular” por parte dos “agentes do marxismo” era um disfarce com a intenção de confundir a nação acerca de seus interesses totalitários.

Cada día que pasa la **ciudadanía democrática** va confirmando la evidencia de que las fuerzas marxistas la han hecho victima de una celada. Lo que se llamo vía chilena y las esperanzas que concebían ciertos demócratas en que la UP respetara el marco jurídico y ético de la convivencia chilena se han eclipsado... Contra la República y sus poderes constitucionales se ha levantado un “poder popular” que cuenta con sus órganos ejecutivos, legislativos y judiciales así como con sus propias fuerzas armadas. Persiste la demolición de instituciones y normas en tanto que el marxismo juega con los prestigios y con las más sagradas tradiciones (EM, 17/08/1973, p. 3, grifo meu).

Na citação percebe-se o destaque dado à ideia de poder popular. Esta expressão cunhada pelo próprio governo da Unidade Popular se articulava com a tentativa de ampliação da participação popular e exercício democrático na vida política, econômica e social do país expressando-se, por exemplo, nas juntas comunitárias, assembleias de vizinhos e conselhos comunais. Especialmente após a greve patronal de outubro de 1972, a ideia de “poder popular” progressivamente se ligou aos *cordones industriales* e a administração direta pelos trabalhadores de firmas requisitadas pelo governo ou abandonadas pelos patrões. Na greve dos transportadores, o poder popular se expressou na grande mobilização e organização da população no combate ao mercado negro, na articulação das *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAPs), criadas pelo governo de Allende em 1971 e do chamado “abastecimiento directo”. A despeito das intenções propaladas pelo governo, *El Mercurio* entendia que a criação da ideia de “Poder Popular” nada mais era que uma tentativa retórica de se colocar ao lado do povo. “Su aceptación del “poder popular” no significa búsqueda del apoyo consciente y libre del pueblo en elecciones legales, desde que ha encontrado la manera de sugerir un artificio jurídico que sortee el plebiscito y entregue al Gobierno el control de las

garantías constitucionales con la exigua votación de un tercio de las Cámaras” (EM, 05/08/1973, p. 3). De acordo com seus editoriais, a expressão era, na verdade, a chave para a criação de um poder paralelo que gradualmente substituiria as instituições democráticas chilenas<sup>595</sup>. Em meio aos diversos embates que permearam a crise política vivenciada durante a greve, *El Mercurio* acusava as JAPs, *Consejos Campesinos* e “*Cordones*” de saírem às ruas portando armas, para suplantar a força pública em ações contra os grevistas. O presidente Allende solicitara o apoio de organizações sindicais e da CUT, para, além de garantirem a produção e os serviços do país, contribuírem para fiscalizar estradas e bens públicos contra possíveis sabotagens, “pero sin armas”. Contudo, “que razón hay para que se prescindia de los cuerpos armados legítimos y se ponga a ciudadanos desarmados a cargo de la vigilancia de los caminos?” (EM, 05/08/1973, p. 3). Ao fazer isto, o governo atribuía a estes órgãos um poder de vigilância que era negado pela Constituição. Ou seja, pretendia utilizar ilegalmente a CUT para resguardar a ordem, atribuição exclusiva do Estado e das Forças Armadas. Embora o governo ainda insistisse que as únicas forças armadas seriam as constitucionais, o que se via era o aumento da violência praticada por estas organizações, que convocavam brigadas e ordenavam proteção em massa para veículos (EM, 07/08/1973, p. 3). Enquanto *El Siglo* preconizava que a ação popular apenas procurava dar respaldo às autoridades de governo<sup>596</sup>, *El Mercurio* afirmava que, transformadas em “cordones”, as organizações sindicais estrangulavam o poder legal e “desplazan de hecho la representacion democrática” (EM, 02/08/1973, p. 3). Para *La Prensa*, independente das afirmações do governo, o que se verificava era o contínuo aumento de ações de grupos armados, cuja vinculação aos “cordões” e organizações ligadas ao chamado poder popular se evidenciavam a partir das inúmeras apreensões realizadas pelas Forças Armadas em áreas industriais. “La gran mayoría de los allanamientos realizados por efectivos militares en las industrias estatizadas ilegalmente han culminado con la recolección de de todo tipo de armas” (LP, 10/08/1973, p. 3).

<sup>595</sup> Para ampliar a repercussão deste argumento a oposição apoiava-se na retórica de ultra-esquerda no interior e fora do governo que sustentava a ideia de se “criar um poder popular alternativo ao Estado burguês” acompanhada da destruição deste Estado e de suas instituições representativas.

<sup>596</sup> “Llamamos a los trabajadores, a la clase obrera y al pueblo...a respaldar activamente a las autoridades designadas por el Gobierno, a través de todo el país, para poner en marcha el transporte terrestre y posibilitar así la vuelta a la normalidad” (ES, 14/08/1973, p.1).

Em verdade, para *El Mercurio*, estes organismos não se constituíam instrumentos da ação popular, mas sim em núcleos revolucionários sob o controle de grupos marxistas extremistas como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e os setores mais radicais do PS que pretendiam instalar um regime totalitário. Segundo o jornal, não havia no interior destes grupos o exercício da participação democrática, mas a ação orientada e manipulada no sentido de se derrubar a legalidade e a institucionalidade democrática. Ao se prosseguir neste caminho, havia o perigo da transformação do poder legal em um poder de fato, “ejercitado por decisiones irresponsables, al margen de toda jerarquía, por el que se llama Poder Popular, ejercitado clandestinamente por la violencia y las armas” (EM, 02/08/1973, p. 3). No ato da ratificação da posse de Allende

el Congreso pleno ha entregado el poder supremo de la República a un Mandatario que juró observar la Constitución. Hasta no hace mucho, los partidos políticos democráticos entendieron que la vía de las transformaciones podía compatibilizarse con los cánones de la legalidad. Después surgió y se afianzó el Poder Popular, mediante usurpaciones de fábricas y otras arbitrariedades, luego de un largo periodo de resquicios legales o sutilezas para torcer el sentido genuino de las leyes (EM, 17/08/1973, p.3).

Nota-se que, neste ponto, o jornal voltou a salientar o valor da manutenção da legalidade, argumento amplamente mobilizado em meio ao debate parlamentar. O “verdadeiro” povo chileno era aquele fiel às tradições democráticas e legalistas da nação. Embora o governo ainda insistisse que os instrumentos do “poder popular” não iam de encontro a estes princípios, o controle dos mesmos estava nas mãos de grupos extremistas. No seio do próprio partido do presidente prevaleciam os “partidarios de la ‘via violenta’, para quienes lo que no implique ruptura con todo lo existente significa congelación del proceso y renuncia a la implantación de la dictadura del proletariado” (EM, 02/08/1973, p. 3). Esta interpretação era partilhada por *La Prensa*, que, em meio ao aumento das tensões, afirmou que os extremistas não só buscavam ampliar sua penetração no seio do governo como também “torcer” a “causa popular” transformando-a em um instrumento de sua ação sediciosa<sup>597</sup>. Para este jornal, naquele momento, já era majoritária no seio da

<sup>597</sup> “Los inconformistas de izquierda...[que] prefirieron seguir pregonando la vía de lucha armada, creen que ha llegado el momento de iniciar el cambio de mentalidad en muchos chilenos con el objeto de que rechacen lo que representa el gobierno, pero sin desligarse de la llamada “causa popular, que pasaría eventualmente a manos del extremismo... hacen consultas con el propio oficialismo tendientes a unirse todos en el “Partido revolucionario”, que no es otra cosa que la

UP a ideia de um inevitável e próximo confronto violento entre as “forças revolucionárias” e o Estado institucional existente. Nele, aos poucos foi se disseminando o argumento de que o Partido Comunista, que em discurso defendia a manutenção do diálogo entre as forças políticas democráticas e o respeito às instituições, se aproximava cada vez mais do MIR e de grupos contrários à legalidade em suas ações práticas, tal como comprovavam as atitudes violentas da CUT, controlada pelo partido. *El Mercurio*, por sua vez, sempre defendeu que o distanciamento entre o PC e o MIR era apenas uma distração. No seio da Unidade Popular, em nenhum momento se verificara qualquer tentativa de adequação das ações do governo à legalidade institucional. “Prosiguieron las tomas de industrias, las requisiciones ilegales y la campaña de injurias... Ningún rasgo de intenciones pacíficas pudo advertirse en el área marxista” (EM, 19/08/1973, p. 3)<sup>598</sup>.

De fato, como já apontado, a presença dos defensores da via insurrecional, sempre fora marcante no interior da Unidade Popular e do próprio Partido Socialista, campo de intensas disputas ideológicas<sup>599</sup>. A crescente radicalização no interior deste partido fez com que muitos se aproximassem das teses já defendidas pelo MIR de que era necessário ultrapassar a etapa de luta pelas conquistas populares democráticas para a efetiva marcha ao socialismo<sup>600</sup>.

Influenciado pelo *modelo cubano* e pela afirmação de um *leninismo* revolucionário que remetia à experiência russa de 1917, o MIR já defendia a via insurrecional como único caminho ao socialismo. Contudo, após a eleição de Salvador Allende, em 1970, esta organização adotara momentaneamente uma

---

misma UP con otro disfraz para el gran y definitivo asalto del poder... el marxismo se reafirma y se desmiente con un malabarismo dialéctico que lejos de asquearlos, los reportará a sus gestores la posibilidad postrera e improbable de instalarse sin oposición en el poder total” (LP, 16/08/1973, p. 3) “En este cuadro poco alentador, el líder del partido en que milita el Presidente de la república llama en el hecho a la revolución marxista-leninista con quebrantamiento de la estructura constitucional... ¿Qué dirán los poderes públicos burlados, los gremios defraudados, la población desabastecida y la nación misma dividida y desorientada?” (EM, 17/08/73, p.3)

<sup>598</sup> “El llamado del MIR es de insurrección franca contra el Gobierno y de toma del poder por los comandos o cordones que controlan los sectores extremistas. A esto responden los comunistas con un llamamiento a la vigilancia que, no por ser menos violento, deja de ser ilegal y que como en otras ocasiones, sigue de lejos el mismo rumbo del MIR” (EM, 07/08/1973, p. 3).

<sup>599</sup> Jorge Arrate, op. cit., p. 58-59.

<sup>600</sup> Ver Isabel Torres. La Década de los sesenta en Chile: La utopía como proyecto. In: Historia Actual Online, Chile, primavera, 2009, n. 19, p. 148-149. Para a autora, a “miopia política” destes setores impediu a visualização da necessidade permanente de construção maiorias e o estabelecimento de acordos para o exercício do governo. Isto fez com que os socialistas gradualmente se afastassem de sua longa trajetória democrática, deixando de falar em reformas e assumindo um discurso “revolucionário”, no qual o tema da manutenção do pacto democrático para a garantia de um conjunto de normas para satisfazer a convivência social, perdeu sua relevância.

nova postura, com o abandono das “ações diretas” como os assaltos a bancos e mercados<sup>601</sup>. A perplexidade causada por uma vitória eleitoral considerada impossível por setores que não compreendiam uma transição ao socialismo sem ruptura institucional fez com que o MIR desse apoio condicional ao governo, colocando-se em defesa desta “conquista popular”. Embora não estivesse efetivamente vinculado a UP, ao menos nos dois primeiros da presidência de Allende, o MIR atuou junto ao governo, a ponto de jovens miristas terem sido inclusive corresponsáveis pela segurança pessoal do presidente<sup>602</sup>. Contudo, o movimento manteve e ampliou seu trabalho político em áreas marginais, pois nunca abandonou a perspectiva de que a luta armada, enfim, se daria em um futuro próximo. Frente a um inevitável embate entre núcleos armados e agentes do imperialismo, a vitória da UP apenas adiará o conflito, ampliando a consciência de sua necessidade. Assim, o apoio e a participação no governo não impediam a preparação do caminho para o confronto final. Esta se dava por meio da tentativa do impedimento de desvios reformistas, vacilantes e conciliadores, garantindo assim o viés revolucionário do governo<sup>603</sup>. Deve-se destacar ainda que este pensamento não era exclusivo do MIR, permeando, além de setores do Partido Socialista, outros grupos da base de apoio à Unidade Popular, entre elas o *Movimiento de Acción Popular* (MAPU)<sup>604</sup>, separado da Democracia Cristã em 1969, e a *Izquierda Cristiana* (IC) que se retirou do mesmo partido em 1971. Entre estes grupos, incluindo os “novos esquerdistas” católicos, se manteve latente o questionamento sobre a “vontade revolucionária” do núcleo da UP e do próprio presidente Allende<sup>605</sup>. Para eles, o reformismo revolucionário do governo poderia não ser capaz de superar os limites impostos pelo sistema capitalista. De fato, esta dissociação entre imaginação revolucionária e determinadas práticas reformistas adotadas pelo governo de Allende se constituiria em um elemento de permanente tensão no interior da Unidade Popular<sup>606</sup>. Da mesma forma, a

<sup>601</sup> As concepções doutrinárias e estratégias de atuação do MIR no final dos anos 1960 foram analisadas no cap. 3, p. 219-220.

<sup>602</sup> Oscar soto, op. cit, p. 24.

<sup>603</sup> Ver, Marcelo Casals Araya. *El alba de una revolución: La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo” (1956-1970)*. Santiago: Lom, 2010, p. 264-266.

<sup>604</sup> Cf, Cap. 3. p. 188.

<sup>605</sup> Em um primeiro momento as críticas basicamente se direcionavam às posições assumidas pelo Partido Comunista.

<sup>606</sup> Para uma ampla discussão acerca do tema, ver. Alfredo Riquelme Segovia. "Política de reformas e imaginación revolucionaria en el Chile constitucional (1933-1973)". In: Marianne

presença constante deste embate doutrinário sempre gerou dúvidas na oposição sobre a manutenção do respeito às instituições políticas chilenas e sobre a possibilidade de “convivência democrática” com o governo. Particularmente com relação à Democracia Cristã e o discurso dominante nos editoriais de *La Prensa*, as incertezas a respeito da postura ambivalente de determinados líderes do Partido Socialista, e mesmo do presidente da República, com relação ao MIR, à “ultra-esquerda” e à teoria da inevitabilidade da violência revolucionária, haviam se ampliado após o assassinato de Edmundo Pérez Zujovic, alto dirigente democrata cristão e ex-ministro do Interior durante o governo Frei, em julho de 1971. Embora o atentado tenha sido levado a cabo por um grupo de extrema esquerda que não tinha ligação com a Unidade Popular ou com o MIR<sup>607</sup>, levantaram-se inúmeras dúvidas sobre seus “autores intelectuais” e o governo foi acusado de um possível envolvimento<sup>608</sup>. Mesmo diante de pressões e ataques de diversos setores da imprensa, a rápida solução do caso contribuiu para que se impedissem incidentes políticos imediatos mais graves. Contudo, o episódio possibilitou que se ampliassem as dúvidas sobre a capacidade do governo em manter a ordem e

---

González Alemán y Eugenia Palieraki (comps.), *Revoluciones imaginadas. Itinerarios de la idea revolucionaria en América Latina contemporánea*. Santiago do Chile: Universidad Nacional de Tres de Febrero/Université de Cergy-Pontoise/RIL Editores, 2013, pp. 153-184.

<sup>607</sup> Jorge Arrate, op. cit., p. 61

<sup>608</sup> Empresário de sucesso no setor da construção civil e membro do setor mais conservador do PDC, Zujovic despertava particular aversão em diversos setores da esquerda, especialmente por sua participação no chamado “massacre de Puerto Montt”, quando faleceram dez pessoas após o desalojamento forçado de uma área invadida por desabrigados pela polícia em 1969. A despeito de quem dera a ordem para a ação, fato ainda controverso entre os historiadores, Zujovic assumiu a responsabilidade enquanto ministro do Interior. Na manhã de 8 de junho de 1971 seu automóvel foi fechado por um comando pertencente a *Vanguardia Organizada del Pueblo* (VOP), um entre os muitos pequenos grupos de extrema esquerda que permeavam a cena política de então, e o ex-ministro foi morto a tiros de metralhadora. As investigações policiais alcançaram os responsáveis e três deles foram mortos no confronto com a polícia. Para alguns colegas de Zujovic, que acusavam determinados dirigentes do governo como mentores intelectuais da ação as mortes teriam sido uma espécie de queima de arquivo. Por outro lado, a mesma acusação partiu daqueles que atribuíam o crime a gestões da direita. Para Oscar Soto o assassinato foi tramado por um comando de esquerda, “claramente infiltrado pela CIA” na intenção de inviabilizar a possibilidade de aproximação entre a DC e a UP. Op. cit., p. 40. A revista *Punto Final*, um dos órgãos mais influentes do pensamento revolucionário chileno, que contava com a colaboração de periodistas vinculados ao MIR e mesmo alguns colaboradores diretos do presidente Allende, classificou a VOP como um grupo delinquente, que praticava um terrorismo desgovernado. “Para la reacción interna y extranjera... un grupo confundido y desesperado como la VOP, que había mezclado delinquentes con trabajadores, era el instrumento ideal para golpear a los sectores verdaderamente revolucionarios”. Por seu histórico envolvimento com setores conservadores e tradicionalistas, a escolha de Zujovic como alvo do ataque se constituía em um poderoso argumento para provocar a reação e incentivar um “golpe gorila”. *Punto Final*. Terrorismo sin brújula. 22 de junho de 1971, n.133, p. 2.

controlar suas divisões internas, além de contribuir para o crescente afastamento entre a DC e a UP<sup>609</sup>.

Em meio à crise de 1973, a opinião de *La Prensa* insistiu que o MIR agia efetivamente em prol do estabelecimento de uma “dictadura totalitaria”. Muitas de suas manchetes davam conta de atentados terroristas contra oleodutos, gasodutos e outros bens públicos, praticadas por grupos extremistas de direita e de esquerda e seus editoriais questionavam sobre o um possível envolvimento do governo com os radicais de ultra-esquerda<sup>610</sup>. Para o jornal, estava nítido que mesmo os setores do governo desvinculados deste projeto totalitário se mostravam cada vez mais frágeis para manter a ordem e a legalidade democrática. Da mesma forma, recaía sobre o governo a responsabilidade pelo crescente aumento do “clima de terror” no seio da cidadania.

El desastre a que ha conducido al país le facilita el camino a los elementos más exaltados... La ultraizquierda en esto, cuenta con el apoyo de los principales partidos de la UP... el terror, por otra parte, es predicado en los manuales del extremismo marxista, como uno de los medios más eficaces para obtener el consenso ciudadano que no puede lograrse por otros instrumentos. Es un recurso para alcanzar la totalidad del poder. Su ejercicio “ablanda” la resistencia del pueblo, que, fatigado, al final termina por dar paso a los totalitarios (LP, 10/08/1973, p.3).

Ao comentar as declarações de Edgardo Enríquez, integrante do MIR, e filho do ministro da Educação, que afirmou que diante das ameaças da “reação” ao prosseguimento do processo de transição revolucionária ao socialismo, mais do que nunca, era necessário passar das palavras às ações na organização popular, *La Prensa* afirmou que os “ultras” buscavam o enfrentamento com a complacência da Unidade Popular.

Los textos, instrucciones y anuncios no dejan lugar a dudas acerca de las intenciones de quienes los emiten ni tampoco, lamentablemente, de las conexiones que ellos tienen con el Gobierno. A la vez, esta circunstancia significa que se ha impuesto una vez más la línea afiebrada que busca el enfrentamiento como única salida al caos a que ha sido conducido el país (LP, 07/08/1973, p.3).

<sup>609</sup> De acordo com Allan Angel, o episódio intensificou acentuadamente o clima de medo político e de hostilidade entre governo e oposição. Allan Angel. Chile since 1958. In: Leslie Bethell (org). *The Cambridge History of Latin America*. Londres: Cambridge University Press, 1991, p. 341.

<sup>610</sup> A despeito das inúmeras reportagens sobre supostos atos terroristas promovidos pelo MIR, os atentados contra a infra-estrutura pública chilena, promovidos meses antes do golpe, foram praticados pela extrema direita.

De fato, às vésperas da crise, o MIR publicara o livro *La Insurrección Armada*, originalmente editado pelo *Komintern* em 1928, sob o pseudônimo A. Neuberg<sup>611</sup>. No dia 9 de agosto, trechos da obra ganharam destaque de página inteira em *El Mercurio*. Em seus comentários, o jornal comentou que o livro era “un autentico manual de la subversión violenta del poder”, que fora escrito por Togliatti e “un grupo de generales rusos”<sup>612</sup>.

Quanto aos comunistas, também acusados de aceitar a opção pela via insurrecional, é importante destacar que no interior do partido também se vivenciou esta tensão entre os distintos caminhos para se chegar ao socialismo. A adesão ao comunismo soviético e as teses leninistas de que o processo de construção do socialismo impunha a destruição do estado vigente, burguês e capitalista, inspirava vozes que defendiam a ação revolucionária direta. Contudo, permaneceram majoritárias as ideias que se aproximavam do pensamento do jovem intelectual comunista chileno Carlos Cerda, que entendia que, no caso chileno, a expressão da força popular suprimia a necessidade do uso da violência, possibilitando uma revolução pacífica, democrática, pluralista e de respeito à legalidade<sup>613</sup>. Na prática, em 1973, os comunistas só consideravam a luta armada em resposta a um golpe de Estado e em coordenação com o governo e as forças armadas do Estado, em uma posição de defesa da legalidade democrática.

Ainda assim, entre a imprensa opositora da Unidade Popular, prevaleceu a ideia de que o projeto de revolução violenta e armada, antes limitada ao MIR e aos socialistas, então incorporava, outros setores da UP e os comunistas (EM, 14/08/1973, p. 3)<sup>614</sup>. O governo entrava em um processo de franca

<sup>611</sup> Alfredo Riquelme Segóvia. *Rojo atardecer. El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago: centro de investigaciones Diego Barros Arana; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p. 90.

<sup>612</sup> “Pensando que este tipo de publicaciones debe ser conocido por la ciudadanía, se han escogido los párrafos más importantes de los capítulos “teóricos” de esta obra”. *El Mercurio*. 09/08/1973. *La insurrección Armada*, por Neuberg – Ediciones “El rebelde”, Santiago de Chile. P. 2. Dias mais tarde, em coluna assinada pelo comandante reformado Hugo Morales, *El Mercurio* voltou a se utilizar da obra para demonstrar que as crescentes atividades subversivas que vinham sendo descobertas na Marinha seguiam exatamente os métodos e instruções propostos no livro (EM, 15/08/1973, p.2). As afirmações do colunista faziam menção à “descoberta” de movimentos subversivos no interior da Marinha chilena, amplamente repercutidas tanto por *El Mercurio* quanto *La Prensa*, com a intenção de demonstrar o perigo da infiltração mirista nas forças armadas.

<sup>613</sup> Alfredo Riquelme Segóvia, 2009, Op. Cit., p. 90-95.

<sup>614</sup> “El llamado del MIR es de insurrección franca contra el Gobierno y de toma del poder por los comandos o cordones que controlan los sectores extremistas. A esto responden los comunistas con un llamamiento a la vigilancia que, no por ser menos violento, deja de ser ilegal y que como en otras ocasiones, sigue de lejos el mismo rumbo del MIR” (EM, 07/08/1973, p. 3).

desestabilização, com o país vivenciando a ruína definitiva da ordem (EM, 19/08/19773, p. 3). Novamente afirmando que mesmo a tentativa de diálogo parlamentar, alimentada pelos comunistas, nada mais era do que o uso da estratégia leninista da “táctica del diálogo” com o objetivo de dar a UP novas possibilidades de avançar, *El Mercurio* insistiu que o governo pensava e atuava da mesma forma<sup>615</sup>.

Os debates acerca da responsabilidade pelos atos violentos ocorridos em meio à greve dos transportadores seguiram ocupando as páginas principais e os editoriais dos jornais durante todo o mês de agosto, com os partidários do governo e os opositoristas procurando se desvincular de grupos extremistas e, imputando a um ou a outro, “proximidades evidentes”. Estar ao lado de extremistas naturalmente implicava em um afastamento da legalidade, dos princípios democráticos e um desrespeito à ordem institucional. Por esta razão *El Mercurio* esforçou-se permanentemente em tentar desvincular a ação dos grêmios grevistas de qualquer princípio autoritário. Contudo, é possível perceber em seus editoriais a influência de ideias corporativistas, em especial no que se referia ao realce do papel das associações gremiais e a influência negativa dos partidos nestas instituições. Em editorial publicado na edição de domingo, 26 de agosto, intitulado “La línea de los gremios”, *El Mercurio*, afirmou que “el gremio une a sectores más amplios y su funda en intereses más reales que muchas de las agrupaciones humanas que integran la sociedad”. Adotando uma linha de conduta própria, estes se desenvolveram a partir da situação “anárquica” vivida no Chile. Assim, mesmo direcionando suas críticas principalmente ao governo, reforçou que os partidos não deveriam se imiscuir nos grêmios.

La experiencia más dolorosa de los daños de la penetración política en los gremios la ofrece la CUT, convertida hoy en verdadera agencia oficialista y cada vez más alejada de los intereses reales de los trabajadores... Tal vez el más grave de los errores políticos de la UP es haber desconocido el valor del gremialismo... convencidos de que sólo la dictadura de un grupo de burócratas – explotadores de veras – es el único régimen liberador del pueblo, no supieron entender el gremialismo (EM, 26,08/1973, p. 31).

---

<sup>615</sup> Isto se revelava nas atitudes de Allende, que, tal como ordenava Lênin, se mostrou aparentemente aberto, mas “no transigió un solo paso” em seus intentos. “Ofreció “comisiones” para estudiar asuntos controvertibles, pero se cerró a todo lo que significara medidas de fondo contra la erosión del orden, de la seguridad y de la institucionalidad” (EM, 05/08/1973, p. 31).

O argumento de *El Mercurio* atribuía certa “pureza” aos grêmios, que não poderia ser atingida pelos partidos, colocando as organizações com uma linha de frente, uma barreira mais eficaz contra o totalitarismo marxista. Embora, por esta mesma razão, o governo e os marxistas perseguissem duramente os grêmios, “la gran mayoría del país ve en la lucha gremialista una gran bandera de liberación”. Sua luta era independente, mas democrática.

A leitura dos editoriais de *El Siglo* seguia uma linha oposta, insistindo que este argumento de defesa da democracia era pura retórica. Para o jornal, a postura dos grêmios atentava contra o estado de direito e a legalidade, principalmente por seus vínculos com grupos “terroristas” e “fascistas”. Quando a polícia capturou Roberto Thieme, integrante do *Patria y Libertad*, suspeito de envolvimento com uma série de atentados, *El Siglo* publicou em primeira página com grande destaque: “Confiesa el criminal: ¡El plan derechista para incendiar Chile! Thieme ordenó sangriento atentado a oleoducto. “Patria y Libertad” asesinó al comandante Araya. Jaime Guzman es el “ideólogo” del terrorismo. Paro del transporte busca solamente el golpe. Enviado incomunicado a la carcel” (ES, 28/08/1973, p.1)<sup>616</sup>. Para o jornal, a prisão do chefe visível do *P y L*, permitia o esclarecimento da situação vivida no país, já que Thieme confessara que fazia parte de “una vasta maniobra golpista... cuya única meta es el derrocamiento del Gobierno legítima y democráticamente constituido” (ES, 29/08/1973, p. 3). Seus depoimentos também revelavam que o “criminoso” agia em comum acordo com León Vilarín, presidente da associação de transportadores, sendo responsáveis por mais de 500 atentados. Em verdade, para o jornal, estas figuras apenas se constituíam no braço armado da reação e do terrorismo, pois havia outros delinquentes de mais “alto rango”<sup>617</sup>.

<sup>616</sup> Conforme relatam Oscar Soto e as próprias manchetes de *El Siglo*, a prisão do mais alto dirigente de *Patria y Libertad* ocorreu quando este jantava em um restaurante em Las Condes, no então chamado “Barrio Alto de Santiago”. Para o autor, as circunstâncias da prisão demonstram o grau de liberdade e impunidade com que se desenvolviam personalidades “procuradas” pela justiça. Evidenciando assim o evidente acobertamento realizado por setores fascistas e golpistas infiltrados nas instituições do Estado. Op. cit., p. 52.

<sup>617</sup> Se alguien tuviera dudas respecto a la estrecha unidad que existe entre los delincuentes fascistas, la derecha parlamentaria y los magistrados de los más altos tribunales de de justicia, bastaba remitirse a los primeros visitantes del delincuente Thieme... El prontuario del fascismo se ha incrementado... hasta convertirse en una de las graves amenazas contra... el orden público, la Constitución, las leyes y el “Estado de derecho”, que tanto gustan invocar las fariseos de la reacción... El ideólogo de la banda fascista es Jaime Guzmán, según Thieme. Tal individuo aparece quebrando lanzas por el estado de Derecho y de la legalidad en un programa de canal 13 (ES, 28/08/1973, p. 3). A partir de então, as referências à Guzmán foram constantes com o jornal

A repercussão da prisão de Roberto Thieme foi, de fato, muito ampla. Não havia como negar seu envolvimento com diversos atentados e ações ilegais. Entretanto, *El Mercurio*, fez questão de ressaltar que as ações do “Patria y Libertad”, à diferença do MIR que abria caminhos para os partidos marxistas, eram isoladas sem qualquer peso entre os “partidos democráticos y en los sectores gremiales, aunque que logra conquistar adhesiones en sectores juveniles” (EM, 28/08/1973, p. 3). Mais uma vez tentando afastar nacionalistas extremados e gremialistas, o jornal afirmou que sua linha de ação estaria vinculada a uma doutrina dos anos 30, que não estava enraizada na mentalidade e na tradição nacional. Para *El Mercurio*, os atos praticados pelo *Patria y Libertad* favoreciam o governo, pois serviam de pretexto para o desencadeamento de uma violenta campanha publicitária contra a “oposición democrática y a los periodistas independientes” também responsabilizados por toda ação ilegal e delituosa, cujo autor fosse desconhecido. Embora criticasse as ações do grupo, *El Mercurio* voltou a se apegar em argumentos legalistas para se impedir o julgamento precoce do acusado<sup>618</sup>.

Toda esta discussão acerca da ação de grupos extremistas de direita e de esquerda aponta para presença crescente de influências “antidemocráticas” entre os setores de oposição ao presidente Allende e mesmo entre os partidários da UP. Ainda assim, ao menos na grande imprensa, nota-se uma necessidade permanente de vincular-se aos princípios democráticos e às bases legais do estado de direito e da institucionalidade. Ao procurar apresentar o governo como inimigo destes princípios, os jornais revelavam o traço agregador destes valores e sua penetração no seio da sociedade chilena. Em sua defesa, embora destacasse a importância das transformações revolucionárias para o povo e a sociedade chilena, o governo “legítima e democráticamente constituído” também procurou se ater a estes princípios, mostrando que quem atentava contra à legalidade constitucional e à

---

procurando demonstrar a proximidade entre gremialistas e nacionalistas extremados. O líder gremialista foi apresentado não somente como o ideólogo de um golpe, mas como porta-voz de poderosos investidores chilenos e estrangeiros.

<sup>618</sup> “Hay que añadir que las actividades terroristas reúnen a su crueldad e ilicitud propias la circunstancia agravante de la cobardía. Por eso son repudiables al extremo. Si Thieme resulta autor o inspirador de actos terroristas merece ser juzgado con la mayor severidad. Ni la Patria ni la Libertad se defienden con el terrorismo ni con la delincuencia” (EM, 28/08/1973, p.3). “Como todos los habitantes de la república, quienes militan en ese grupo gozan de las garantías constitucionales... será la justicia la que determine la naturaleza y gravedad de los actos que haya cometido Roberto Thieme” (EM, 28/08/1973, p.3).

democracia eram as forças “reacionárias” e golpistas. Reflexão similar também é válida para as disputas pelo apoio do “povo” e a tentativa permanente de se aproximar de seus desejos e vontades. Seu objetivo era deslegitimar as correntes contrárias, ainda que para isto fosse necessário desmontar o apoio recebido por seus opositores com argumentos como “inimigo do povo”, “povo controlado”, “falso povo”, ou mesmo “suposto povo”, tal como *El Mercurio* e *La Prensa* tentavam qualificar um apoio popular ao governo que, para eles, não existia. O povo, ou havia sido falsamente “construído” pela máquina de propaganda do governo, ou estava iludido, reforçando argumentos adotados ao longo dos anos anteriores que desqualificavam a ação popular.

#### **4.4 – Os últimos dias do governo de Allende e o golpe da nova “institucionalidade”**

O mês de setembro se iniciou com a imprensa opositora procurando mostrar que o governo de Allende estava completamente perdido. Os atos violentos se avolumavam. A greve dos transportadores continuava sem solução e a paralisação dos médicos criava um sério problema para o funcionamento da saúde<sup>619</sup>. Para *La Prensa*, “el edificio nacional se sostiene apenas por inercia. Es preciso que el señor Allende se decida a salir del punto muerto en que ha quedado cazado por su propia irresponsabilidad. Si no quiere o no puede hacerlo, debería darlo a saber a los chilenos” (LP, 29/08/1973, p. 3).

Em verdade, o governo enfrentava dificuldades para garantir uma governabilidade mínima. As pressões dos “grêmios” tomavam as páginas dos jornais e diversos atos nas ruas. A declaração de inconstitucionalidade da presidência, aprovada pela Câmara dos Deputados, apoiada pela Controladoria Geral da República, e mesmo pela Corte Suprema, tornava as possibilidades de diálogo com a oposição ainda mais escassas. Paradoxalmente, o governo enfrentava o fortalecimento de um discurso autoritário e o reforço de um argumento que o afastava da legalidade constitucional e dos princípios democráticos. Neste cenário, os setores oposicionistas que se intitulavam

---

<sup>619</sup> Frente à crise de abastecimento “la desesperación creciente de la población que mira cada día más cerca el espectro del hambre. Pero los problemas permanecen estancados” (LP, 29/08/1973, p. 3).

“democráticos”, aqui incluídos *La Prensa* e *El Mercurio*, ainda insistiam que Allende recolocasse o país nos limites legais e institucionais, ou então renunciasse. Entretanto, grupos minoritários já clamavam por uma ação efetiva que garantisse a segurança do Estado, ameaçada pelos intentos totalitários marxistas, acobertados ou estimulados pelo governo. No final de julho, um artigo publicado na revista *Portada* assinado pelo jurista espanhol Álvaro D’Ors, sustentou que frente à ameaça de um dano injusto, o indivíduo se via forçado a assumir sua própria e “legítima” defesa. Assim, a legalidade assumia uma existência precária. Diante da iminência da incapacidade do Estado de assumir sua função oficial de protetor dever-se-ia reconhecer a legitimidade da autodefesa em cada indivíduo. Ante o silêncio das leis se escutaria a voz de uma legalidade superior, natural. Por analogia, o autor afirmava que este princípio de legítima defesa também se aplicava ao próprio Estado, se sua existência fosse ameaçada pelo silêncio destas mesmas leis. O argumento abria espaço para se levantar à possibilidade da instalação de uma ditadura. Nas situações em que se impunha a necessidade da aplicação de uma lei marcial de segurança do Estado, a suspensão da legalidade vigente não deveria ser simplesmente momentânea. Se tratava então de “una suspensión global de toda la legalidad del Estado, una renuncia del mismo Estado a continuar viviendo, ante el peligro que le amenaza, bajo del mismo régimen de legalidad que venia observando”<sup>620</sup>.

Embora não chegasse ao ponto de propor uma ditadura, tal como o autor do artigo, a declaração de inconstitucionalidade da presidência também pregou a insubordinação das Forças Armadas sob o argumento de necessidade de garantir a paz e a ordem do Estado. Mesmo alegando que o ato se daria em defesa da lei e das instituições, uma possível ação em si já feria estes mesmos princípios, pois a Constituição determinava a subordinação das Forças Armadas ao poder civil democraticamente constituído.

De fato, a dificuldade de associação destes dois argumentos esteve na base das tensões entre o governo e setores militares ao longo de todo o governo de Allende. Como já se apontou, distintas maneiras de se pensar o agir militar

---

<sup>620</sup> Apud. Renato Cristi, op. cit., 119. O autor foi ainda mais além. Apoiando-se nas análises teórica de Carl Schmitt, afirmou que a lei não era o ditado da razão, mas sim a expressão da vontade. Neste sentido, o silêncio de uma lei só poderia ser substituído pela voz e pela vontade autocrática de uma pessoa real.

permeavam as Forças Armadas chilenas<sup>621</sup>. Resumidamente, pode-se entender que durante os anos 60 e início dos anos 70, as Forças Armadas chilenas estavam divididas entre três grandes correntes de pensamento que não eram necessariamente estanques, entrecruzando-se em múltiplas possibilidades de ação prática<sup>622</sup>. Uma delas se fundamentava nos ideais de desenvolvimento que propunham uma maior inserção social das Forças Armadas, com o intuito de contribuir no processo de engrandecimento nacional<sup>623</sup>. Outra justificava a função militar apenas a partir de sua estrita vinculação e respeito à legalidade constitucional, pregando a não intervenção em questões civis. Havia ainda uma terceira corrente, fundamentada nas bases da Doutrina de Segurança Nacional que alcançara maior presença no seio militar chileno no início dos anos 60, especialmente após a guinada ao socialismo da revolução cubana. Segundo este princípio a conjuntura histórica obrigava as Forças Armadas a assumir tarefa de combate aos comunistas enquanto “inimigo” interno das instituições nacionais<sup>624</sup>. O equilíbrio de forças entre estas correntes foi elemento fundamental não só para diminuir as resistências à chegada do socialista Salvador Allende à presidência da República, como para definir apoios em torno das oposições ao governo. Desde sua chegada a presidência, Allende procurou cercar-se de militares filiados a uma perspectiva legalista, mantendo permanentemente um discurso em que as medidas necessárias para a implantação de seu modelo de transição ao socialismo de forma alguma desrespeitariam as normas constitucionais<sup>625</sup>. É importante destacar que,

---

<sup>621</sup> Conferir Cap. I p. 64.

<sup>622</sup> Para uma reflexão mais completa e com distintos vieses explicativos sobre o pensamento militar chileno no período ver, Verónica Valdívía. Salvador Allende y las Fuerzas Armadas en la transición al socialismo. In: Fundación Salvador Allende (ed). *Salvador Allende: Fragmentos para una historia*. Santiago de Chile, 2008 e Augusto Varas; Felipe Aguero e Fernando Bustamente. *Chile, Democracia, Fuerzas Armadas*. Santiago: Facultad Latino Americana de ciencias sociales (Flacso), 1980 p. 197-218

<sup>623</sup> Este pensamento se fundamentava na tese de que os militares teriam uma função “manifesta”, ou seja, a guerra, e outra “latente”, relacionada à sua possibilidade de aporte social. Verónica Valdívía, 2008, op. Cit., p. 116.

<sup>624</sup> De acordo com Armando de Ramon, naquele momento a noção de segurança nacional substituíra a ideia de defesa nacional, dando à dimensão castrense um sentido completamente novo. Op. cit., p.215.

<sup>625</sup> Op. Cit., p. 217. Contrariando as tese que defendem que o governo Allende, desde seu primeiro dia estaria fadado ao insucesso em virtude do evidente distanciamento entre a ideologia que sustentava a coalizão de governo e o pensamento anticomunista dominante no seio das Forças Armadas, Verónica Valdívía sustenta que o governo sempre se propôs a realizar uma dupla tarefa em relação aos militares. Além de manter o discurso e a ação constitucionalista, o governo procurou engajar os militares na busca do desenvolvimento nacional. Segundo a autora, pela primeira vez se tentou efetivamente dar uma função social às Forças Armadas, buscando-se o comprometimento e não se preparando para um suposto enfrentamento inevitável. Da mesma

ainda que o pensamento anticomunista fosse dominante, muitos militares, mesmo contrários à UP, compartilhavam o desejo de modernização estrutural, um nacionalismo anti-imperialista e a compreensão da necessidade de maior justiça social<sup>626</sup>. Assim, o governo propôs um canal de integração, incorporando os militares a tarefas de desenvolvimento nacional como o reforço do *Servicio Militar del Trabajo*, implantado durante o segundo governo de Carlos Ibáñez e a alocação de militares em frentes estratégicas das empresas da *Área Social*<sup>627</sup>.

Para que este projeto tivesse alcance entre os militares, também fora crucial a manutenção e o respeito à hierarquia militar representada desde a eleição de Allende na escolha do general René Schneider para a função de Comandante em Chefe do Exército e do general Carlos Prats González para chefia do Estado Maior, e para substituto de Schneider, após seu assassinato. Nomeações que então surpreenderam os opositores do governo, aí incluídos até mesmo o ex-presidente Frei. Esta estratégia do governo se mostrou eficaz pelo menos até fins de 1972, com a primeira greve dos transportadores e a intensificação das lutas política. A partir de então, sob a influência da pressão estrangeira, especialmente dos EUA, da ação subversiva de grupos radicais de direita e da retórica e ação da extrema esquerda, orientada a uma confrontação inevitável que incluía a destruição do “aparato de Estado burguês, e conseqüentemente, das Forças Armadas, a correlação de forças aos poucos começou a pender para o lado de setores

---

forma, a autora também refuta os argumentos de que a Unidade Popular chegara ao poder sem uma política militar definida. A autora destaca que o programa da UP contemplava três orientações básicas quanto a este setor: o reforço da ideia de manter Forças Armadas Nacionais, ou seja, não destinadas à repressão do povo; o uso da ciência militar para a independência nacional, defesa da paz e da amizade entre os povos; e a integração dos militares em diversos aspectos da vida nacional com sua contribuição para o desenvolvimento. Para cumprir estas tarefas, o governo investiu em tecnologia e atualização técnico-profissional para enfrentar eventuais conflitos limítrofes, questão sempre pujante entre os institutos armados chilenos, nas promoções por mérito e em melhores salários. Em última instância o projeto visava constituir Forças Armadas modernas, democráticas e integradas ao desenvolvimento nacional. Verónica Valdivia, 2008. Op. Cit., p. 104-111;116.

<sup>626</sup> Com relação a este entendimento vale destacar o depoimento do general Carlos Prats, em 1969, então general de Divisão: “las Fuerzas Armadas están integradas en un 80% de su personal por una planta de tendencia centro-izquierda, no proclive al marxismo”. Carlos Prats, Memórias. Testimonios de un soldado. Santiago: Pehuén, 1985, p. 141. Apud. Verónica Valdívía, 2008. op. Cit., p. 109.

<sup>627</sup> A estas tarefas somam-se ainda a capacitação de camponeses beneficiados pela reforma agrária, a atuação na “Operación invierno”, que visava minimizar os efeitos da estação nos “campamentos de pobladores” em Santiago, a colaboração na *Secretaría Nacional de Distribución*, a cargo do general Alberto Bachelet e a presença na Comissão de Energia Nuclear e Desenvolvimento científico. Verónica Valdivia, 2008. Op. cit., p. 116.

golpistas, que apoiavam uma intervenção “defensiva”, enfraquecendo os setores constitucionalistas<sup>628</sup>.

No dia 29 de junho de 1973, forças contrárias ao governo constituído tentaram produzir um golpe que derrubasse o governo, em um episódio que ficou conhecido como “tanquetazo”, ou “tancazo”. Liderados pelo tenente coronel Roberto Souper, um grupo com tanques e carros blindados partiu do 2º. Regimento de Blindados, situado a menos de dez quadras do Palácio de *La Moneda*, marchou pelas ruas de Santiago com o fracassado intuito de obrigar a rendição da guarda do palácio presidencial. No imediato rechaço à tentativa de golpe tiveram papel fundamental os generais militares leais ao governo constitucional, dentre eles o próprio Comandante em Chefe do Exército, general Carlos Prats, que saiu às ruas de metralhadora nos ombros, os generais Sepúlveda Squella e Guillermo Pickering e o general Augusto Pinochet então Chefe do Estado Maior do Exército chileno<sup>629</sup>. Fato que por si só demonstrava que as forças constitucionalistas ainda assim mantinham uma posição majoritária. Entretanto, o desfecho da situação revelou a evidente tensão entre o governo e os institutos armados. Os militares que participaram da sublevação foram liberados e apenas o coronel Souper e alguns poucos oficiais permaneceram presos em seu próprio regimento. Ainda assim, gozando de todas as prerrogativas de seus postos e do apoio de diversos companheiros de armas. Após o parlamento recusar o pedido de estado de sítio, proposto pelo presidente Allende no dia 2 de julho, os comandantes das três forças entregaram ao chefe do Executivo uma declaração de respaldo ao regime constitucional e às prerrogativas do presidente, com o intuito de diminuir o ambiente de questionamento nos quartéis<sup>630</sup>.

---

<sup>628</sup> É fato que a ação golpista se instalou no seio das Forças Armadas desde o momento da eleição de Allende. Contudo, esta posição era minoritária e localizada. Como bem destaca Jorge Arrate, o fato desta posição ter levado três anos para frutificar revela não só a então proeminente posição legalista dos institutos armados como também o acerto, mesmo parcial, da política militar de Allende, frente a um cenário de intensas pressões a um programa que feria os interesses de setores então dominantes na sociedade chilena. Op. cit., p. 59-60

<sup>629</sup> Oscar Soto. Op. cit., p. 30-32. Após a rendição dos sublevados, dirigentes do *Patria y Libertad* encabeçados por Pablo Rodríguez e Benjamin Matte, este último chefe da Sociedade Nacional de Agricultura, se refugiaram na embaixada do Equador para posteriormente deixar o país rumo a Quito, se apoiando no estatuto dos exilados políticos.

<sup>630</sup> Com relação a este episódio é importante destacar que o presidente Allende se manteve fiel ao regime constitucional e aos princípios democráticos ao respeitar a decisão do Congresso de não aceitar o estado de sítio. Se Allende, como alguns afirmavam, tivesse o interesse em instalar um regime de cunho ditatorial, talvez este tivesse sido um momento propício para fazê-lo. Não custa lembrar que ao cair da tarde, no mesmo dia em que a tentativa de golpe fora derrotada pelos próprios militares, uma multidão tomou as cercanias do Palácio La Moneda, em uma grande concentração

Independentemente da ação dos chefes militares, a relação entre governo e Forças Armadas se mostrava cada vez mais delicada. O mês de agosto foi permeado por notícias de supostas infiltrações “marxistas subversivas” nas Forças Armadas, com os jornais de oposição afirmando que os partidos do governo e sua imprensa iniciavam uma ofensiva contra as Forças Armadas (LP, 09/08/1973, p.1). O incremento das buscas por armas nos cordões industriais motivara os setores insurrecionais ligados a partidos da base da UP a desqualificar as ações militares com acusações de golpismo e supostas ligações com forças estrangeiras. De acordo com *La Prensa*, o intuito dos extremistas, em especial do MIR, era debilitar a disciplina interna e corromper as filas militares<sup>631</sup>. O cenário exigia uma ação enérgica do Poder Executivo que deveria “colocarse al frente para perseguir legalmente a quienes, protegidos de algun modo, tratan de romper la disciplina interna de los cuarteles militares y viven haciendo llamados a la desobediencia” (LP, 15/08/1973, p. 3). Contudo, o MIR continuava a agir impunemente e o governo se mantinha em silêncio. Para o jornal, a estratégia de divisão das Forças Armadas para sua posterior substituição por milícias armadas condizia com a doutrina marxista, tal como demonstravam seus textos clássicos. “Ese itinerario... no debería cumplirse en nuestro país de acuerdo con la pretendida ‘Vía chilena al socialismo’ y el solemne compromiso del señor Allende” (LP, 21/08/1973, p. 3)<sup>632</sup>.

---

de massas que entre outras coisas, gritava pelo fechamento do Congresso. Em seu discurso à multidão, proferido dos balcões do palácio, Allende afirmou ‘Ya sabe el pueblo lo que reiteradamente le he dicho: el proceso chileno tiene que marchar por los cauces propios de nuestra historia, nuestra institucionalidad, nuestras características y, por lo tanto, el pueblo debe comprender que yo tengo que mantenerme leal a lo que he dicho: haremos los cambios revolucionarios en pluralismo, democracia y libertad, lo cual no significa ni significará tolerancia con los subversivos y con los fascistas. Yo sé que lo que voy a decir es posible que no le guste a muchos, pero tienen que entender cuál es la real posición de este gobierno: no voy a cerrar el Congreso, porque sería absurdo. No lo voy a hacer. Pero si es necesario, enviaré un proyecto de ley para llamar a un plebiscito para que el pueblo se pronuncie’. Discurso de Salvador Allende el 29 de junio de 1973. Apud. Oscar Soto, op. Cit., p. 200-201.

<sup>631</sup> Mesma posição foi partilhada por *El Mercurio*. Para o jornal, em virtude da busca por armas, “miristas y socialistas exhortaron abiertamente a la indisciplina militar”, conclamando suboficiais e soldados “a que desobedezcan las ordenes que impartan los oficiales en el cumplimiento estricto de la ley... Es gravísimo el delito de injurias y calumnias que se profiera contra individuos de las FFAA...El honor del Ejército, de la Armada y de las fuerzas Aéreas es un valor sagrado para la patria” (EM, 08/09/1973, p. 3)

<sup>632</sup> Mais uma vez, *El Mercurio* adotou o mesmo caminho de argumentação ao afirmar que o sistemático desprestígio dos institutos armados “encuadra el método insurreccional y el abandono de lo que hasta ahora se había llamado la “vía chilena”, que pasa a ser reemplaza por la tradicional vía leninista” (EM, 21/08/1973, p. 3)

A partir destas reportagens, é possível notar o reforço de questões relacionadas à hierarquia e à disciplina interna, temas particularmente caros ao pensamento militar, que vieram a se constituir em mais um elemento agregador para cooptação de forças contra o governo. *El Mercurio* insistia que os textos publicados pelo MIR destinavam-se a “dar la impresión de que la disciplina militar es antidemocrática. Se sugiere que los conscriptos deben tener derecho a reunión y a discusión de las órdenes superiores... califican de reaccionarios [sectores] en las instituciones armadas y tratan de establecer distinción entre oficiales democráticos y oficiales fascistas” (EM, 20/09/1973, p. 3). No entanto, a disciplina se constituía em um dos pilares de uma instituição que garantia a “subsistencia real de nuestra democracia” (EM, 21/09/1973, p. 3). De fato, esta interpretação permeava todas as correntes de pensamento militar e as supostas ameaças à disciplina e à hierarquia contribuía para minar a resistência dos setores constitucionalistas a qualquer ação contrária ao governo. Vale lembrar, que em sua resposta oficial à “provocação” do MIR, classificado como “un grupo de aventureros e irresponsables sin representación ciudadana” a Marinha afirmou que as Forças Armadas eram “pilares irrefutables de la institucionalidad”, e que a Armada seguiria “adelante, inflexiblemente, aplicando la Constitución y la Ley a aquellos que han sido traidores al juramento que un día hicieron de respetar el orden instituido” (LP, 14/08/73, p. 1)<sup>633</sup>.

A despeito destas inúmeras acusações de ameaças à hierarquia militar, deve-se ressaltar que estes mesmos órgãos por diversas vezes questionaram as ações do alto comando militar. O general Prats, Comandante em Chefe de Exército, e, portanto, figura mais alta na cadeia hierárquica, enfrentou uma dura campanha de desgaste promovida não somente por setores da estrutura militar como por grupos de oposição ao governo de Allende<sup>634</sup>. Ao longo do mês de

<sup>633</sup> Apud. *La Prensa*, 14/08/1973, primeira página.

<sup>634</sup> De acordo com Oscar Soto, o processo de minar a autoridade de Prats, barreira contra os intentos sediciosos, fazia parte de um plano articulado já há alguns meses, por setores da oposição, militares sediciosos e meios de comunicação. No dia 7 de junho, por exemplo, em seu carro, o comandante enfrentou as ofensas de uma mulher em meio ao tráfego congestionado de Santiago. Transtornado, o general teria descido de seu veículo e atirado nos pneus da agressora. O episódio, amplamente explorado pela imprensa, fora mais um dos acontecimentos que contribuíram para o processo de desestabilização do comandante do Exército. Op. cit., p.39.

agosto, *La Prensa* questionou a “passividade” do general frente à “infiltração marxista” nas Forças Armadas<sup>635</sup>.

No dia 21 de agosto, o general teve que enfrentar nova situação delicada quando um grupo de esposas de generais se postou à frente de sua casa para reprová-lo por não ter defendido o general César Ruiz Danyau em sua renúncia ao ministério de Obras Públicas e Transportes. Embora tenha contornado a situação a grande repercussão do caso levou o general a solicitar ao corpo de generais do Exército uma declaração de respaldo à vexação sofrida. Em meio ao aumento das pressões, que incluíam a publicação em setores da imprensa, até mesmo de ataques pessoais a Carlos Prats e sua família, *El Siglo* insistia que a postura do general Prats demonstrava que as Forças Armadas se mantinham fiéis ao seu caráter constitucionalista e à doutrina proposta pelo falecido general Schneider, a despeito das tentativas de cooptação da “reação” e do “imperialismo golpista”, que, desde 1970, procuravam, sem sucesso, dividir os setores armados. “La doctrina Schneider consiste en el pleno acatamiento de los institutos armados al Gobierno legítimamente constituido... están triunfando el carácter constitucional de los institutos armados y la decisión patriótica del pueblo de Chile” (ES, 22/08/1973, p. 3)<sup>636</sup>. Contudo, a despeito dos apelos de *El Siglo*, a divisão na

<sup>635</sup> Ao comentar uma declaração do general em resposta a um pedido de investigações formulado, segundo o jornal, no seio dos inimigos do Exército, o jornal afirmou que: “resulta, entonces, realmente insólito que el Comandante en Jefe del Ejército, atienda las “respetuosas y responsables reclamaciones” de quienes pretenden destruir la honra de los oficiales de nuestro ejército... Las palabras del general Prats, lamentablemente, no contienen un rechazo categórico a los ataques recibidos por la institución, de parte de quienes propician el enfrentamiento armado y la dictadura del proletariado y muestran, en cambio, una curiosa consideración hacia sus autores... Por eso la consideramos desafortunada” (LP, 09/08/1973, p. 3). *El Mercurio* seguia a mesma linha, publicando colunas assinadas por militares reformados que alertavam para a falta de confiança que o alto comando despertava nas tropas “Reitero que la incomunicación y falta de confianza en lo que está haciendo el mando, puede originar nuevos tanquetazos, es decir, nuevamente se puede producir un enfrentamiento entre fuerzas militares”. Hugo Morales, Cmte Reformado, La insurrección armada y la seguridad nacional. In: *El Mercurio*, 15/08/1973, p. 2).

<sup>636</sup> Com bem destaca Verônica Valdívia, um dos eixos do discurso dos partidários de Allende, aqui exposto por *El Siglo*, focava a “tradição” constitucionalista, de respeito ao mando civil e precedência política dos institutos armados. Para isto, também se tentava construir uma linha histórica de constitucionalismo ligando as virtudes militares e a carreira a ideais de lealdade e hierarquia, além de traçar um permanente correlato com posturas similares adotadas por “heróis históricos” como Bernardo O’Higgins e o próprio general Schneider. Op. cit., 2008, p. 112-113. “Ese mismo pueblo cautela hoy la limpia herencia de O’Higgins y combate a los traidores que, para satisfacer sus bajas pasiones políticas, intentan destruir los cimientos institucionales del Ejército creado por O’higgins y el prestigio personal y profesional de su Comandante en Jefe” (ES, 23/08/1973, p.3). “Nuestra tradición es de pleno respaldo a las decisiones del Gobierno Constitucional de la República. (general R. Schneider, mayo 1970. Asesinado por la aristocracia)... QUIENES CON FINES ANTIPATRIOTAS INTENTAN QUE TRAICIONEN SU DOCTRINA AGRAVIAN EL HONOR DEL EJERCITO DE CHILE” (Chamada de página inteira ladeada a grande foto de O’Higgins, ES, 23/08/1973, p. 8, caixa alta do jornal). Outro eixo

cúpula militar se mostrava cada vez mais evidente. Incumbido de sondar os outros generais acerca da assinatura conjunta da declaração de apoio ao chefe do Exército, o general Augusto Pinochet, um dos que se dispuseram prontamente a assinar a carta, informou a Carlos Prats que a maioria deles não estava disposta a fazê-lo<sup>637</sup>. Ciente do enfraquecimento de sua posição, o comandante em chefe apresentou ao presidente sua renúncia indeclinável e posterior reforma<sup>638</sup>. Para seu posto, o general Prats sugeriu a nomeação do general Pinochet, tido como um homem leal e firmemente constitucionalista, o que foi aceito pelo presidente Allende<sup>639</sup>.

A substituição do comando militar não amenizou as tensões. A aprovação da declaração de inconstitucionalidade do presidente pela Câmara dos Deputados deu um ânimo ainda maior aos setores militares golpistas, que a partir de então paradoxalmente poderiam “fundir” seu discurso autoritário moralista com o argumento em defesa da legalidade constitucional. O general Pinochet, além de anunciar “mano dura contra el MIR” (LP, 25/08/1973, p.1), adiou para a segunda quinzena de setembro a reforma de diversos oficiais de tendência golpista e confirmou a reforma dos generais Pickering e Sepúlveda Squella<sup>640</sup>. Os jornais de oposição ao governo clamaram pelo restabelecimento da ordem e criticaram a atuação de Carlos Prats no comando do Exército, afirmando que o general

---

discursivo pautava-se em uma busca de unidade que entendia o soldado como parte do povo, neste sentido deveria integrar-se à tarefa revolucionária de trabalhar para a independência nacional. Este aspecto era particularmente ressaltado pelo presidente Allende em diversas de suas intervenções. “Son el pueblo con uniforme al margen de las contingencias políticas subalternas. No hay hombre de las Fuerzas Armadas o Carabineros vinculados ao latifundio, al monopolio (...) son gente modesta que vive de su trabajo (...) Son Fuerzas Armadas vinculadas ao proceso de desarrollo econômico” Salvador Allende. Apud. Jorge Vergara. El pensamiento de la izquierda chilena em los sesenta: notas de investigación. In: Augusto Varas, Alfredo Riquelme e Marcelo Casals. *El Partido Comunista en Chile: una historia presente*. Santiago: Catalonia, 2010, p. 219.

<sup>637</sup> Armando de Ramón, Op. Cit., p. 225-226.

<sup>638</sup> “Al apreciar – en estos últimos días- que quienes me denigraban habían logrado perturbar el criterio de un sector de la Oficialidad del Ejército, he estimado un deber de soldado, de sólidos principios, no constituirme en factor de quiebre de la disciplina institucional y de dislocación del estado de derecho, ni de servir de pretexto a quienes buscan el derrocamiento del gobierno constitucional”. Carlos Prats. Carta Renúncia. 23 de agosto de 1973. Apud Oscar Soto, op. cit., p. 203.

<sup>639</sup> “Le añado [al presidente Allende] que, por mi parte, no estoy dispuesto a ensangrentarme las manos y, en cambio, si me sucedía el General Pinochet –que tantas pruebas de lealtad me había dado- quedaba una posibilidad de que la situación crítica general del país propendiera a distenderse. Esto le daba la chance de contar con tiempo a él, como Presidente, para lograr el buscado entendimiento con la DC y, a su vez, le daba a Pinochet plena independencia para llamar a retiro a los dos o tres generales más conflictivos”. Carlos Prats González. Memorias. Testimonio de un soldado. Santiago: Pehuén, 1985. p. 485-486.

<sup>640</sup> Figuras de importância decisiva no episódio do Tanquetazo, estes generais de tendência constitucionalista haviam comunicado suas renúncias ao general Prats, em virtude de suas dificuldades em manter a ordem em seus comandos.

permitira a submissão das Forças Armadas aos intuítos políticos de UP desvirtuando assim o princípio de não interferência militar<sup>641</sup>. Ao mesmo tempo, os questionamentos e críticas aos militares do alto comando ainda alinhados ao governo se mantinham intensos.

No dia 30 de agosto o juiz naval responsável pelas investigações dos atos “sediciosos” e “revolucionários” na Marinha, solicitou a suspensão do foro privilegiado do senador Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista, e do deputado Oscar Garreton, MAPU, por suposto envolvimento com grupos extremistas. Ao mesmo tempo, membros do alto comando pediram a renúncia do Comandante em Chefe da Marinha, Raul Montero Cornejo<sup>642</sup>. Naquele momento, tanto *El Mercurio* quanto *La Prensa* afirmavam que o governo estava intimamente envolvido com a sedição, e ressaltavam a importância da suspensão do foro privilegiado dos parlamentares. Em editorial intitulado “La UP conspira contra la Armada”, *La Prensa* afirmou que “el Gobierno se encuentra casi en el umbral de un nuevo escándalo que eventualmente podría hacer más difícil su ya casi imposible gestión” (LP, 29/08/1973, p.3). *El Mercurio* foi ainda mais além, afirmando que o MIR era o “verdadero conductor de la revolución marxista”, pois já tutelava as ações da UP, “bajo la inspiración del Che Guevara para conquistar el poder por la violencia”<sup>643</sup>. Embora tivesse poucos militantes, sua tática multiplicadora e a debilidade oficial transformaram o MIR no núcleo decisivo das ações revolucionárias. Neste sentido, a permanência do Almirante Montero no

---

<sup>641</sup> “El Jefe de Estado pretende de ese modo hacer servir a los uniformados los planes de la UP, olvidando el carácter apolítico de su institución... En cada una de las medidas adoptadas por el Gobierno y traducidas al lenguaje masiva por sus órganos de difusión, puede observarse un objetivo único y claro; el aprovechamiento político de las Fuerzas Armadas” (LP, 24/08/1973, p. 3). “El malestar que este cambio de frente provocó dentro de los cuadros militares y las críticas que él mereció en los campos políticos de oposición, acarreó la renuncia del general Carlos Prats al Ministerio de la Defensa, y el consecuencial retiro de la comandancia en Jefe del Ejército; al tomar esta decisión dio acatamiento a la tesis presidencial de la vinculación de ambas funciones, la política y la militar” (EM, 25/08/1973, p.3)

<sup>642</sup> Diante das pressões internas, Montero formalizou seu pedido de renúncia. Contudo, diante da recusa do presidente Allende, permaneceu no cargo. Desde o início das tensões na Marinha *El Mercurio* destacara que o combate às ações subversivas se dera dentro dos rigores da lei, já que os sediciosos haviam “traicionado el juramento de respetar el orden establecido por la Constitución”. Contudo, por meio de colunas assinadas, repercutia cada vez mais a ideia de necessidade imediata de afirmação da autoridade e da ordem. Os insurgentes eram interpretados como elementos “disociadores de la nacionalidad que están moralmente desclasificados para ser considerados como chilenos” (EM, 25, 25/08/1973, p. 3).

<sup>643</sup> “Entre los primeros adherentes a esa tesis figuró el señor Allende, primer presidente de OLAS, alianza que iba tras la revolución en tres continentes. Algunos elementos del PS entre ellos el senador Altamirano, se mantuvieron fieles a la plataforma del Che” (EM, 30/08/1973, p. 3)”.

governo não fazia sentido. Em coluna assinada para *El Mercurio*, na seção Tribuna, Hugo Tagle, chegou a afirmar que

para los marxistas... la patria no existe... El Gobierno, con conciencia y voluntad del presidente y de sus colaboradores... quiere hacer de nuestra nación – en contra la voluntad de la mayoría de sus miembros – una nación marxista... que en el caso de tener éxito, significaría la destrucción de Chile como nación libre, independiente y soberana... En consecuencia, y de modo especial para los militares, obedecer y colaborar con este gobierno es traicionar a la patria (EM, 31/08/1973, p. 2).

Os ataques aos chefes militares por parte da oposição foram qualificados por *El Siglo* como uma “incalificable insolencia reaccionaria”<sup>644</sup>. Segundo o jornal, o interesse da voz da “antipatria” era separar as Forças Armadas do povo e de seu governo. Mais uma vez, além de apelar para a missão constitucional militar de respeito a um governo legal e democraticamente constituído, *El Siglo* ressaltou o aspecto popular das Forças Armadas. Em verdade, em meio a tantas pressões, o jornal se apoiou no “povo” como um “muro de contención” ao golpismo. A mobilização popular converteu-se na estratégia fundamental de suporte ao governo na contenção da união das forças antipopulares, imperialistas e reacionárias. Consciente de que o Executivo, além de promover mudanças “revolucionárias” na estrutura da sociedade chilena, havia se mantido estritamente dentro dos limites da legalidade e do respeito aos valores democráticos, o povo deveria mostrar a seus inimigos a força de seu apego a estes princípios. Estratégia similar foi adotada pelo presidente Allende. Após realizar outra mudança de gabinete ministerial, o presidente anunciou que não se submeteria a um complot sedicioso destinado a derrubar um governo “legítimo y constitucional”. Em seu discurso, ressaltou que toda aquela ação “politiqueira e traidora” não era somente contra o governo, mas sim “contra el pueblo y los intereses generales del país”. A insolência dos “fascistas” era tal que permitia a transgressão da lei e da ética.

Todavía tienen el cinismo de exigir... incluso la renuncia... del presidente legal de la República, del hombre que es por mandato popular y constitucional, el legítimo Presidente de la República de Chile... No me van a exigir que renuncie – dijo – los que siempre estuvieron en contra del movimiento popular... No

<sup>644</sup> Para o jornal, aqueles que tentavam cooptar os militares para uma aventura contra a legalidade se “revuelcan de rabia, acusan los que ayer eran el blanco de sus elogios e incurren en las mayores ruindades para calificarlos... La reacción, el golpismo y el fascismo demuestran así su histeria y su hipocresía... tienen el descalabro de de acusar prácticamente de traición a la Patria el Comandante en Jefe de la Armada nacional” (ES, 01/09/1973, p.3)

dudaría un segundo en renunciar si el pueblo, si los trabajadores, si los campesinos, los técnicos y los profesionales de Chile así me lo mandaran... Pero los problemas no son personales. La Historia no se hace en base a las actitudes de algunos hombres. Yo represento y encarno a un proceso revolucionario de transformaciones, que no será detenido ni con el terror ni con la amenaza fascista (ES, 30/08/1917, p. 3).

Diante deste cenário, a força da mobilização ratificaria o discurso do presidente. Além disto, o governo, mais uma vez, tentou demonstrar seu caráter democrático, anunciando uma nova tentativa de estabelecimento de diálogo com a oposição e começou a ventilar a realização de um plebiscito para viabilizar a continuidade dos projetos de governo. Esta nova tentativa de diálogo encontrou pouco espaço para repercussão. A Democracia Cristã, na voz de seu presidente, de imediato declarou que qualquer acordo só seria possível se o governo “retificasse” seus rumos, restabelecendo a normalidade legal e constitucional tal como realçava a declaração da Câmara. *La Prensa* destacou que a proposta de diálogo tratava-se de uma simples manobra, tendo em vista que a nova mudança de gabinete não trazia nenhum elemento novo ao debate.

Mientras el gobierno no cumpla requisitos básicos que indiquen su intención de encaminar el proceso político por la senda democrática e institucional... De nada sirvieron los malabarismos. El señor Allende debe afrontar el riesgo del cargo que desempeña. O está con la Constitución y la ley o está contra ellas. Ya no van quedando posibilidades a la ambigüedad (LP, 03/09/1973, p. 3)<sup>645</sup>.

De fato, os jornais de oposição pautavam seus argumentos, e mesmo ameaças, na declaração emitida pela Câmara dos Deputados. Tal como já realçado, o documento se constituiu na base de sustentação de um argumento “em favor da legalidade e da democracia” amplamente explorado pela imprensa opositora a Allende<sup>646</sup>.

<sup>645</sup> Neste cenário, a presença de militares no gabinete “solo puede comprenderse como garantía de respeto a la Constitución y a la ley. Si el presidente y la UP no se allanan a promulgar la reforma constitucional y a encauzar su proceso político por la vía del derecho, los militares, en defensa de sus instituciones y del superior interés del país, se verán obligados a abandonar de inmediato toda responsabilidad en el Gabinete” (LP, 01/09/1973, p.3).

<sup>646</sup> Para *El Mercurio* embarcar em uma tentativa de diálogo com um interlocutor que enganara “varias veces a elementos democráticos” era uma aventura. Apoiando-se na tese de que a crise vivida superava qualquer possibilidade de acordo entre cúpulas, o jornal já parecia ventilar a possibilidade de uma intervenção militar pautada nos “democráticos” desejos das bases. “[Ciertos partidarios del diálogo] han dicho que si los militares sustituyen al Presidente o si mandan al presidente, ello sería dictadura. Pero no se trata de eso; se trata de que un cambio profundo en la orientación y en el moral del régimen, que incluya nuevos mandos medios y superiores, que suprima los abusos... que permita el encarcelamiento de los delincuentes y la libertad y la paz para los que trabajan, sea dirigido por el señor Allende. Ahora bien, si esa solución no llega, ¿Qué

No próprio seio da UP, uma nova tentativa de diálogo entre as cúpulas partidárias também encontrou pouca repercussão. *El Siglo* reconheceu que muitos questionavam a possibilidade de um acordo em níveis dirigentes, já que o mesmo somente ganharia legitimidade com o acatamento das bases propostas pelo critério majoritário do país. Este se resumia na defesa do governo legitimamente constituído, na consolidação das conquistas da classe trabalhadoras e no consenso para que se seguisse em marcha o processo de mudanças. A não concordância com estes pontos convinha apenas aos fascistas. Neste sentido, “para que el diálogo se abra paso, se requiere imponerlo por la fuerza de la masas, por la vía de las masas” (ES, 03/09/1973, p. 3). Nota-se que o discurso de *El Siglo* se sustentava no fato de que o processo de mudanças revolucionárias e o próprio presidente Allende contavam com o apoio da maioria dos chilenos. Assim, em um argumento que parecia preparar o terreno para a discussão sobre a adoção de plebiscitos, o jornal defendeu que a essência de uma virada política em favor do governo estava em se fazer uma “política de mayoría. Una política que se oriente a la conquista sólida de la mayoría” (ES, 04/09/1973, p. 3). Para “demonstrar” o apoio majoritário ao governo, organizou-se para o dia 4 de setembro uma grande passeata em comemoração ao terceiro aniversário do “triumfo electoral limpio y legítimo obtenido por las fuerzas populares” (ES, 04/09/1973, p.3). Durante os dias que antecederam o evento, amplamente divulgado, *El Siglo* insistiu que a “inmensa mayoría” marcharia em frente ao palácio *La Moneda*. Os golpistas haviam brincado “com fogo” ao provocar a responsabilidade revolucionária do “povo”. Contudo, a ameaça não incluía o abandono de um discurso em defesa da garantia do estado de direito, pois no Chile também havia “mayoría por el desarrollo democrático”(ES, 04/09/1973, p. 3). Assim o “aplastante y grandioso” respaldo “das massas” seria uma demonstração histórica de garantia da liberdade, democracia e independência nacional (ES, 02/09/1973, p. 8). O reforço do caráter democrático do processo revolucionário chileno se deve à insistência da oposição de que os partidários da via insurrecional haviam tomado o controle das ações. Em editorial publicado no dia da marcha, intitulado “aniversario sombrío”, *La Prensa* publicou que a eleição de Allende e conseqüente chegada ao poder de um

---

pueden hacer las directivas de los partidos y de los gremios? Si la legitimidad aparece quebrantada ¿se superará el temblor en la base con diálogos y entendimientos entre los altos dirigentes santiaguinos?” (EM, *La Semana Política*, 02/09/1973, p. 33).

partido marxista pela via eleitoral fora um “duro bofetón para aquellos violentistas que hace años venían predicando contra la democracia”. Contudo, ao se realizar o balanço dos três anos de governo, o panorama não poderia ser mais desolador.

El Gobierno y sus partidarios, inspirados en una mentalidad totalitaria y stalinista han perseguido sin tregua y en forma sectaria a todos los que no piensan como ellos, pretendiendo de esta forma dividir a los chilenos entre fascistas y patriotas... El Ejecutivo ha atropellado gravemente la constitución y la ley. Tanto el poder Judicial como el Congreso Nacional lo han denunciado y miles de modestos chilenos han debido sufrir en carne propia la violación de cada una de la Garantías Constitucionales: no hay una sola que haya respetado<sup>647</sup>.

Neste mesmo editorial, o “suposto” apoio da maioria do povo ao governo também foi atribuído à manipulação e às pressões violentas. “Nos encontramos frente a un gobierno inmoral... que quiere imponer por la fuerza y el terror a la mayoría de los chilenos un sistema de convivencia que repugna a la democracia y a la libertad”.

Após a marcha, o tema do apoio popular majoritário permaneceu como elemento chave no debate. Neste sentido, descrever a grandiosidade do desfile foi de grande relevância para *El Siglo*. Em primeira página, em meio a muitas fotos, o jornal destacou: “Sin Precedentes! Más de 5 horas duró el desfile frente a La Moneda. El pueblo dio decisivo respaldo al gobierno constitucional y al presidente Salvador Allende”. De acordo com sua reportagem mais de 1 milhão e 200 mil pessoas estiveram presentes talvez no maior desfile da história política do Chile. Nele se viu homens, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, professores, estudantes, “pobladores”, enfim, era “el pueblo en su dimensión mayoritaria”, mobilizado e coeso, mostrando que existia um governo “hijo del pueblo”, constituído legítima e democraticamente e que, por decisão deste mesmo povo, “debe cumplir su mandato” (ES, 05/09/1973, p. 3)<sup>648</sup>. Os números

<sup>647</sup> Para ilustrar o caráter violento, ilegal e criminoso da via chilena ao socialismo a partir do dia 30 de agosto, La Prensa passou a publicar diariamente, em primeira página um série de charges intituladas “Revolución es...”. A cada dia, o texto era complementado com uma ilustração e uma alusão a um aspecto violento ou corrupto daquilo que o governo entendia como revolução. No dia 31, por exemplo, a ilustração retratou um homem armado, não por acaso com cabelos compridos e boina militar, e assim completou a frase: “salir a matar militares”. No dia 1º, este mesmo homem aparece melado sobre um bolo com os dizeres “meter las manos y patas”. No dia 3, um homem com um saco de dinheiro aparece entrando em um banco sob a legenda “Revolución es depositar plata em el extranjero”.

<sup>648</sup> No dia seguinte, demonstrando entusiasmo, o Partido Comunista emitiu uma nota nos seguintes termos: “SE QUEBRARÁN LOS DIENTES. Los aristócratas, los oligarcas, los monopolistas, los latifundistas, los empresarios de la guerra civil, levantan la campaña golpista de “la renuncia”...

apresentados por *El Siglo* foram alvo da ironia de *La Prensa*. Com uma manchete intitulada “El millón UP”, o jornal mostrou fotos de um encontro esvaziado. Em mais uma ilustração de capa, um palhaço segue à frente de uma fila indiana com um cartaz onde se lê: “Revolución es desfilar de uno a uno para que se note...” (LP, 05/09/1973, p.1). *El Mercurio* preferiu destacar que 1 milhão de trabalhadores encontravam-se em greve (EM, 05/09/1973, p.1), números também, certamente sobrelevados<sup>649</sup>. Ainda na ocasião do anúncio do novo gabinete, *El Mercurio*, já afirmara que o discurso de Allende foi pautado em um apoio popular inexistente<sup>650</sup>. Desde então, para *El Mercurio*, aqueles que falavam com soberba em *Poder Popular* sentiam que não haviam conseguido “movilizar a la masa... Muchos votantes del señor Allende... se resignan dolorosamente a su desilusión” (EM, 30/08/1973, p. 3).

O aniversário das eleições também foi alvo de mais uma mensagem oficial de Allende<sup>651</sup>. Nela, o presidente fez questão de descrever as manobras do imperialismo internacional para impedir a execução do programa da UP (ES, 06/09/1973, p. 3). Desde o início de agosto *El Siglo* fazia muitas alusões à presença de uma conspiração estrangeira no Chile, que, como tem fartamente demonstrado a historiografia atual com o suporte de documentos desclassificados dos arquivos norte-americanos, de fato era real e profundamente articulada a determinados grupos chilenos<sup>652</sup>. Por outro lado, *La Prensa* e *El Mercurio* faziam muitas acusações de interferência cubana nos assuntos de governo e em suposta

---

ESTÁN ADVERTIDOS: EL PASADO NO VOLVERÁ JAMÁS. Más de un millón de trabajadores, en Santiago, mostraron su decisión inquebrantable de luchar por la libertad, la democracia y la independencia de la Patria. EL PROCESO DE CAMBIO ES IRRENUNCIABLE” (ES, 06/09/1973, p. 8, caixa alta do jornal).

<sup>649</sup> Embora a cifra de 1 milhão e duzentas mil pessoas seja um tanto inverossímil, a marcha, de fato reuniu uma enorme quantidade de pessoas. Seus números exatos são de difícil precisão. Mesmo entre os historiadores que a analisam ainda há divergências sensíveis. Armando de Ramon, autor que estimou a presença popular em cerca de 1 milhão de pessoas ressalta que entre os participantes, a despeito do clima festivo, eram poucas as esperanças por uma solução pacífica para a crise. Op. Cit., p. 227.

<sup>650</sup> “El presidente estima que no está en su cargo “de prestado” y que tiene sentido de la dignidad de sus funciones... no renunciará, añade que no vacilaría en hacerlo “si en pueblo, si los trabajadores, si los campesinos, si los técnicos y los profesionales de Chile así me lo demandaran o me lo insinuaran... Lo menos que puede decirse es que las cambiantes actitudes presidenciales indican inestabilidad en el gobierno y ella se refleja en los continuos cambios en el gabinete” (EM, 30/08/1973, p. 3).

<sup>651</sup> “Es evidente que el financiamiento [de los golpistas] tiene su origen, en su gran parte, en el extranjero... el dinero proviene de vertientes económicas norteamericanas, enlazadas con la Braden, con la ITT y con la CIA” (ES, 30/08/1973, p.1).

<sup>652</sup> Para uma análise cuidada ver: Tanya Harmer. *Allende's chile & the inter-american cold war*. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 2011.

ações terroristas ou guerrilheiras, que independente de sua veracidade ou não, tiveram forte impacto na opinião pública.

Nos dias que se seguiram à marcha, o tema suporte internacional para um golpe se manteve nas páginas de *El Siglo*, que destacou a entrada de dólares e armas para desencadear uma guerra civil<sup>653</sup>. Contudo, a ratificação das massas ao governo durante a marcha “provava” que as pressões e o terror do imperialismo e do monopólio não seriam suficientes para derrubar um governo que devolveu as riquezas do povo, criou a área social da economia e destruiu o latifúndio. “Se equivocan los que creen que pueden derribar el Gobierno del Pueblo... Allende no caerá, porque el pueblo no cae... El pueblo no renuncia a sus conquistas patrióticas”<sup>654</sup>.

A despeito das palavras de ordem de *El Siglo*, naquele momento, os “pedidos” pela renúncia do presidente Allende não mais estampavam apenas as manchetes dos jornais “sensacionalistas” de direita. Os editoriais de *La Prensa* insistiram que o governo quebrara sucessivamente a legalidade constitucional e que no “seio da cidadania” não havia mais esperanças de retificação dos rumos do governo, tal como determinavam as exigências da declaração da Câmara. Sendo assim, a renúncia se apresentava como uma solução “constitucional, democrática” e consonante aos desejos da maioria cidadã<sup>655</sup>. Fato evidenciado pela grande manifestação “feminina” contra o governo, ocorrida logo após a marcha em sua defesa em que não estiveram presentes apenas “las mujeres que el oficialismo califica... como del “barrio alto” sino también miles y miles de pobladoras, miembros de los centros de madres, juntas de vecinos; mujeres de pueblo autentico que sufren más que todos las angustias de la miseria y la escasez, llegaron al lugar de la reunión para formar una masa compacta” (LP, 07/09/1973, p. 3). A demonstração de força democrática dada pelas mulheres revelava que a

<sup>653</sup> “¡Dólares y armas para desatar guerra civil! ¡Los documentos de Thieme, el pije antipatriota! Una feroz cuenta corriente en Puerto Rico, el “estado asociado” de Washington. Orden de “liquidar” a personas. Las “necesidades” del terrorismo: 360 mil balas, 750 fusiles, morteros, granadas, fusiles FAL y Mauser. Una “Guerrilla urbana” a la sombra del First National City Bank. Una banda de facinerosos, asesinos dispuestos a ensangrentar la Patria en homenaje a los suculentos intereses de la Oligarquía” (ES, 07/09/1973, p.1).

<sup>654</sup> “No será la prepotencia fascista la que decidirá lo que debe o no debe hacer el presidente. Esa lo decide éste, con el apoyo popular... No serán los dirigentes del *Partido Nazional*, ni sus aliados, los que decidan sobre el destino de la Patria ¡No tienen autoridad moral, ni política originada en ninguna fuente honesta, para hacerlo!” (ES, 07/09/1973, p. 3).

<sup>655</sup> Diante de inúmeras promessas não cumpridas, “¿Quién tiene, entonces, la duda de que una marea ciudadana está llegando al extremo de pedirle al señor Allende que se vaya?” (LP, 06/09/1973, p.3).

“maioria dos espíritos” exigia uma imediata definição<sup>656</sup>. Como o governo não conseguia “restituir la normalidad constitucional y legal, movilizar nuevamente un país paralizado, ni devolver la seguridad a millones de chilenos” (LP, 09/09/1973, p.1), não era mais possível se pensar em soluções parciais.

Seguindo o mesmo caminho *El Mercurio* afirmou que a marcha fora um encontro de milhares de mulheres “democráticas” a favor da renúncia, demonstrando que havia

un amplio consenso respecto de la inconstitucionalidad e ilegalidad de Gobierno. Y hay **virtual unanimidad** acerca de que el país está inevitablemente condenado a la destrucción se continúa aplicándose la política de tránsito hacia el socialismo que representa el Presidente Allende... la desarticulación social y económica es también evidente. El Gobierno había encontrado excusas para su fracaso en las presiones del imperialismo y en las maniobras de la sedición interna. Dichas explicaciones **no tienen eco en la masa** (EM, La Semana Política, 09/09/1973, p. 31, grifo meu).

Como não havia indícios de que o governo pretendia retornar ao caminho da normalidade, “no hay salida transaccional para salvar una institucionalidad quebrantada profundamente”<sup>657</sup>. Neste sentido, a renúncia se apresentava como uma saída generosa em resguardo do bem comum do país. Contudo, desde antes da marcha, as análises de *El Mercurio* iam mais além. Especialmente em sua coluna *Tribuna*, novamente publicada em edições diárias, desfilavam especialistas aprofundando discussões constitucionais sobre a viabilidade de uma destituição formal do presidente e cobrava-se uma postura mais enérgica do parlamento<sup>658</sup>.

<sup>656</sup> A resolução da questão política se tornava ainda mais emergencial em função do agravamento da situação econômica, tema continuamente reforçado ao longo do mês de agosto e que se manteve no noticiário contrário ao presidente. *El Mercurio*, por exemplo, iniciou uma série de reportagens com “especialistas” informando que o país caminhava para um cenário de hiperinflação (EM, 03/09/1973, p. 19). Outro ponto que desesperava a população dizia respeito a “Angustiosa escasez del pan (EM, 08/09/1973, p.1). Sobre este tema, *La Prensa* dedicou um longo editorial de domingo intitulado “Señor Allende: no hay pan”. Nele, após descrever as angústias vividas pelos pais e mães de família que passavam muitas horas em longas filas para não conseguir sequer uma migalha afirmou que o povo “no entiende lo que el señor Allende explica sobre los puertos, las divisas, los transportistas, el bloqueo internacional y la ITT. Ellos piensan una sola cosa: antes había pan y ahora no... a Dios se pide, desde hace dos mil años, el pan nuestro de cada día... Señor Allende, el pueblo le pide pan. Es lo menos que puede pedirle. De lo contrario nos quedaremos solo con el circo” (LP, 09/09/1973, p. 3).

<sup>657</sup> “El malestar ascendente del **pueblo chileno** sólo podría conjurarse con un vuelco en 180 grados de la conducción política y económica de la nación, pero no hay indicios de que los partidos marxistas contemplen la posibilidad de ceder” (EM, 09/09/1973, p. 31, grifo meu).

<sup>658</sup> Após um encontro entre mulheres “gremialistas” e senadores de oposição, *El Mercurio* classificou o ato como “una invitación a que el Parlamento estudie el modo de hacer efectivas sus facultades constitucionales para el caso en que el Presidente de la República no acoja la petición [renuncia] que respetuosamente le formulan los gremios” (EM, 08/09/1973, p. 3). No dia anterior,

De acordo com o jornal, o Partido Nacional já havia adotado a tese, entretanto, a DC ainda rejeitava. Independente disto, *El Mercurio* procurou minimizar a ação político-partidária. Embora valorizasse a “histórica” declaração da Câmara dos Deputados, entendia que a direção dos partidos se mostrara lenta para reagir aos ataques à “esencia de la democracia chilena” cometidos pelo governo e ao perigo da instalação de uma ditadura comunista. Assim, naquele momento, a liderança da oposição se transferira para os grêmios. Ainda que a declaração da Câmara se constituísse em seu “solido fundamento”, a ação gremialista representava “una democracia de base y la expresión directa del sentir de **nuestro pueblo...** los gremios y las demás organizaciones sociales de base se han constituido en la valla defensora de las libertades públicas” (EM, 08/09/1973, p. 3, grifo meu).

Ao se analisar os argumentos de *El Mercurio*, nota-se que os pilares que sustentavam a tentativa de retirada do presidente Allende, ou seja, o elemento que unificava a “maioria dos chilenos” em torno da oposição ao governo, eram os atropelos à lei e à Constituição. Contudo, a ideia de ameaça a “esencia de la democracia chilena” abria espaço para distintas formas de “retorno” aos princípios constitucionais. Desta forma, assim como já o fizera em outros momentos, *El Mercurio* contrariou os tão propalados princípios da democracia representativa e seus preceitos constitucionais, em favor de uma democracia “essencial”, supostamente ligada aos valores e tradições chilenos. A participação das mulheres, enquanto esteio da família e moralidade chilena, representava um resgate moral e material da nação e suas instituições<sup>659</sup>. Além disto, a democracia

---

já destacara em primeira página a relevância do encontro. “Mujeres gremialistas piden inhabilidad de S. Allende. Reunión con Senadores de Oposición” (EM, 07/09/1973, p.1).

<sup>659</sup> Em uma análise acerca da atuação significativa de grupos de femininos de oposição de direita ao longo de todo o governo da UP, mais especificamente a partir da chamada “marcha de las cacerolas vacias”, ocorrida em dezembro de 1971, Margareth Power destaca seu papel no estímulo a uma intervenção militar e enquanto instrumento para minar o apoio público a Allende. Margareth Power. Anti-Allende women and the 1973 military coup in Chile. In: *Bicentenario. Revista de Historia de Chile y América: Especial: Chile y el 11 de septiembre*. Santiago, Centro de Estudios Bicentenario, 2003, Vol. 2, N° 2, p. 33-58. Talvez ciente do poder de cooptação da participação feminina, *El Mercurio* deu amplo destaque a atuação das mulheres “democráticas” e dos “comandos femininos” nas passeatas, nas fábricas, em programas de rádio, e mesmo em ações políticas mais específicas como o encontro com os senadores e a manifestação das esposas de militares junto à residência do general Prats. Da mesma forma, explorou a “imoral” repressão do governo à “resistência anti-marxista” feminina como no caso do ataque às esposas de transportadores em uma manifestação no centro de Santiago. “No hay que olvidar la actuación brillante de muchas mujeres democráticas en las actuales circunstancias críticas de la nación, así como expresiones colectivas de tanto relieve histórico como la memorable “marcha de las cacerolas”, en verdad el primer clarín de la lucha de Chile contra la tiranía del marxismo” (EM, 17/08/1973, p. 3). Cabe ressaltar que a participação feminina também foi valorizada pelo governo da UP. Logo após o episódio com as esposas dos transportadores, organizou-se uma marcha de

“essencial” se aproximava de supostos desejos majoritários da nação. A partir de então, tal como se pode perceber nas passagens grifadas acima, nota-se uma maior ênfase na utilização de conceitos como “povo” e “massa”. Utilizadas com parcimônia ao longo do mês de agosto, sendo preteridos por conceitos como “cidadania” e “opinião pública”, estas noções passaram então a “referendar” a saída da Allende. Para *El Mercurio* era “la base social de la democracia chilena, las mujeres, las juntas de vecinos, los gremios” que se levantavam contra a aplicação do esquema marxista. “La verdad es que se trata de la reacción espontánea de un **pueblo** frente al fracaso de un Gobierno” (EM, La Semana Política, 09/09/1973, p. 31, grifo meu)<sup>660</sup>. Dentre as distintas maneiras de se restabelecer a legalidade constitucional chilena, apresentadas por *El Mercurio*, cabe destacar o fato de que alguns elementos do pensamento corporativista, antes pouco noticiados, começaram a ganhar maior repercussão. Ao comentar uma manifestação de universitários contra o governo, afirmou que os estudantes “reclaman una nueva institucionalidad que con el auxilio de las FFAA, conduzca el país hacia la Constitución y la ley, y solicitan con este objeto la renuncia del presidente”<sup>661</sup>.

---

mulheres Allendistas, com grande presença de público pelas ruas de Santiago. Da mesma forma, por diversas vezes, El Siglo deu destaque de primeira página às violências cometidas por direitistas às mulheres ligadas a UP. “Cobarde agresión derechista a Diputada Mireya Baltra” (ES, 18/08/1973, p.1).

<sup>660</sup> Mesmo caminho foi seguido por La Prensa, para o jornal, era o povo que se expressava por diversos caminhos em favor da renúncia. “El señor Allende no podrá desoír este llamado después de haber dedicado una vida a la actividad política, lo que le permite apreciar cuándo un movimiento responde a bajas pasiones y cuando él nace, como ahora, **de la raíz del corazón del pueblo**” (LP, 11/09/1973, p. 3, grifo meu).

<sup>661</sup> Em editorial, assim como vinha fazendo com relação a outros setores da sociedade, o jornal apresentou a manifestação como uma demonstração de que os estudantes estavam majoritariamente contra o governo. Especialmente a partir da mobilização em prol das reformas universitárias, ocorrida ao longo dos anos de 1967 e 1968, o movimento estudantil conquistara grande visibilidade no Chile. Em sua defesa por uma universidade aberta ao povo e direcionada para os interesses nacionais de um novo país, os estudantes encontraram amplo respaldo na sociedade em particular nos setores de tendência reformista e revolucionária. Por ocasião das eleições de 1970, o movimento estudantil, em sua maioria, revelou-se um importante ponto de apoio à campanha da Unidade Popular. Tal como evidenciou Isabel Torres, não foi por acaso que, logo após o conhecimento dos resultados das urnas, Salvador Allende dirigiu-se a cidadania dos balcões da Federação de Estudantes da Universidade do Chile. Op. cit, p. 147. Este apoio continuou a ser de grande relevância para a mobilização de apoio popular em torno dos projetos apresentados por seu governo. Neste sentido, naquele momento, a intenção de *El Mercurio* era demonstrar que a decepção com os rumos do país levava a uma virada política no movimento estudantil. Entretanto, deve-se frisar que o gremialismo só era maioria na universidade católica. Ainda assim, a oposição e também a esquerda tinham um vasto e militante apoio entre os estudantes. A referida marcha foi organizada pela Federação de Estudantes da Universidade Católica do Chile (FEUC), desde outubro de 1968 sob a direção do movimento gremialista. Verónica Valdívía, 2008, op. cit p. 123-164.

Como vimos, os pressupostos teóricos vinculados a esta “nova institucionalidade” remetem a uma concepção reacionária, que desvalorizava a ação político-partidária e a própria participação popular por meio de eleições regulares. Seus principais articuladores chegaram a propor uma espécie de democracia “funcional” apoiada nos chamados setores “intermediários da sociedade” e em um governo que se fundamentasse nos princípios da autoridade e da ordem, sem negar a possibilidade do estabelecimento de um regime de cunho autoritário, com presença militar, para “reorganizar” a nação. No entanto, *El Mercurio* insistia no caráter democrático do movimento. O que a “nova institucionalidade” proposta e a juventude não aceitavam era “la imitación timorata e hipócrita de Cuba que pretender hacer poco a poco los comunistas ni la ruptura por las armas que empujan las organizaciones de ultraizquierda ni el modelo anacrónico de sociedad marxista impuesto por los soviéticos a la Europa oriental” (06/09/1973, p. 3). Da mesma forma, *El Mercurio* insistia que a mobilização dos grupos “independentes” não pretendia nenhum golpe<sup>662</sup>. Entretanto, afirmou que “dicha crisis ni se resolverá sin el concurso responsable y decidido de las fuerzas Armadas, depositarias únicas de la tradición y de la institucionalidad cuando el orden jurídico y económico experimenta un quebrantamiento radical e irremediable” (EM, 09/09/1973, p. 31).

Neste ponto, o discurso de oposição procurava se colocar ao lado dos militares enquanto esteio das “tradições”, aproveitando-se do aumento das tensões entre setores das Forças Armadas e grupos ligados à cúpula da Unidade Popular originárias da ampliação dos debates em torno das recorrentes ações militares em busca de armas e “focos guerrilheiros” revolucionários. Em primeira página, *La Prensa* denunciou as “increíbles injurias del MIR a las FF.AA” efetuadas em cadeia nacional de emissoras e escandalosamente reproduzidas nos “diários da UP” (LP, 08/09/1973, p.1). O título de seu editorial, que comentava uma declaração do comitê executivo da UP em apoio a marinheiros e suboficiais processados pela Marinha em função do suposto motim do final de agosto,

---

<sup>662</sup> “El señor Allende ha afirmado que no habrá golpe de Estado ni Guerra civil. Ha dicho, asimismo, que estaría dispuesto a renunciar si se lo pidieran los trabajadores, los técnicos, los profesionales. Lo que están haciendo las bases de la democracia chilena es precisamente explorar caminos que cumplan los deseos de paz civil y de renunciamiento que animan al Presidente” (EM, 08/09/1973, p. 3).

deixava claro as intenções do jornal: “La UP contra la Armada”<sup>663</sup>. Após apresentar o respeito aos institutos armados como um dever constitucional, seu texto assumiu um tom desafiador e “premonitório”

“Se vuelve a insistir en torturas y se entrega su amplio respaldo a los dirigentes políticos implicados... Es como si el Ejecutivo estuviera avalando el ataque directo a la Armada de Chile... El país se pregunta, entonces, ¿es que el señor Allende no sabe valorar el patriotismo de los oficiales de la Armada? ¿Piensa que la Marina va a seguir colaborando indefinidamente para dar “confianza” mientras sectores adictos al Gobierno – íntimamente identificados con el – se encargan de socavar la unidad de la institución?... Evidentemente, el poder civil debe sujetarse, a su vez, al imperativo del respeto a la esencia de las instituciones militares, no estando autorizado para desintegrarlas” (LP, 08/09/1973, p.3).

*El Mercurio*, por sua vez, afirmava que os ataques aos militares também partiam dos comunistas, o que colocava praticamente toda a base de apoio ao governo “em oposição” às Forças Armadas<sup>664</sup>. Um discurso proferido pelo senador Carlos Altamirano, em um grande encontro do Partido Socialista, realizado no domingo dia 9 de setembro, também contribuiria para o acirramento do mal-estar com as Forças Armadas. Sem o aval da presidência da República, o secretário-geral do partido, além de denunciar a atuação da Armada contra os sargentos processados e a “marinha não golpista”, denunciou as manobras para uma insurreição militar contra o governo legítimo, conclamando as forças populares a resistirem a qualquer levantamento<sup>665</sup>.

<sup>663</sup> Em verdade, embora a marinha se constituísse em um importante foco conspirativo contra o governo, nela se encontravam alguns focos de resistencia a um golpe de Estado e seu ministro manteve apoio ao governo constitucional até ser destituído com o golpe, fato que transformara a instituição em um dos alvos da imprensa de oposição, assim como fora o general Prats. Para uma cuidada análise acerca da atuação de grupos ver. Jorge Magasich. *Los que dijeron no*. Santiago: Lom, 2008.

<sup>664</sup> “La calculada obsecuencia comunista con los institutos castrenses, sobre todo desde el paro de octubre de 1972, está llegando a su fin. Ahora el partido eje del Gobierno se permite agraviar a los uniformados imputándoles toda suerte de irregularidades. Esta nueva táctica no escapa de seguro a los Altos Mandos y les advierte que sobre ellos pesa la amenaza de recibir en un momento dado el taque aleroso de un enemigo interior dispuesto a desplazarlos” (EM, 08/09/1973, p.1).

<sup>665</sup> “Los allanamientos conforman otro de los mecanismo empleados para provocar el enfrentamiento y crear el odio entre las Fuerzas Armadas y los trabajadores, y la derecha lo está consiguiendo. Advertimos que algunos altos oficiales no se dan cuenta cómo están sirviendo de instrumento a los reaccionarios... Se tortura en forma inhumana a los marineros y suboficiales que defienden la Constitución, la voluntad del pueblo y al compañero Allende... La conjura de la derecha – piensa nuestro partido – sólo puede ser aplastada con la fuerza invencible del pueblo unido a tropas, clases, suboficiales y oficiales leales al gobierno constituido. Chile se transformará en un nuevo Vietnam heroico si la sedición pretende enseñorearse de nuestro país a nuestro juicio, compañeros, el golpe reaccionario se ataja golpeando el golpe. No se ataja conciliando con golpistas”. Transcrição do discurso de Carlos Altamirano no dia 09 de setembro de 1973 no Estádio Chile. Apud. Oscar Soto, p. 221- 230.

O Executivo, por sua vez, estava em uma posição delicada. Tal como se tem procurado demonstrar, embora tenha se mantido vinculado aos princípios democráticos e às normas legais chilenas, no interior de suas filas, a UP vivenciou um constante embate entre um pensamento socialista revolucionário e a adoção de um conjunto de práticas reformistas que encaminhavam a revolução rumo ao socialismo dentro dos limites institucionais estabelecidos. Frente às evidentes articulações em torno de um golpe de estado, esta tensão, que se manifestara não somente nos distintos grupos no seio da UP como no interior de seus principais personagens, pareceu encontrar seu momento de máximo esgarçamento. Rechaçando uma possível renúncia, Salvador Allende apelou para o apoio das massas populares como forma de pressão contra os golpistas, mas em nenhum momento fez campanha em prol do enfrentamento. Entretanto, não conseguia abafar manifestações de arroubos rupturistas em suas bases e nem evitar eventuais ações “sediciosas” da extrema esquerda ligada ou não ao MIR. Da mesma forma, as ações contra os grupos sediciosos de direita enfrentavam inúmeros entraves provenientes de grupos inseridos em altos postos nas mais variadas instituições jurídicas chilenas<sup>666</sup>. Ainda assim, o governo se manteve dentro das normas constitucionais e o presidente continuava a insistir na possibilidade de diálogo. Com relação aos militares, a posição do governo seguiu os mesmos moldes. Em suas inúmeras reformas ministeriais, Allende procurou dar responsabilidade aos altos mandos militares, incorporando-os à tarefa de transformação da sociedade. Da mesma forma, a despeito da enorme polêmica construída acerca do tema, respeitou os princípios de hierarquia evitando uma ação mais dura com os setores

---

<sup>666</sup> Os problemas causados por discursos e atos provenientes das bases do governo, de fato, se constituíram em uma questão de difícil solução prática para Allende. Qualquer ação efetiva, ou reprimenda, direcionada aos seus próprios correligionários, não somente enfraqueceria sua posição em um momento de grave crise, como incensaria os argumentos da oposição de que as diversas ações extremistas de esquerda contavam com o apoio do próprio governo. Da mesma forma, para se manter fiel ao discurso e projeto de alinhamento total às normas democráticas constitucionais, o governo evitou ações que pudessem ser qualificadas como arbitrárias, retardando o processo de retirada de grupos extremistas das ruas. Não custa lembrar que o presidente não conseguira a aprovação do estado de sítio e as ações de combate aos atos terroristas deveriam seguir todos os trâmites legais.

que participavam de forma mais efetiva nos “allanamientos”<sup>667</sup>, ou mesmo a substituição integral dos comandos militares<sup>668</sup>.

Situação semelhante vivenciou o Partido Comunista e seus simpatizantes. Em informe oficial publicado em *El Siglo* no dia 7 de setembro, os comunistas entenderam que desde aprovação da declaração da Câmara dos Deputados a “nueva dirección del golpe” procurava encontrar uma “cobertura legal” para a ação insurrecional, em função da força aglutinadora que a legitimidade inquestionável do governo trazia para o movimento popular. Este argumento também visava dividir as Forças Armadas e afastá-las de seu compromisso constitucional. Entretanto, “así como la legalidad del Gobierno es una fuerza contra el golpe, así lo es también el predominio del espíritu profesional de la doctrina Schneider es las filas de las FFAA” (ES, 07/09/1973, p. 3)<sup>669</sup>. Mesmo demonstrando otimismo, naquele momento, os comunistas já consideravam uma iminente ação golpista<sup>670</sup>. De acordo com *El Siglo*, a solicitação de renúncia do presidente nada mais era do que uma cortina de fumaça para um golpe, que, por sua vez, seria barrado por enérgica reação dos trabalhadores e do povo. Em editorial, o jornal reproduziu uma declaração de Luis Corvalán, na qual o secretário-geral do Partido Comunista afirmava que no caso de um indesejado confronto, os golpistas deveriam ser derrotados com a máxima rapidez (ES, 08/09/1973, p.1)<sup>671</sup>. Contudo os comunistas ainda defendiam uma solução

<sup>667</sup> Também cabe lembrar mais uma vez que, nestes episódios, os militares atuaram “protegidos” por uma lei de controle de armas, cuja revogação e alteração foram tentadas, sem sucesso, pelo governo.

<sup>668</sup> Ver, Jorge Arrate, p. 63. Naquele momento, esta solução fosse extremamente delicada e pudesse, de fato, dar origem a um enfrentamento que conduzisse a uma guerra civil, ela estaria respaldada pelos princípios constitucionais que determinavam a submissão das autoridades militares ao presidente, enquanto representante máximo do poder civil, democraticamente constituído.

<sup>669</sup> “La nueva dirección del golpe atribuye una gran importancia a la destrucción de la fuerza que representa para el movimiento popular la incuestionable legitimidad del gobierno... Apuntando a destruir esa imagen, tratando de encontrar una cobertura “Legal” para el golpe, han hecho aprobar por la Cámara de Diputados un Proyecto de Acuerdo que pretende configurar la imagen de ilegalidad del Gobierno. Esto está destinado a influir en las Fuerzas Armadas, a profundizar su división, a tratar de terminar con la sujeción que constitucionalmente los corresponde a los Institutos Armados al Gobierno constitucional” (ES, 07/09/1973, p. 3).

<sup>670</sup> “¡ALERTA CHILENOS! LA ANTIPATRIA SE DESBOCA... ahora con descaro promueven la renuncia del Pdte. Allende, con un paso más hacia sus fines antipatrióticos... EL GOLPE TERRORISTA Y LA GUERRA CIVIL... Una vez más, el presidente Allende, junto a las Fuerzas Armadas y a la gran mayoría de compatriotas, son el más sólido bastión que garantiza la libertad, la democracia, el proceso de cambios y la seguridad nacional... LA PATRIA VENCERÁ” (ES, 08/08/1973, p. 8, caixa alta do jornal)

<sup>671</sup> “En una situación tal [lucha armada], que no deseamos, que no buscamos, que queremos evitar, pero que se puede dar, no quedará nada, ni siquiera una piedra, que no usemos como arma de

política. Em editorial intitulado “El dialogo abre paso en el seno del pueblo”, *El Siglo* comentou o voto de “respaldo al gobierno legalmente constituido” dado por trabalhadores da DC em determinados organismos de trabalhadores e seu apoio à mesa diretora da CUT. “Hay por tanto, una posibilidad de una unión nueva de fuerzas”<sup>672</sup>. Desta forma, o Partido Comunista se mantinha mais alinhado às proposições de Salvador Allende, do que o próprio partido do presidente<sup>673</sup>. Em seu discurso no Estádio Chile, Carlos Altamirano afirmara que “la oposición no quiere una salida pacífica y democrática, esto tienen que entenderlo los que están planteando el diálogo”<sup>674</sup>. Ainda assim, no dia seguinte, o Partido Comunista publicou um informe oficial pedindo o diálogo com a Democracia Cristã para defender a manutenção das empresas conquistadas pelo povo (ES, 10/09/73, p. 3).

Se a aposta em uma pressão das “bases progressistas” da Democracia Cristã contra uma cúpula que se negava a um diálogo em prol da governabilidade se apresentava como uma posição frágil, a postura dos comunistas parecia recorrer a um apego aos fundamentos legais e constitucionais, aparentemente ainda presentes em determinados setores do PDC para se bloquear uma tentativa de golpe. Não por acaso, neste mesmo dia, *El Siglo* publicou em primeira página que os ex-presidentes da Democracia Cristã haviam se manifestado contra o golpe e o

---

combate. En tal supuesto, la nueva alternativa será derrotar con la máxima rapidez y energía a los que desencadenan la guerra civil”.

<sup>672</sup> Os pedidos de união se repetiram. No domingo dia 9, *El Siglo* deu destaque ao encontro ecumênico promovido pelas igrejas católica, protestante, ortodoxa e pela comunidade israelense com o objetivo de se rezar pela paz. “Este llamamiento de amplios sectores religiosos del país se produce en los mismos instantes en que se cierne sobre la patria el peligro claro de una guerra civil” (p. 3). No dia seguinte, afirmou que “la unidad es un imperativo histórico de nuestro tiempo... Negarse al dialogo... es negarse a la lucha y a trabajar por Chile... Se está con el pueblo o se está contra el pueblo... ¡Que cada uno asuma su responsabilidad de hombre, de ciudadano y de chileno!” (10/09/1973, p.3). De fato, antes mesmo do encontro dos socialistas, o Partido Comunista ainda insistia na unidade entre trabalhadores e setores democráticos da sociedade, o que demonstrava que ainda era majoritária no partido uma posição flexível ao diálogo “El estado de animo de las masas proletarias es firme y decidido, a pesar de que no se oculta la gravedad de la situación... no obstante seria un error pretender que la clase obrera sola resuelva los problemas del proceso revolucionario... Los comunistas partimos siempre de la base de que la clase obrera necesita ganar aliados para cumplir con su rol histórico... solo puede cumplir sus objetivos a condición de unir en torno suyo la mayoría de la sociedad... Y éste es el factor decisivo de la victoria” (Informe oficial PC, Apud. ES, 06/09/1973, p.8).

<sup>673</sup> Em efeito, no interior da esquerda, naquele momento debatiam-se aqueles que ainda pensavam na possibilidade de construção de uma frente político-social que mantivesse o governo e outros que entendiam que a UP deveria se preparar para combater militarmente os golpistas, mesmo sem saber muito bem como.

<sup>674</sup> Apud. Oscar Soto, op. cit., p. 221. Assim, de acordo com o secretário-geral do Partido Socialista, “el golpe no se combate con diálogos. El golpe se aplasta con la fuerza de los trabajadores, con la fuerza del pueblo, con la organización de la clase obrera, con los comandos comunales, con los cordones industriales, con los consejos campesinos”. Idem, p. 230.

enfrentamento entre chilenos. Até então, a despeito de algumas ameaças e insinuações, *La Prensa* também rechaçava a possibilidade de um golpe. Apoiando-se em uma posição formulada pelo reitor da Universidade de Chile, o jornal apresentou a renúncia como a única saída que se enquadraria aos princípios democráticos e constitucionais. Posteriormente, deveria se realizar um plebiscito,

una definición practicada por el pueblo, único dueño de la soberanía nacional... esta definición política cumpliría los requisitos indispensables de decisión democrática, universal, libre y sin enfrentamiento a que la mayoría de los chilenos aspira... **renuncia o plebiscito, representan caminos de salida que no pueden descartarse con ligereza...** presentan... como elemento positivo el estricto respeto por la Constitución, lo que margina de ellas toda calificación de golpismo e sedición (LP, 09/09/1973, p. 3, grifo meu)

Ainda assim, como se pode verificar na citação, o jornal parece considerar a possibilidade de um plebiscito antes de uma possível renúncia. Esta posição poderia estar associada a uma possível resistência de alguns setores do partido que ainda se mostravam contrários a uma simples derrubada do presidente, ou mesmo a cálculos eleitorais próprios. Independentemente das razões é importante frisar que a adoção de um plebiscito, neste caso para dar respaldo às posições do governo e também estava sendo discutida no seio da UP, o que parece apontar para um último fio de esperança no diálogo. O plebiscito, ao menos apostava na entrega dos rumos do processo político à decisão majoritária da cidadania<sup>675</sup>. Contudo, o PDC apresentou uma proposta de solução para a crise que bloqueava as negociações. Orientando a decisão popular para depois da renúncia, a cúpula do PDC defendeu que todos os mandatos eletivos fossem “devolvidos ao povo” para posterior decisão, mediante o voto livre e secreto dos destinos do país pelo eleitorado<sup>676</sup>. Entretanto, a declaração não apresentava regras claras para este

<sup>675</sup> A realização de um plebiscito também foi considerada pelo partido comunista com uma possível solução democrática. “El Partido Comunista expresa su conveniencia de que hay y puede haber soluciones verdaderamente democráticas, pudiendo llegarse incluso a la consulta popular a través del plebiscito” (ES, 11/09/1973, p.1). Segundo com Jorge Arrate, o recurso ao plebiscito foi uma das soluções para a crise, pensadas pelo presidente Allende. Contudo, não houve tempo para sua preparação e organização. Op. cit., p. 63. Diante do fracasso do acordo com a DC e crescente perda de posições no exército, o plebiscito seria a última cartada de Allende para tentar evitar um golpe. A altamente provável derrota no plebiscito seria preferível ao desfecho que os acontecimentos tiveram. Entretanto o plebiscito nunca chegou a se anunciar e não há na clareza na historiografia quanto ao seu conteúdo, apenas distintas versões dos apoiadores mais próximos a Allende.

<sup>676</sup> Publicada com destaque de primeira página por *La Prensa* no dia 10 de setembro, a declaração oficial da Democracia Cristã assim esclarecia a posição do partido. “La solución más concorde con los principios democráticos y constitucionales de la mayoría de los chilenos y que evitaría

processo. Da mesma forma, mencionava a proeminência das Forças Armadas ao longo de um “processo democrático” de estabelecimento de um novo governo, que para muitos soava como uma intervenção<sup>677</sup>.

De acordo com *El Siglo*, após esta nota, a direção do PDC se somava definitivamente à sedição. Sua proposta de renúncia conjunta apenas procurava revestir de “apariencias democráticas y hasta constitucionalistas” a derrubada golpista do governo<sup>678</sup>. Para *El Siglo*, esta ação “aparentemente” democrática e mesmo legal, se somava à efetiva ilegalidade praticada conjuntamente pelo Partido Nacional e pelos extremistas fascistas de *Patria y Libertad*.

Se busca el camino del golpe de Estado, que, según los voceros más francos y desenfadados del fascismo, no tiene entre sus objetivos “salvar la democracia”. No se salva, obviamente, lo que no está en peligro... no se trata de que haya una democracia victoriosa, sino un fascismo que la haya vencido, derrotado y decapitado... es amenaza de muerte para la misma democracia que dice defender a ratos cuando le resulta conveniente decirlo pero a la que ataca constantemente desde puntos de vista ideológicos y prácticos (ES, 10/09/1973)<sup>679</sup>.

Ainda que a DC insistisse que seus propósitos eram democráticos, o desenrolar dos acontecimentos seguiu, em parte, de acordo com as previsões de *El*

---

cualquier riesgo de enfrentamiento, consiste en que los mandatarios de elección popular devuelvan el poder al pueblo que los eligió, para que este decida soberanamente mediante el voto libre y secreto de todos los ciudadanos... Consecuente con este criterio, acordaron pedir al Consejo Nacional que considere y promueve este camino, mediante la renuncia de todos los parlamentarios demócratas cristianos a sus cargos, sobre la base de que hagan igual cosa todos los demás parlamentarios y el presidente de la República a fin de posibilitar al pueblo chileno para que se de la solución que prefiera eligiendo un nuevo presidente y un nuevo Congreso Nacional en un proceso democrático cuya corrección debería ser garantizado por las FF. AA” (LP, 10/09/73, p.1).

<sup>677</sup> Em meio a um ambiente de divisão nas Forças Armadas e a muitas pressões internas e externas, a declaração, se não era um chamamento ao golpe, de fato abria um perigo precedente. Não custa lembrar que situação similar, entrega do controle “momentâneo” a militares, ocorrera em outros países da América do Sul com desfechos em nada democráticos. A experiência brasileira, certamente, se constituía em um exemplo vivo e real para os partidos políticos chilenos, não sendo possível considerar, ingênua a nota da DC

<sup>678</sup> La renovación del congreso antes de los plazos que la Constitución establece tiene escasa significación... En cambio, la renuncia del presidente de la República, tiene como objetivo poner fin al proceso de cambios revolucionarios. Por consiguiente es apenas una variante solapada de la sedición reaccionaria y no constituye ninguna salida democrática... Por lo tanto aunque entre los golpistas se pueden observar variantes, en los hechos sus acciones se complementan (ES, 11/09/1973, p.1).

<sup>679</sup> Naquele momento, embora ressaltasse que esta não seria a melhor opção, *El Mercurio* insistia na constitucionalidade de uma derrubada do presidente Allende pelo Congresso. A possibilidade de adoção de um plebiscito foi considerada inviável. As graves dificuldades enfrentadas pelo povo não podiam esperar mais. “Algunos juristas han sugerido que es posible que el Congreso declara la inhabilidad de presidente para el ejercicio del mando, salida sin duda ingrata... pero cuyo valor constitucional es sólido... es indudable que las insinuaciones de pedir ahora el voto de las bases resulta extemporáneo. Ya la base social esta dando con desesperación su veredicto a través de reiterados paros... La experiencia directa de la población es elocuente e infalible... Los altos niveles políticos y demás responsables de la conducción del país no pueden buscar ya nuevas instancias o nuevas consultas. La grave necesidad no espera” (EM, 10/11/73, p. 3).

*Siglo*. Enquanto a Democracia Cristã convocava os trabalhadores vinculados ao partido para uma concentração pública a ser realizada no dia 13<sup>680</sup>, e os comunistas conclamavam as “massas” a realizar “jornadas de luta” nos dias 15, 16 e 17 de setembro<sup>681</sup>, os golpistas tomavam a iniciativa. Sob o comando de uma Junta Militar que incluía o general Pinochet, então ao lado das forças golpistas, tropas militares atacaram durante várias horas o Palácio *de La Moneda*. Frente à resistência do Grupo de amigos do presidente (GAP) e de alguns detetives da polícia de investigações que faziam a escolta do presidente, aviões da Força Aérea bombardearam a sede do governo. Encurralado, Salvador Allende resiste à deposição até o último instante de sua vida, interrompida com o suicídio, no início da tarde, em um gabinete presidencial parcialmente destruído<sup>682</sup>. A partir de então, a democracia e a legalidade deixavam de existir.

Naquele mesmo dia, a *Junta de Gobierno de las Fuerzas Armadas y Carabineros de Chile*, estes também incorporados ao golpe<sup>683</sup>, emitiu 17 “*Bandos*”, espécie de notificação pública de uma determinação proveniente de uma autoridade “superior”, supostamente imposta perante uma ameaça<sup>684</sup>. Em um prazo de apenas dez dias, outros 24 “bandos” foram emitidos para se cumprir os objetivos iniciais de destruição da institucionalidade democrática, repressão aos partidários do governo derrubado, “normalização” da economia e consolidação da

<sup>680</sup> “DC llama el pueblo a movilizarse” (LP, 11/09/1973, p.1). O partido conclamava os trabalhadores a ele vinculados a participarem de uma concentração de apoio aos grêmios em greve, a ser realizada na Praça Bulnes. Neste evento, em que os trabalhadores exigiriam um reajuste igual ao aumento do custo de vida e um abastecimento justo para todos os chilenos sem distinção partidária, Patricio Aylwin, presidente e orador principal do partido, sinalizaria para posição estratégica a ser tomada pela DC frente à crise.

<sup>681</sup> Neste dia fatídico, a manchete de *El Siglo* foi incisiva “¡Cada cual en su puesto de combate! Partido Comunista Llama el pueblo”. Os inimigos do povo, tal como fizeram em outubro de 1972, queriam ver o país paralisado. Neste sentido, para se impedir o golpe era fundamental assegurar que o Chile continuasse caminhando. “Hay que echar a andar o reforzar la actividad de los sindicatos industriales y profesionales, de los cordones industriales, de los Comandos Comunales, de las Juntas de Vecinos, de las JAP, de los frentes patrióticos, de todas las organizaciones del pueblo, en un esfuerzo sostenido y creciente para que el país funcione” (ES, 11/09/1973, p.1).

<sup>682</sup> Os episódios que se passaram no dia 11 de setembro encontram-se amplamente descritos por inúmeros autores e testemunhos de época. Para um relato detalhado sobre os confrontos ocorridos no Palácio de La Moneda neste dia, Oscar Soto, op. cit. P. 63-123.

<sup>683</sup> A aproximação entre militares e polícia se relevou uma atitude de fundo estratégico, que visava diminuir uma possível resistência ao golpe por um corpo armado que poderia se postar ao lado do governo. Embora os *Carabineros* aparecessem como coautores da ação, tiveram papel reduzido na tomada de decisões, limitando-se ao cumprimento de tarefas de *choque, controle e repressão*. Fato que, com o passar do tempo, os transformaram em instrumentos da ação ditatorial.

<sup>684</sup> Conceito de pouca substância jurídica, a noção bando havia sido pouco desenvolvida na legislação chilena de então e sem referência na Constituição. Para uma análise mais cuidadosa sobre os abusos cometidos pelos “bandos” militares contra as regras gerais do direito, ver, Manuel Antonio, Roberto y Carmen Garretón Merino. Por la fuerza sin la razón: Análisis y textos de los bandos de la dictadura militar. Santiago: Lom, 1998, p. 21-44.

liderança de Augusto Pinochet<sup>685</sup>. A ata de constituição da Junta declarava que se assumia o “**mando supremo de la Nación** con el patriótico compromiso de restaurar la **chilenidad**, la justicia, y la institucionalidad quebrantada”<sup>686</sup>. Entretanto, ainda que anunciase uma possível restauração da normalidade, por si só, já atribuía poderes quase absolutos à Junta Militar, contrariando qualquer compromisso constitucional. Dentre outros atropelos à legalidade e aos princípios democráticos, os “bandos” que se seguiram à declaração, determinaram a deposição do governo, ultimaram a apresentação imediata de diversos dirigentes de partidos ligados à UP e de cidadãos estrangeiros residentes no país. Intervieram em empresas, congelaram contas bancárias, determinaram a instabilidade no funcionalismo público e fecharam o Congresso Nacional, declarando vagas todas as cadeiras parlamentares. A imprensa foi censurada e determinou-se o fechamento de diversos órgãos supostamente ligados ao governo, dentre eles *El Siglo*, que não voltaria a circular legalmente até o final da ditadura. Tudo isto sem contar as violações aos fundamentos básicos dos direitos humanos, como no caso do bando de número 24, que chegava ao absurdo de autorizar o fuzilamento imediato daqueles que fossem feitos prisioneiros em ação de resistência armada ao novo governo. A este se somaram outros bandos que indicavam a “aplicação da pena máxima” e “sanção na forma mais drástica possível” contra empregados que fossem surpreendidos em ações “sediciosas” dentro de empresas, pessoas encontradas portando armas ou mesmo praticando crimes comuns. Em suma, os “bandos” autorizavam a repressão livre e violenta e toda sorte de complementos a esta, como torturas, envio para campos de concentração e “justiçamentos”. A imposição do toque de recolher após as 18 horas chegou ao limite de, se não autorizar, permitir de fato o assassinato de mais de 140 pessoas entre setembro e dezembro, apenas por estarem na rua<sup>687</sup>.

Tamanha violência e repressão, certamente contribuíram para que a resistência popular de massas que vinha sendo convocada por *El Siglo* não se efetivasse. Dentre aqueles que se postaram em defesa do governo legalmente constituído, muitos foram mortos pela ação violenta do novo governo. Contudo, a

---

<sup>685</sup> Manuel Antonio, Roberto y Carmen Garretón Merino, op. Cit., p. 14.

<sup>686</sup> Apud. Armando de Ramón, op. Cit., p. 236, grifo meu. O texto completo da declaração pode ser encontrado no Arquivo Chile do Centro de Estudios Miguel Enriquez (CEME), disponível em: [http://www.archivochile.com/Dictadura\\_militar/doc\\_jm\\_gob\\_pino8/DMdocjm0020.pdf](http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0020.pdf).

<sup>687</sup> Manuel Antonio, Roberto y Carmen Garretón Merino, op. Cit., p. 38.

permanente insistência em um argumento que colocava o governo e o presidente Allende a margem da lei e em oposição ao regime democrático também fizera seu papel, contribuindo para diminuição das resistências a uma intervenção. A estes elementos, deve-se agregar ainda, além da persistente “ameaça” do marxismo totalitário, a difusão do discurso “gremialista” e corporativista, que dentro outros pontos já evidenciados, sustentavam a ideia do estabelecimento de uma nova institucionalidade.

Um dos dois únicos veículos de imprensa autorizados a circular, mediante censura, a partir do dia 13<sup>688</sup>, *El Mercurio*, juntamente com a publicação de grandes fotografias dos generais que compunham a Junta Militar e a notícia da morte de Allende<sup>689</sup>, destacou em primeira página a complacência do poder judicial com a ação dos militares. Publicada com destaque, a nota da Corte Suprema afirmava que seu acordo ao novo governo pautava-se no propósito de se “respetar y hacer cumplir las decisiones del Poder Judicial sin examen prévio de su legalidad”. Frente às evidentes violações à Constituição e à lei, o respaldo da Corte Suprema, único órgão em que se manteve alguma autonomia, parecia ser uma das últimas tentativas de se manter um argumento tão defendido ao longo dos últimos meses<sup>690</sup>. De seu editorial também publicado em primeira página, é possível extrair alguns importantes elementos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que este dialogava com o “bando” de número 5, que, em outras coisas, se apresentava como uma extensão da ata de constituição da Junta de governo, destinado a justificar a ação dos militares<sup>691</sup>. Para *El Mercurio*, a intervenção veio

<sup>688</sup> O outro órgão autorizado a circular foi *La Tercera*.

<sup>689</sup> A notícia da morte do presidente foi acompanhada de um comunicado oficial no qual se afirmou que antes do suicídio o presidente, rendera-se incondicionalmente.

<sup>690</sup> Sobre este ponto também vale ressaltar que, tal como analisou o relatório final da Comissão Nacional de Verdade e Reparação, publicado em março de 1991, a independência do Poder Judiciário frente à ação da Junta Militar se encontrava totalmente diminuída por duas razões fundamentais. A primeira foi o sentimento de simpatia e mesmo de aplauso que seus membros superiores tinham com relação ao regime militar. A segunda consistia na ineficácia em se controlar a legalidade de um governo que podia modificá-la, a seu arbítrio, inclusive ao nível constitucional a qualquer momento. Deve-se acrescentar ainda que o Poder Judiciário também sofreu expurgos, eliminando de seus quadros 56 juízes, cerca de 10% do total do país, partidários do regime deposto. Ver, Armando de Ramon, op. cit., p 236.

<sup>691</sup> “Teniendo presente... 1. Que el gobierno de Salvador Allende ha incurrido en grave ilegitimidad demostrada al quebrantar los derechos fundamentales de libertad de expresión, libertad de enseñanza, derecho de huelga, derecho de petición, derecho de propiedad, y derecho em general, a uma digna y segura subsistência... 6. Que también, reiteradamente há quebrado el mutuo respeto que se deben entre sí los Poders del Estado, dejando sin efecto las decisiones del Congreso Nacional, del Poder Judicial y de la Contraloría General de la Republica, con excusas inadmisibles p sencillamente sin explicaciones... 12. Que estos mismos antecedentes son, a la luz de la doctrina clásica que caracteriza nuestro pensamiento histórico, suficientes para justificar

para “liberar a la **ciudadanía** de la inminente dictadura marxista”<sup>692</sup>. Para demostrar este peligro, as reportagens dos dias seguintes dariam ampla cobertura à descoberta de armamentos, cadernos secretos e planos de ação. Não por acaso, à foto que apresentava a notícia do suicídio de Allende seguia-se a seguinte legenda. “El cadáver quedó recostado en el suelo, junto a un sofá y al lado se mantenía una metralleta con la siguiente inscripción: “A su amigo y compañero de armas, Salvador. Comandante Fidel Castro”<sup>693</sup>. Assim, a intervenção militar assumia um caráter reativo, de proteção contra o “quebrantamiento constitucional provocado pelo marxismo”, que só acontecera em função da incapacidade dos partidos políticos. Com estes argumentos, um jornal que ao longo de todo o governo de Salvador Allende se colocou como defensor da essência constitucional e positiva das leis chilenas então tentava justificar a “salvação da lei” por intervenção cuja legalidade, sob o ponto de vista constitucional, não encontrava qualquer respaldo. Neste cenário, é importante destacar a relevância dada a supostos valores morais, tradicionais, ou tal como afirmou a ata de constituição da junta de governo, referentes a “chilenidade”. Nesta mesma ata, as Forças Armadas se apresentavam como defensoras da integridade física, moral e da identidade histórico-cultural da nação, enquanto valores superiores e permanentes da nacionalidade chilena. Esta afirmação, além de se vincular a um pensamento conservador que apresenta aqueles que são capazes de interpretar tais valores, também parece remeter a uma legalidade fundamental, ou natural, vinculada a tais sentimentos.

---

nuestra intervención para deponer al gobierno ilegítimo, inmoral y no representativo del gran sentir nacional”. Bando No. 5. Apud Manuel Antonio, Roberto y Carmen Garretón Merino, op. Cit., p. 59-61.

<sup>692</sup> “Tanto la **opinión pública** chilena como la extranjera habían llegado a la evidencia de que Chile entraba en un proceso fatal que debía llevarlo a la dictadura marxista o a la guerra civil” (EM, 13/09/1973, p. 1, grifo meu).

<sup>693</sup> Na edição do dia 15, o jornal destacou em primeira página que: “Unidad Popular pensaba liquidar a las FF. AA. Dijo ministro del Interior, General Oscar Bonilla. 10.000 extremistas extranjeros en Chile. Bultos Cubanos contenían armas. Había comenzado ‘descabezamiento’ de mandos”. No dia seguinte a primeira página trouxe grande foto com armas supostamente apreendidas na residência do presidente com a seguinte legenda: “147 fusiles automáticos, 9 lanzadores ultramodernos rusos, 2 cañones sin retroceso contra vehículos, 121 granadas, otras 150 de fabricación casera, 5 ametralladoras, dos morteros para tiros de elevación, fusiles ametralladoras y pistolas, además de 80 mil municiones, fueron las armas encontradas por el Ejército en la residencia presidencial de Tomás Moro y La Moneda. “El señor Allende era el mayor poseedor de armas en el país”, fue la conclusión del general Oscar Bonilla, ministro del Interior, al dar a conocer el impresionante arsenal decomisado. Además, en Tomás Moro, había un hospital clínico completo, con unidad coronaria incluida”.

Em segundo lugar, embora curiosamente a palavra democracia, pedra de toque na grande maioria dos editoriais de *El Mercurio* aqui analisados, não tenha sido utilizada sequer uma única vez, o jornal ainda tentou vincular a ação militar à interpretação da vontade da “mayoría ciudadana”<sup>694</sup>. Contudo, o jornal voltava a prescindir da utilização da ideia de povo, realçando, como evidenciam as citações acima, os conceitos de opinião pública e cidadania. Desta forma, o editorial parece retomar uma interpretação mais ligada a uma democracia limitada, na qual a participação do grande número é questionada. Da mesma forma, a difícil qualificação deste sentimento da maioria também pode remeter a uma interpretação presente em correntes do pensamento corporativista, na qual a participação popular se expressa através dos chamados organismos intermediários e a ação popular é desvalorizada e até desqualificada. Não custa lembrar que a conquista do apoio das massas, dos “pobladores”, dos trabalhadores e dos estudantes, fundamental para a aglutinação de forças em torno da derrubada do presidente, a partir de então passou a se dar após o “filtro” repressivo e violento do novo governo<sup>695</sup>. Assim, o chamado a “colaboración de toda la ciudadanía” parece remeter mais às chamadas “camadas médias”, aos grêmios e aos setores “independentes” da população, em uma concepção mais restritiva de cidadania, na qual aqueles que se postam contra o regime que se estabelece são excluídos do quadro.

Em relação ao fechamento do Congresso Nacional, órgão que sucessivamente recebeu, o título de bastião da democracia e da legalidade chilena, *El Mercurio* afirmou que “de este modo la Junta cree encontrar el camino adecuado para instaurar la institucionalidad que se requiere... Las reservas que esta posición de la Junta puedan inspirar a ciertos sectores políticos no puedan ser

<sup>694</sup> Embora mencionasse que o governo de Allende não era mais “representativo del gran sentir nacional” e que atitude dos militares estivesse apoiada “en la evidencia del sentir de la gran mayoría nacional”, o bando número 5 também não faz qualquer alusão à palavra democracia.

<sup>695</sup> Os bandos militares tiveram particular preocupação em controlar os setores do trabalho e a zonas “poblacionales”. Os sindicatos foram postos sob controle, as indústrias ocupadas esvaziadas e os trabalhadores ameaçados. O bando numero 9 advertia os trabalhadores das empresas ocupadas a não provocarem o pessoal das FF. AA. Caso contrario, seriam reprimidos “sin contemplaciones en acciones militares de tierra y aire similares a las efectuadas en contra de *La Moneda*. Quanto ao “allanamientos en zonas poblacionales”, pode-se remeter novamente ao relatório final da Comissão de Reconciliação Verdade e Reparação (informe rettig) na parte em que afirma nos dias seguintes ao golpe “se comienzan a realizar allanamientos en diversas zonas poblacionales de la Región, que culminan con masivas detenciones de personas, algunas de las cuales posteriormente mueren o desaparecen” Apud. Manuel Antonio, Roberto y Carmen Garretón Merino, op. Cit., p. 36. Cabe destacar ainda a especial preocupação com os com os jovens, tendo em vista que o bando de número 4 sugeria aos país que mantivessem a calma no núcleo familiar.

tan absolutas que lleguen hasta negar el concurso de todos los chilenos al esfuerzo de reconstrucción de su patria” (EM, 13/09/1973, p.1). Por fim, quanto à violência da ação golpista em si e das medidas adotadas para o controle daqueles que ainda resistiam, *El Mercurio* limitou-se a afirmar que: “a nadie puede sorprender que el remedio a tan desesperada situación sea de carácter extraordinario y se le administre proporcionadamente a la violencia que oponga al mal ante de ser dominado”.

Diante do exposto é inegável a presença de um discurso autoritário e de cunho corporativista sob a influência do pensamento de Jaime Gúzman e outros teóricos do gremialismo chileno nos argumentos golpistas, e mesmo nas páginas de *El Mercurio*. Discurso este que se disseminou por outros órgãos autorizados a circular. A revista *Portada*, em sua edição do mês de setembro, publicada logo após o golpe, não interpretou a ação militar como algo temporário ou acidental, mas sim como “la búsqueda por una nueva institucionalidad”. A devolução imediata do poder aos civis poderia abrir espaço para nova entronização marxista. Assim, de acordo com a análise de Renato Cristi, se supunha extinta a legitimidade da democracia chilena. Sobre este ponto o editorial da revista é claro. “El 11 de septiembre de 1973 las leyes se callaron ante las armas”<sup>696</sup>. Este silêncio conduziria à suspensão da Constituição e posterior elaboração de uma nova, não mais fundamentada nos princípios da democracia liberal parlamentar, o que remete a uma concepção conservadora de cunho revolucionário, que traz consigo mesma a legitimidade e a legalidade buscada. Estas se apoiavam nos desejos e na vontade da maioria. Em editorial do dia 14 de setembro de *El Mercurio*, nota-se que ao tentar explicar a “falsa imagem” que a imprensa internacional passava da ação militar, pela primeira vez menciona:

Algunos órganos de prensa **califiquen la actual revolución como un simple golpe** de mano para destituir al Presidente Allende e instaurar un gobierno totalitario. La realidad política está lejos de coincidir con un esquema como ese... La **revolución** que hoy está en curso no estalló para servir sectores, sino para redimir a Chile de la inminente instauración de una dictadura marxista que la inmensa mayoría del pueblo resiste y cuyos primeros pasos subrepticios provocaron una inenarrable situación de crisis económica, social y moral, con su cortejo de hambre, miseria y persecución política. EM 14/09/1973, p.1, grifo meu)

<sup>696</sup> Apud. Renato Cristi, op. cit., p. 120.

Para justificar esta posição o jornal se apoiava em um “sentir” majoritário de difícil quantificação. Neste ponto, é importante uma última ressalva. No seio da oposição ao governo Allende, não havia unidade quanto aos rumos a seguir. Mesmo entre os militares, a despeito dos esforços da Junta e dos editoriais de *El Mercurio* em demonstrar um unânime apoio à intervenção e seus rumos, a situação não foi bem assim<sup>697</sup>. Logo após o golpe, inúmeros expurgos foram realizados e diversos oficiais fiéis ao pensamento legalista e não necessariamente vinculados aos projetos políticos da UP foram destituídos, reformados, presos e exilados<sup>698</sup>.

Embora alguns setores do partido tivessem rechaçado o golpe, o apoio da Democracia Cristã, ou ao menos de sua direção nacional, à ação dos militares golpistas é inquestionável. Em nota publicada na edição de *El Mercurio* do dia 13 de setembro, o partido afirmou que a situação vivida fora consequência dos problemas causados pelo governo da UP e que os militares “no buscaran el poder”. Seus propósitos de restabelecimento da normalidade institucional interpretavam o sentimento geral e mereciam “la cooperación patriótica de todos los sectores”. Embora lamentasse o ocorrido, o partido afirmou que esgotara seus esforços para conseguir uma solução pela via política e que, a partir de então, os reuniria para buscar o “desarmamento dos espíritos”. Contudo, ressalva-se que a nota reforçava a necessidade de retorno à normalidade institucional e pedia, mesmo diante das evidências em contrário, uma ação justa, solidária, respeitosa dos direitos dos trabalhadores, “sin odios ni persecuciones”. Além disto destacava o suposto caráter provisório da ação militar: “tan pronto sean cumplidas las tareas que ellas han asumido para evitar los graves peligros de destrucción y totalitarismo que amenazaban a la nación chilena, devolverán el poder al pueblo

<sup>697</sup> No bando de número 6, “Las Fuerzas Armadas y el Cuerpo de Carabineros, reitera la absoluta unidad de sus mandos y tropas y su decisión inquebrantada de luchar hasta las últimas consecuencias para derrocar al gobierno marxista”. Já os editoriais de *El Mercurio* afirmaram seguidamente “la decisión unánime de las FFAA de desplazar al gobierno de la UP que aparecía opuesto a la gran mayoría de los chilenos” (EM, 15/09/1973, p.1). Os militares “actuaron con unánime criterio, sino de la resistencia de guardias privadas y de grupos civiles armados que lucharon contra los efectivos regulares” (EM, 15/09/1973, p.1).

<sup>698</sup> Jorge Arrate, op. cit., p. 60. O Almirante Raul Montero, por exemplo, então comandante em chefe da Marinha, foi preso em sua casa no dia do golpe e posteriormente exonerado. Diversos militares presos sofreriam maus tratos e violentas torturas. Isto se deu mesmo com oficiais de alta patente, como o general Alberto Bachelet, morto em março de 1974 em virtude dos efeitos da tortura. Para se ter uma idéia do tamanho do expurgo militar que seguiu ocorrendo nos anos seguintes, mais de 2 mil e 300 ex- militares deram entrada a pedidos de benefícios com base na lei de reparação a exonerados políticos.

soberano para que libre y democráticamente decida sobre el destino patrio”. Autorizado a circular, sob censura, a partir do dia 19 de setembro, *La Prensa*, ainda tentara reafirmar seus princípios democráticos. Entretanto, todos os esforços para se retificar os rumos totalitários do governo haviam sido em vão. Segundo o jornal, mesmo a possibilidade do recurso a um plebiscito fora rechaçada pelo governo<sup>699</sup>. Foi justamente nestas circunstâncias que se deu a ação militar. Ainda assim, tal como expressou a nota do PDC, ressaltou que “se ha señalado el carácter transitorio de esta situación y anunciado el propósito de retornar a la normalidad democrática cuando **la situación del país lo permita...** Nadie puede dejar de apoyar estos objetivos que, sin duda, cuentan con el respaldo de la mayoría de los chilenos” (LP, 19/09/1973, p.1, grifo meu). Mais uma vez, a análise deixa em aberto o tempo de duração deste “período de transição”.

Assim, a despeito das aparentes ressalvas democratas cristãs, sob o comando do novo governo e da adoção da ideia de estado de guerra interna<sup>700</sup>, o perigo da ameaça totalitária ao país se estenderia por um longo prazo. Em pouco tempo, o poder total assumido pela Junta Militar, logo em seus primeiros movimentos, se converteu na acumulação dos poderes Executivo, Legislativo e Constitucional<sup>701</sup>. Com a afirmação da interinidade dos cargos públicos, a justiça também se colocou a serviço do novo regime. O poder da Junta Militar rapidamente se concentrou nas mãos de seu chefe, o general Augusto Pinochet. Neste cenário, o discurso conservador corporativista e autoritário se afirmou sobre qualquer pretensão, ou apelo, à restituição de um regime democrático, cujas bases legais se constituem a partir da expressão dos desejos da maioria refletidos no voto livre e aberto. Sob a mão de ferro do general Pinochet, que nunca estabeleceu prazos, mas sim metas, um regime ditatorial se manteria no Chile por 16 anos e seis meses.

<sup>699</sup> “Estas columnas han estado inspiradas permanentemente en elevados valores, en la búsqueda del bien común, la defensa de la libertad y la justicia, la convicción democrática y, sobre todo, en la afirmación de la dignidad humana y sus derechos fundamentales... Recogimos la angustiada protesta del pueblo por el elevado costo social, de sectarismo, inseguridad y afán totalitario y estatista de una experiencia política cuyos discutibles beneficios de redistribución de riqueza, participación y populismo jamás compensaron los sacrificios y penurias sufridos en carne propia por los trabajadores y sus familiares... Desgraciadamente, nada ni nadie pudo obtener la rectificación necesaria” (LP, 19/09/1973, p. 3).

<sup>700</sup> Este princípio permitia que o estado de sítio, decretado logo após o golpe, fosse renovado indistintamente.

<sup>701</sup> Ver, Armando de Ramon, op. cit., p. 236-239

Muitas são as leituras que procuram explicar a derrubada do governo de Salvador Allende e fracasso de seu projeto de socialismo em democracia, estabelecido pela via eleitoral, legal e constitucional. Da mesma forma, muitas são as tentativas de explicar o silêncio, ou apoio, de diversos setores da sociedade a uma solução autoritária e golpista em um país em que o regime democrático se manteve como traço unitário nacional por vários anos. Perda da legitimidade e autoridade das instituições democráticas em função da dissolução dos consensos básicos no campo político e social, dificuldades de negociação com o Congresso para o estabelecimento da governabilidade frente a um ambiente político extremamente polarizado, insatisfação política frente à incapacidade de aplicação prática do projeto de reformas do governo, ou mesmo o excessivo desejo em “fazer a revolução” por parte de setores ligados a UP estão entre as diversas análises possíveis. A manutenção e o crescimento da divisão entre compreensões revolucionárias e projetos no interior das bases do governo certamente também contribuíram para seu fracasso.

A elas, podem-se acrescentar ainda análises circunstanciais, que atribuem, por exemplo, peso excessivo ao discurso incensário de Carlos Altamirano no encontro do Partido Socialista no Estádio Chile como gatilho para o golpe. O “chamamento” à sublevação militar teria sido visto como o atentado final a hierarquia militar, rompendo o equilíbrio entre as correntes constitucionalistas e defensoras da Doutrina da Segurança Nacional em favor dos golpistas. O episódio, como se viu, certamente desagradou os militares, assim como também o governo, ainda assim a “conquista” de apoio no interior das Forças Armadas para uma ação golpista está ligada a um processo de conformação de um conjunto de argumentos que vão mais além de fatores específicos à profissão militar, ainda que estes devam ser bastante considerados. Não custa lembrar que a atividade conspirativa em favor da derrubada do presidente Allende se iniciou no mesmo dia de sua eleição. Desde então, contando com o apoio, por vezes escondido e por outras abertamente declarado, de empresas multinacionais e do Estado Norte-Americano. Tal como relembra Alfredo Riquelme, a via chilena ao socialismo foi uma transgressão aos limites do tolerável pela potência hegemônica do hemisfério ocidental. Contudo, assim como também ressalta o autor este apoio não foi suficiente para impedir a posse de Allende em 1971 e nem capaz de derrubá-lo durante a greve de 1972, o que de certa forma enfraquece as análises que a

interpretam o golpe como uma ação exclusiva do imperialismo internacional. O golpe certamente pode ser entendido como o resultado da interação entre dinâmicas internas e estruturas e intervenções internacionais<sup>702</sup>.

Esta Tese não tem o objetivo de refutar ou reafirmar tais interpretações, mas sim, a partir da análise conceitual, apresentar uma interpretação sobre a forma pela qual se constrói um discurso aglutinador em favor da derrubada do presidente Allende, que por mais improvável que possa parecer, uniu setores, que desde o primeiro momento, se assumiram declaradamente golpistas, com outros que primavam sua atividade política pelo respeito aos princípios democráticos, à legalidade constituída e aos desejos majoritários da população chilena, expressos a partir do voto livre. A impressionante passividade, e mesmo apoio de partidos como a Democracia Cristã a “nueva institucionalidad” que se estabelece após o golpe, não podem ser explicados simplesmente pelo encadeamento dos acontecimentos. O crescimento de um discurso autoritário de caráter corporativista e antipartidário, que sempre foi minoritário, só foi possível porque se deu de forma conjunta ao insistente reforço de que o governo agia contra os princípios democráticos, legais e constitucionais. Em 1971, a defesa destes princípios, além do majoritário consenso em torno da necessidade de reformas estruturais, garantira a posse deste mesmo governo. Já em 1973, o crescente enquadramento do governo da Unidade Popular em uma posição à margem da Constituição e dos desejos majoritários da população, certamente incensados pela grave crise econômica e política, contribuiu para a diminuição da resistência à sua derrubada. Se é fato que era evidente a divisão interna na UP com o crescente reforço de posições “rupturistas” e “violentistas”, também o é que o presidente Allende e setores de suas bases, como os comunistas, em nenhum momento abandonaram o discurso em favor da manutenção da legalidade democrática e do estado de direito, ou mesmo cometeu qualquer ato sem apresentar uma justificativa pautada nestes princípios. Independentemente disto, em meio ao debate, estes conceitos foram “conquistados” pela oposição. Foi justamente em meio a este processo que a conspiração golpista parece ter encontrado seu espaço, se alimentando de argumentos supostamente em favor daquilo que muitos dos que com ela estavam comprometidos se propunham a destruir. Para as premissas

---

<sup>702</sup> Alfredo Riquelme, 2009, p. 99.

estabelecidas para esta tese, não importa se aqueles que encararam o golpe com um ato em defesa de valores caros à sociedade chilena como a democracia e a legalidade estavam iludidos, enganados, ou agiam de forma dissimulada. O que se pretende reforçar aqui é que a ação só parece ter tido sucesso, porque se deu sob a “cobertura” destes mesmos princípios.